Σ th ϕ s & Σ piste ϕ e

Revista de Ciências Humanas e Sociais da FSDB
Julho-Dezembro 2010

SUMÁRIO

EDITORIAL.....	03
ARTIGOS.....	04
A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PARA A DIFUSÃO DO CONHECIMENTO E O DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL INTELECTUAL NAS ORGANIZAÇÕES.....	05
Eduardo Vieira de Paula	
A HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR DE CONTABILIDADE EM MANAUS... 19	
Silvana Monteiro da Silva, Ana Paula Sá Menezes	
PREVENÇÃO, EDUCAÇÃO E RELAÇÕES FAMILIARES: POSSÍVEIS CONEXÕES.....	35
Denise Machado Duran Gutierrez	
A INCORPORAÇÃO DAS TIC À PRÁTICA DOCENTE, SEGUNDO OS FUNDAMENTOS DA APRENDIZAGEM COOPERATIVA, NUMA CONCEPÇÃO EMANCIPADORA.....	46
Sandra Elaine Siqueira Corrêa	
EDUCAR PARA A VIDA: EDUCAÇÃO E CIDADANIA NO BAIRRO ZUMBI – MANAUS.....	56
Cristiane Manique Barreto, Gerciana Oliveira de Souza, Antonio Enrique Romero, Maria do Socorro Campos Levy	
PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA PROGRAMAS DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS:	
O CASO PROAMDE.....	73
Glenda Pinto da Rocha Castelo, Luiza Maria Bessa Rebelo, Raimundo Nonato de Oliveira	
A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO ESCOLAR DO COLÉGIO DOM BOSCO DE MANAUS.....	102
Odete Ferreira Coelho, Fernanda Cristina Melo Pereira	
RELATO DE EXPERIÊNCIAS.....	112
A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESPAÇOS NÃO-FORMAIS... 113	
Alessandro de Souza Lima, Irlene Coelho Eloi da Silva	
COMBINACIÓN DE LAS SIMULACIONES EN EL LABORATORIO DE LA FÍSICA CON MEDICIONES DIRECTAS.....	121
LA NECESIDAD DEL ESTUDIO DE LAS OBRAS DE LOS CLÁSICOS DE LA FILOSOFIA EN LOS CENTROS DE EDUCACION SUPERIOR DE CUBA... 131	
Ligio A. Barrera Kalhil

EDITORIAL

Chega até você o volume XII da *Ethos & Episteme*. Revista de Ciências Humanas e Sociais da Faculdade Salesiana Dom Bosco de Manaus.

Coerente com a missão Institucional que consiste em “promover o desenvolvimento integral da pessoa humana e do patrimônio cultural da sociedade através da produção e difusão do conhecimento e do compromisso ético e político com a região Amazônica” (PDI 2008-2012), a revista *Ethos & Episteme* empenha-se em ser um instrumento de comunicação e de intercâmbio entre a FSDB e a sociedade no que diz respeito à produção do conhecimento.

Sabe-se que entre os diferentes indicadores de qualidade de uma Instituição de Ensino Superior, a capacidade de gerar e divulgar conhecimentos é um dos mais importantes. A *Ethos e Episteme* – ao ser o veículo de comunicação do conhecimento produzido por nós – representa ferramenta formativa indispensável da FSDB, na medida em que fomenta, em toda a comunidade acadêmica, a busca pela autonomia, a emancipação e o compromisso com a ciência.

Neste volume você encontrará trabalhos de pesquisa, relatos de experiências e reflexões focados em contextos e questões educacionais diversificados. Em sua maioria são pesquisas que nasceram e se desenvolveram a partir da dinâmica e fecunda relação professor-aluno, em específicos componentes curriculares dos cursos de graduação e de pós-graduação da FSDB. Importante destacar o artigo “Educar para a Vida...” oriundo do Programa Institucional de articulação ensino, pesquisa e extensão, realizado em bairros da zona leste da cidade de Manaus.

A revista *Ethos & Episteme* conta com o registro no LATINDEX, isto é, o sistema de informação sobre as revistas de pesquisa científica, técnico-profissionais e de divulgação científica e cultural editadas nos países da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal. Consulte: www.latindex.unam.mx/.

Desejo-lhe proveitosa leitura.

César Lobato Brito
Diretor Executivo da FSDB

ARTIGOS

A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PARA A DIFUSÃO DO CONHECIMENTO E O DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL INTELECTUAL NAS ORGANIZAÇÕES

Eduardo Vieira De Paula¹

Recebido em: 01/05/11; aceito em: 27/05/11

RESUMO

O presente artigo visa estudar a importância da utilização de sistemas de informação para a disseminação do conhecimento e para o desenvolvimento do capital intelectual, trazendo inicialmente uma revisão conceitual sobre conhecimento, sistemas de informação e capital intelectual, ao mesmo tempo em que procura estabelecer relações entre os referidos assuntos para, posteriormente, enfatizar algumas formas de compartilhamento e disseminação do conhecimento e a utilização dos sistemas de informação para esse fim, abordando também como tais sistemas podem contribuir para o desenvolvimento do capital intelectual nas organizações. O artigo traz ainda alguns exemplos colhidos por meio de pesquisas bibliográficas realizadas em obras relacionadas ao tema desenvolvido, abordando situações de aplicabilidade relatadas nas referidas obras, além de observações do autor do artigo sobre a matéria abordada, as quais permitem analisar se realmente as empresas se utilizam de sistemas de informação e concluir sobre o grau de importância de sua utilização para a disseminação do conhecimento e para o desenvolvimento do capital intelectual nas organizações.

Palavras-chave: Informação. Conhecimento. Sistemas de Informação. Gestão do Conhecimento. Capital Intelectual.

ABSTRACT

This paper looks at the importance of using information systems for knowledge dissemination and development of intellectual capital, bringing first a conceptual review of knowledge, information systems and intellectual capital, while seeking to establish

¹ Pós-graduando em Gestão de Pessoas. Bacharel em Turismo. Bacharel em Administração. Analista Superior II - Administrador na Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária - Infraero. Brasil. edudepaula@yahoo.com.br

relationships between those subjects to later focus on some forms of sharing and dissemination of knowledge and use of information systems for this purpose while also addressing how such systems can contribute to the development of intellectual capital in organizations. The article also brings some examples collected through literature searches performed in works related to the theme developed, addressing practical issues of applicability reported in these works, as well as observations of the author of the article on the subject addressed, which allow us to examine whether firms actually make use of information systems and conclusions regarding the degree of importance of their use for the dissemination of knowledge and the development of intellectual capital in organizations.

Keywords: Information. Knowledge. Information Systems. Knowledge Management. Intellectual Capital.

I INTRODUÇÃO

A informação é hoje, sem dúvida, um dos mais valiosos recursos das organizações e sua correta utilização é o diferencial para pessoas e empresas que conquistam e sustentam espaços cada vez mais disputados no mercado globalizado e altamente competitivo. Em consequência dessa evolução na relevância das informações, a criação do conhecimento é uma realidade presente no dia-a-dia dos ambientes institucionais e torna-se, também, um elemento estratégico de relevância inquestionável, merecendo toda a atenção dos gestores para manipulá-lo de forma sustentável, procurando identificá-lo, transformá-lo e difundir-lo de maneira coerente, rápida e precisa por toda a organização. Nesse sentido, a utilização de meios informatizados e interligados para essa manipulação surge como um importante aliado.

O presente estudo tem seu foco principal na importância da utilização de sistemas de informação para a difusão do conhecimento e para o desenvolvimento do capital intelectual nas organizações, pois com uma correta aplicação dos meios disponíveis, tanto as pessoas como as organizações serão capazes de se desenvolver e progredir, criando situações favoráveis à disseminação de informações e ao compartilhamento do conhecimento. A eficiente gestão do conhecimento e, conseqüentemente, do capital intelectual nas empresas, passa a ser um fator indispensável para que as mesmas sobrevivam, evoluam e tenham sucesso em sua atuação, independentemente do ramo a que pertencem.

A gestão do conhecimento é uma fonte inesgotável de pesquisa na atualidade, por isso desperta muito interesse e curiosidade no meio acadêmico, sendo suas vertentes cada vez mais exploradas e debatidas, não permitindo, o contexto atual, separá-la dos avanços tecnológicos, pois com o desenvolvimento de sistemas cada vez mais poderosos de armazenamento, comunicação de dados e gerenciamento de informações, a boa gestão e o eficiente compartilhamento do conhecimento conquistam espaços cada vez mais abrangentes, permitindo a identificação, gerenciamento e a partilha desse conhecimento, tornando-se mais fácil e ágil a gestão do capital intelectual dentro das organizações por meio de tais sistemas.

Os sistemas de informação atualmente utilizados surgiram de uma evolução tecnológica desencadeada pela introdução do uso de computadores e *softwares* especializados

nas organizações, sendo a integração de informações a principal característica de tais sistemas que permitem a criação de conhecimento e o seu compartilhamento, tornando-se também importantes aliados na gestão de pessoas e no desenvolvimento do capital intelectual.

Por sua vez, o capital intelectual constitui-se num dos ativos intangíveis mais importantes dentro da organização, se não o mais importante, e vem ganhando, gradativamente, mais a atenção dos gestores como fator estratégico e crucial para o sucesso da empresa, visto que as pessoas são os verdadeiros criadores e detentores do conhecimento que será utilizado, desenvolvido e partilhado através de estruturas sistêmicas até atingir e provocar reações em seu destino que pode ser um ou mais clientes internos ou externos à organização. Gerir o capital intelectual, dessa forma, requer muita dedicação e a utilização de recursos eficientes para o seu desenvolvimento, sendo, por isso, interessante estudar a relevância da utilização de sistemas de informações para o alcance desse objetivo.

Por todo o exposto, este assunto despertou o interesse do pesquisador, demonstrando-se bastante atraente tanto do ponto de vista profissional como acadêmico, podendo servir de base para pesquisas futuras sobre a gestão do conhecimento e do capital intelectual por serem assuntos bastante atuais e ainda pouco explorados e valorizados nas organizações, estando ainda em fase embrionária na maioria das empresas, sejam elas públicas ou privadas.

2 A IMPORTÂNCIA DA UTILIZAÇÃO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO PARA A DIFUSÃO DO CONHECIMENTO E O DESENVOLVIMENTO DO CAPITAL INTELECTUAL NAS ORGANIZAÇÕES

2.1 Conhecimento: Um Bem Precioso

Ganha muita importância nas organizações da atualidade, a valorização do conhecimento como um bem tão ou mais digno de respeito e valorização quanto as máquinas, as estruturas, as edificações ou qualquer outro ativo de propriedade das mesmas. Porém esse bem, tão precioso atualmente, não é tão fácil de encontrar, produzir, manter e desenvolver, pois está presente, principalmente, nas mentes dos profissionais qualificados ou não, que compõem as organizações e nem sempre pode ser compartilhado de forma rápida e eficiente.

2.1.1 *Conhecimento Tácito e Conhecimento Explícito*

Na produção do conhecimento torna-se importante saber como ele pode ser encontrado dentro e fora das organizações. Nesse sentido, vale uma breve revisão para entendermos que ele pode ser encontrado basicamente sob duas formas: a tácita e a explícita.

O conhecimento em sua forma tácita é aquele implícito e, muitas vezes, retido pelas pessoas, suas experiências de vida, suas habilidades individuais, suas crenças, seus valores, enfim, naquelas características próprias de cada indivíduo e que são desenvolvidas pelo

mesmo, sendo de difícil manifestação e absorção por outros indivíduos de forma completa. Já o conhecimento explícito pode ser compartilhado e difundido com mais facilidade e agilidade, pois é expresso através de meios já existentes e de acesso relativamente simples, como anotações, instruções de trabalho, manuais, catálogos, mídias eletrônicas, entre outros. Tais conceituações podem ser vislumbradas na obra de Takeuchi e Nonaka (2008, p. 19), conforme destaque a seguir:

O conhecimento explícito pode ser expresso em palavras, números ou sons, e compartilhado na forma de dados, fórmulas científicas, recursos visuais, fitas, áudio, especificações de produtos ou manuais. O conhecimento explícito pode ser rapidamente transmitido aos indivíduos, formal e sistematicamente.

O conhecimento tácito, por outro lado, não é facilmente visível e explicável. Pelo contrário, é altamente pessoal e difícil de formalizar, tornando-se de comunicação e compartilhamento dificultoso. As intuições e os palpites subjetivos estão sob a rubrica do conhecimento tácito. O conhecimento tácito está profundamente enraizado nas ações e na experiência corporal do indivíduo, assim como nos ideais, valores ou emoções que ele incorpora.

Takeuchi e Nonaka (2008) também abordam que o conhecimento tácito pode ser verificado sob duas dimensões: uma técnica, envolvendo habilidades específicas e de difícil detecção e outra cognitiva, abrangendo as percepções, as crenças, os ideais, os valores, as emoções além de modelos mentais já arraigados em cada um, sendo, por isso, vistos como normais.

2.1.2 Da construção à gestão do conhecimento

Também se torna relevante, no presente estudo, entender que o conhecimento surge de uma evolução que pode ser natural ou resultado de pesquisas e interações, ou seja, o conhecimento emana do resultado lógico de um processo evolutivo originado por dados coletados inicialmente e organizados em torno de um sentido específico, dando origem a informações que se agrupam de forma coordenada e organizada surgindo, daí, a criação do conhecimento nas formas já descritas no presente texto. Assim, o conhecimento explícito, de certa forma, surge de uma evolução do conhecimento tácito ao passar por diversas transformações, as quais foram abordadas por vários autores, dentre os quais podemos destacar os estudos de Takeuchi e Nonaka (2008) onde os mesmos abordam o conceito da espiral do conhecimento, destacando quatro fases de conversão por meio das quais o conhecimento passa em seu processo de construção:

Socialização: que se resume na troca de experiência entre as pessoas, não havendo propriamente uma conversão, ou seja, é a partilha de conhecimento tácito;

Externalização: consistindo na transformação de conhecimento tácito em conhecimento explícito, podendo ser entendida também como a conversão do conhecimento baseado nas experiências individuais para uma forma que possa ser mais facilmente acessível e inteligível por todos;

Combinação: a difusão de conhecimentos explícitos, ou seja, a conversão de determinado conhecimento já compartilhado por meios acessíveis em outros que poderão ser codificados e utilizados na organização;

Internalização: que seria o processo de conversão do conhecimento já convertido

em um novo conhecimento tácito, a partir de aperfeiçoamentos e do desenvolvimento das experiências de cada indivíduo, tendo-se, a partir, daí a repetição do ciclo, o que dá origem à espiral do conhecimento.

Torna-se importante observar que a gestão do conhecimento não deve ser entendida como um conceito novo ou um modismo nascido recentemente para justificar a criação de novas teorias da administração. A sua abordagem é bem anterior aos nossos dias e vem conquistando espaço na atualidade à medida que os indivíduos e as organizações vêm reconhecendo a sua importância para um bom desempenho e para um sucesso duradouro. Pensadores da administração reconhecidos como Peter Drucker já vislumbravam a era do conhecimento como um futuro palpável e a evolução dos recursos tecnológicos voltadas para o gerenciamento de pessoas como um dos principais contribuintes para a construção desse futuro.

Há algumas décadas, o guru da administração já comentava a evolução das organizações, que passariam dos modelos mecanicistas, baseado nas máquinas e processos produtivos para empresas baseadas no conhecimento, onde as pessoas passariam a ter lugar de destaque prioritário não só pela especialização em tarefas pré-determinadas, mas também pela criatividade e a retenção do conhecimento.

[...] a empresa típica será baseada no conhecimento, uma organização composta sobretudo de especialistas, que dirigem e disciplinam seu próprio desempenho, por meio do feedback sistemático dos colegas, dos clientes e da alta administração. Portanto, serão o que chamo organização baseada em informações. (DRUCKER, 2000, p.10)

Assim, gerir o conhecimento não é tarefa fácil e requer bastante empenho das organizações, pois conforme Hackett apud Angeloni (2008), aquelas que estiverem mais bem preparadas para utilizar o conhecimento serão mais rápidas e precisas em suas atuações, sendo capazes de vencer obstáculos e criar oportunidades para a inovação, destacando-se tanto nos serviços prestados como no relacionamento com clientes.

Na sociedade atual, o corpo do conhecimento existente nas pessoas e nos processos que compõem a empresa constitui-se em um dos recursos mais valiosos e estratégicos.

[...]

Uma vez identificados os conhecimentos estratégicos, é imprescindível fazer sua gestão, por meio dos processos de captura, armazenamento, disseminação e compartilhamento, permitindo, dessa maneira, que sejam utilizados por toda a empresa, no aperfeiçoamento e na evolução de suas estratégias. (ANGELONI, 2008, p.25).

Dessa forma, como importantes aliados do conhecimento nas organizações, surgem os computadores e as novas tecnologias, que possibilitam maior rapidez e considerável precisão na manipulação de dados, informações e conhecimento disponíveis e, também nesse sentido, Drucker já se manifestava quando aos impactos e a importância dos recursos de tecnologia da informação para a transformação do conhecimento e melhor desempenho das organizações.

À medida que a tecnologia avançada se torna cada vez mais dominante precisamos envolver-nos no processo de análise e diagnóstico – ou seja, “informação” – de maneira ainda mais intensa, ou correremos o risco de

sermos engolfados pelos dados gerados em nossas próprias atividades. Até agora, a maioria dos usuários de computadores ainda usa a nova tecnologia apenas para acelerar o que sempre fizeram antes, o processamento de números convencionais. Mas, assim que as empresas derem os primeiros passos ainda experimentais para a conversão de dados em informação, seus processos decisórios, suas estruturas gerenciais e até mesmo as formas de execução do trabalho sofrerão transformações. (DRUCKER, 2000, p. 11).

2.2 Tecnologia e Sistemas de Informação: Aliados no Compartilhamento no Conhecimento

A sociedade atual tornou-se extremamente dependente da tecnologia, o que transformou os computadores em itens essenciais na maioria dos ambientes, exigindo o desenvolvimento de novos programas para suprir as mais variadas necessidades de pessoas e empresas e capazes de interagir com outros *softwares para o alcance de tais objetivos*. Aliado a esse fator, surgem as redes de comunicação, interligando pessoas e organizações em qualquer parte do globo, o que faz dos sistemas integrados de informação importantes aliados na criação, transformação e, principalmente, no compartilhamento do conhecimento.

2.2.1 A tecnologia chega às organizações

Como afirma Rosini (2003), os avanços tecnológicos estão dominando a sociedade atual e a tecnologia encontra-se em toda a parte, desde os lares mais humildes até as grandes organizações. A informática é considerada, por muitos especialistas em gestão, como uma ferramenta indispensável nas organizações e a utilização de redes de relacionamento e compartilhamento amplia a dependência dos computadores na sociedade atual.

A utilização de computadores e de sistemas informatizados para armazenamento, transmissão e compartilhamento de dados e informações nas organizações é um caminho sem volta e a detenção e difusão do conhecimento são fundamentais para o bom desempenho pessoal, profissional e organizacional. Nesse sentido, a utilização de sistemas de informação, além de facilitar o acesso às informações dentro e fora das organizações, contribui para que o conhecimento explícito seja difundido, favorecendo o desenvolvimento e o gerenciamento do capital intelectual.

Hoje em dia, inevitavelmente, a tecnologia está presente na vida das pessoas. Os avanços da informática, dos computadores e de outras formas de tecnologia têm exercido efeitos significativos também na vida das organizações. É difícil encontrar qualquer forma de organização ou processo que não tenha sido alterado por novas tecnologias. Com a massificação do uso da tecnologia, particularmente da tecnologia da informação, proveniente dos bancos de dados gerados por computadores, há a necessidade de que as pessoas que atuam nas organizações, e delas fazem parte, evoluam na sua forma de agir e de pensar. (ROSINI; PALMISANO, 2003, p. 9)

2.2.2 Sistemas de Informações: a integração a serviço do conhecimento

Na era do conhecimento, que para muitos já está evoluindo para a “era da sabedoria”, os

sistemas de informação estão presentes e, em certas ocasiões são, essenciais em organizações dos mais variados ramos e portes, contribuindo para a disseminação do conhecimento e também para o desenvolvimento de pessoas que constituem esse valioso bem intangível que é o capital intelectual, pois conforme Terra (*apud* ANGELONI, 2008), a principal vantagem das organizações baseia-se no capital humano, mais precisamente no conhecimento tácito dos empregados. É inegável que o desenvolvimento de sistemas de informações veio possibilitar e acelerar o processo de criação, armazenamento e, principalmente, a disseminação e compartilhamento do conhecimento nas empresas, visto que a informação que antes ficava retida na mente de um número limitado de pessoas, hoje pode fluir mais democraticamente através das redes digitais atingindo um maior número de beneficiários.

Para entender essa dinâmica dos sistemas, é preciso saber o que são e o que representam para as organizações tais sistemas sendo uma definição bastante interessante aquela extraída da enciclopédia virtual *Wikipédia* (2010), a qual define sistema de informação como um sistema automatizado ou manual, que abrange pessoas, máquinas, e/ou métodos organizados para coletar, processar, transmitir e disseminar dados que representam informação para o usuário e/ou cliente, podendo ser utilizado para prover informação, qualquer que seja seu uso. Sob outro ponto de vista, pode-se considerar os sistemas de informações como sistemas criados para atender demandas próprias de uma área específica com determinadas características cujas informações são armazenadas em bancos de dados e integradas de forma a compartilhar, quando requerido pelos usuários, dados e informações relevantes, sendo capazes de tornar mais rápidos, eficientes e eficazes os processos de trabalho e a tomada de decisões pelos gestores.

Segundo Davenport e Prusak (*apud* ANGELONI, 2008, p.62), “o compartilhamento do conhecimento é caracterizado como a transferência do conhecimento, seja esta espontânea (informal) ou estruturada (formal), entre indivíduos”. O grau de dificuldade no compartilhamento poderá variar conforme sua natureza, pois o conhecimento tácito, aquele adquirido pela vivência prática e que se encontra na mente do indivíduo, por ser mais difícil de materializar-se, exige um contato mais pessoal, enquanto o conhecimento explícito, já codificado em meios físicos, pode ser mais facilmente compartilhado por meio de recursos tecnológicos.

2.2.3 Tipos de Sistemas de Informação

Para Luppi (2008), em uma organização, são necessários diversos tipos de sistemas de informação, devido às peculiaridades que envolvem seus diversos níveis e setores, inexistindo um sistema único que possa satisfazer completamente todas as suas necessidades. Considerando o exposto, a autora elenca quatro tipos principais de sistemas de informação: a) sistemas de nível operacional, que dão suporte aos agentes operacionais, tais como sistemas de controle de estoque e de faturamento; b) sistemas do nível de conhecimento, que têm por fim controlar o fluxo de documentos, tais como sistemas de correio eletrônico e de gerenciamento de documentos; c) sistemas do nível gerencial que abarcam atividades de monitoração, controle, tomada de decisões e procedimentos administrativos, tais como sistemas de gestão de vendas, controle de inventário e de orçamento anual; d) sistemas de nível estratégico, que auxiliam a gerência superior na análise de possibilidades e planejamento de ações, tanto no ambiente externo como interno à empresa, tais como análise de tendências de vendas, planejamento de operações

de longo prazo, planejamento de investimentos entre outros.

Já Rosini e Palmisano (2003), classificam os tipos de sistemas em sistemas transacionais (SIT), sistemas de informação especialistas (SE), sistemas de informação gerenciais (SIG) e sistemas de apoio à decisão (SAD), definindo para cada um, respectivamente as mesmas funções já descritas pelo autor anteriormente citado.

Definidos os sistemas de informação, torna-se relevante observar que a tecnologia de sistemas não para de evoluir, fazendo com que as mudanças no ambiente empresarial aconteçam a todo o momento, o que torna as empresas que possuem e utilizam sistemas eficientes para armazenar, transmitir, difundir e gerir estrategicamente o conhecimento interno e externo existentes mais competitivas e capazes de formular respostas rápidas a esta evolução. Torna-se importante, nesse ponto, reconhecer a relevância e o valor estratégico do conhecimento e do capital intelectual para as empresas, que sem dúvidas podem ser potencializados com a utilização de recursos eficientes como os sistemas de informação computacionais para sustentá-los:

A soma dos conhecimentos de todos os empregados de uma empresa é, hoje, seu ativo potencialmente mais importante, e criar oportunidades para a partilha desses conhecimentos é um dos processos ao qual as empresas têm se dedicado com afinco. No entanto, para que o compartilhamento seja relevante, ele precisa estar alinhado às prioridades estratégicas da organização. É preciso definir como os processos de gerar, organizar e distribuir o conhecimento darão sustentação a cada objetivo estratégico da empresa transformando o valor potencial do ativo intangível – o conhecimento, em valor tangível - desempenho. (ANGELONI, 2008, p. 28)

Nesse contexto, torna-se cada vez mais presente nas organizações o desenvolvimento e a utilização dos chamados ERPs (*Enterprise Resource Planning*), ou seja, sistemas de informação de planejamento empresarial que têm como finalidade principal a automatização de processos em todos os níveis da empresa, utilizando um robusto banco de dados integrado que pode ser acessado e manipulado em todos os setores da organização, possibilitando que os gestores tenham informações mais precisas para prever, controlar e coordenar situações diárias, com ampla visão dos processos e possibilitando tomadas de decisões rápidas e confiáveis.

2.3 Capital Intelectual: O Ser Humano Faz a Diferença

Num cenário de alta competitividade e extraordinária velocidade de mudanças como o atual, torna-se cada vez mais importante que as empresas valorizem e capacitem seus recursos humanos para se manterem vivas e fortes perante a concorrência, buscando estratégias que possibilitem o alcance destes ideais. O capital intelectual dentro das organizações passa a ser de grande relevância para sua sobrevivência já que as pessoas são, primordialmente, os principais detentores do conhecimento. Dessa maneira, a organização deve cuidar para que esse ativo intangível permaneça produtivo e capaz de estar em constante evolução, pois dessa condição dependerá o seu futuro.

2.3.1 Composição e gestão do capital intelectual

Conceituar o capital intelectual parece ser uma tarefa mais simples do que quantificá-

-lo, pois a construção dos ativos e da solidez de uma empresa resulta inegavelmente da contribuição e correto gerenciamento desse bem intangível que reside na mente das pessoas que com ela se relacionam, sejam colaboradores, fornecedores, sejam clientes. Gerir esse bem não é tarefa fácil para os administradores e, já há algum tempo, essa tarefa desperta a curiosidade e a atenção dos pesquisadores.

A gestão do capital intelectual é como um oceano recém-descoberto, que ainda não consta no mapa, e poucos executivos entendem suas dimensões ou sabem como navegá-lo. Podem saber um pouco sobre ativos intelectuais codificados, como patentes e direitos autorais. Podem ter uma noção do valor dos outros, como o patrimônio da marca. Podem intuir que o treinamento e a experiência obtidos na curva de aprendizado fazem parte, de alguma forma, de sua base de ativos. Mas o talento também é capital intelectual. O valor de um laboratório, por exemplo, inclui a capacidade de seus cientistas de fazer novas descobertas no futuro. Pode-se colocar uma etiqueta de preço nisso [...] O chefe de contabilidade pode lhe informar o tamanho da folha de pagamento, mas não pode lhe informar o custo da substituição das habilidades dos funcionários, e menos ainda se elas estão sofrendo valorização ou depreciação. O diretor de recursos humanos pode saber quanto a empresa gasta com treinamento formal, mas não sabe quanto de aprendizado o treinamento realmente gerou. (STEWART, 1998, p. 53)

Stewart (1998) também observa que o capital intelectual de uma organização constitui-se pelo talento de seus funcionários, pela eficácia de seus sistemas gerenciais e pelo caráter de seus relacionamentos com os clientes. Dessa forma, segundo o mesmo autor, apoiando-se em teorias de importantes líderes como Hubert Saint-Onge do *Canadian Imperial Bank of Commerce* e Leif Edvinsson da *Skandia*, o capital intelectual pode ser encontrado nas pessoas, nas estruturas ou nos clientes, ou seja, compõe-se do capital humano, presente na capacidade intelectual dos funcionários, do capital estrutural representado pelas estruturas através das quais as organizações dão apoio e vazão ao capital humano, incluindo-se aqui os sistemas de informação e do capital do cliente, que se traduz no “valor dos relacionamentos de uma empresa com as pessoas com as quais faz negócios”. Tal capital tem vida curta se não for devidamente valorizado e tratado na empresa, Assim, na visão do referido autor,

O capital humano se dissipa com facilidade. É preciso concentrá-lo. Isso significa que a inteligência organizacional, bem como qualquer outro ativo, deve ser cultivada no contexto da ação: a concentração aleatória de Ph.D.s de nada adianta. O que você vai fazer com eles: Para fazer diferença, o capital humano precisa de seus irmãos, o capital estrutural e o capital do cliente. (STEWART, 1998, p. 79)

Assim, como conclui o autor supracitado, administrar o capital intelectual é um grande desafio e gerenciá-lo deve ser a maior de todas as prioridades das organizações.

2.4 Compartilhando o Conhecimento e Desenvolvendo o Capital Intelectual: Uma Abordagem Prática

É crescente o número de empresas que adotam a implantação de sistemas de infor-

mação para melhorar suas atividades, bem como para desenvolver seus recursos humanos, estruturais e sua relação com clientes, ou seja, seu em benefício de seu capital intelectual. Tais práticas favorecem a disseminação do conhecimento e podem ser observadas, atualmente, tanto em organizações públicas quanto em privadas e alguns interessantes casos de sucesso nessa aplicação serão relatados nos tópicos seguintes.

2.4.1 As comunidades de prática colaborando para o compartilhamento do conhecimento

Para Angeloni (2008) é fundamental que as empresas desenvolvam estruturas e sistemas que permitam o armazenamento e o compartilhamento das informações. Para suprir essa necessidade, surgem os sistemas de informações sob diversas formas e destinados aos mais variados objetivos, integrando-se e interconectando ambientes e pessoas, facilitando o acesso às informações e ao aprendizado, possibilitando o desenvolvimento individual e coletivo, com favorecimento da organização como um todo.

Um bom exemplo de compartilhamento de conhecimento pode ser encontrado nas chamadas comunidades de prática que, embora tenham sua origem na informalidade e nas relações interpessoais diretas, têm despertado grande interesse de organizações atuantes em variados ramos e cuja formação e difusão têm sido cada vez mais incentivadas por permitirem tanto a criação como a disseminação do conhecimento, alavancando o desempenho e a produtividade das equipes.

As comunidades de prática são grupos de pessoas que misturam relacionamentos e atividades em um determinado tempo e em relação tangencial e envolvimento com outras comunidades. Nessas comunidades, os novos membros aprendem com os mais velhos ao serem autorizados a participar de certas práticas da comunidade (ANGELONI, 2008, p.38)

Tais comunidades vêm ganhando, atualmente, a importante contribuição das redes de relacionamento virtuais e dos sistemas de informação. Um exemplo deste avanço relatado em Angeloni (2008) pode ser encontrado na prática adotada pela Secretaria Municipal de Recursos Humanos da Prefeitura de Curitiba. Na referida Secretaria, a implantação de um projeto denominado “Projeto Aprender” possibilitou, através da utilização de tecnologias disponíveis e redes integradas, a criação de comunidades que, através do Portal do Aprender Curitiba, podem criar e compartilhar conhecimentos por meio de fóruns virtuais de discussão, salas de interesse entre outros que beneficiam não só usuários do serviço público, como também os servidores do órgão, para os quais foram criados desdobramentos do projeto, sendo importante destacar as quatro equipes que interagem para seu bom andamento, descritas por Angeloni (2008): a) Pesquisa e desenvolvimento, responsável por descobrir as práticas que originam o conhecimento; b) Tecnologia, incumbida de melhorar as formas de acesso à informação; c) Gestão, destinada à mobilização de colaboradores para a busca de informações e conhecimentos e d) Pessoas, encarregada do desenvolvimento de produtos e processos num ambiente propício ao compartilhamento do conhecimento.

Dessa forma, torna-se clara a preocupação da citada organização pública em desenvolver suas equipes lançando mão de elementos tecnológicos e sistemas integrados de informação que permitam a criação e facilitem a disseminação e o compartilhamento do conhecimento.

2.4.2 Portais corporativos: importantes ferramentas de gestão e compartilhamento do conhecimento e desenvolvimento do capital intelectual

Outro exemplo de prática na utilização de recursos tecnológicos e sistemas de informação para os fins estudados no presente artigo, é a criação e utilização do Portal corporativo pelo DETRAN de Alagoas, onde foram incentivadas a criação e a disseminação de comunidades virtuais de compartilhamento. Nessa instituição, visando o melhor desenvolvimento do corpo funcional e proporcionar a melhor prestação de serviços à sociedade, foi desenvolvido, com a utilização de um sistema de software livre denominado phpBB (*php Bulletin Board*), aplicado originalmente para suportar fóruns de discussão, um portal corporativo, através do qual os colaboradores internos têm acesso a diversos dados e informações, além de conhecimentos gerenciais que possibilitam a interação virtual entre pessoas e departamentos, ou seja, o estabelecimento de comunidades virtuais.

Esse projeto teve um custo de implantação irrisório para a empresa, uma vez que utiliza um sistema livre, que é mantido por uma extensa gama de desenvolvedores voluntários que além de prestar suporte técnico, ainda oferecem atualizações periódicas e incremento de funcionalidades. Na organização em questão, o sistema, depois de implantado, permitiu uma significativa melhora no processo de comunicação interna, agilizando a tramitação de processos através de fóruns e subfóruns criados e mantidos de acordo com a demanda dos departamentos, permitindo desde a troca de informações simples até a emissão de relatórios complexos produzidos em *softwares* auxiliares.

Através da incorporação de elementos como correio eletrônico interno, galerias de fotos entre outros, o sistema conquistou o interesse e a adesão dos colaboradores, quebrando a resistência inicial à tecnologia e eliminando a exclusão digital na corporação, o que favoreceu a disseminação e o compartilhamento do conhecimento entre praticamente todos os níveis institucionais e hoje permite a interação eficiente entre os diversos setores e colaboradores, independentemente da localização geográfica dos mesmos, já que a referida organização possui unidades espalhadas em toda a capital e interior do Estado de Alagoas.

Nota-se que os portais corporativos são, sem dúvida, uma importante ferramenta para as organizações e sua implementação pode trazer benefícios não só à instituição como também a seus colaboradores e clientes, pois um portal bem estruturado, que integre sistemas de uso internos e externos, é um verdadeiro e poderoso instrumento de gestão organizacional, bem como importante meio para a disseminação do conhecimento e desenvolvimento do capital intelectual.

Os portais corporativos consistem em uma completa estrutura de gestão organizacional e do conhecimento para as organizações. A base de um portal corporativo permeia entre a utilização e participação por parte dos indivíduos, o alinhamento desse ambiente com os processos de trabalho das organizações e a utilização das tecnologias adequadas para o devido suporte ao negócio da organização e ao fomento da Gestão do Conhecimento. No contexto tecnológico, um portal corporativo não é uma única tecnologia ou sistema, mas um conjunto de tecnologias, que, se corretamente integradas provêm uma única interface ao usuário pra acessar qualquer recurso de informação e de processos de trabalho. Além de uma plataforma mais confortável, o portal pode constituir-se em um verdadeiro ambiente de trabalho e repositório de conhecimento para a organização e seus colaboradores. (ANGELONI, 2008, p. 80)

2.4.3 Lotus Notes: bem mais que uma simples plataforma de correio eletrônico, uma importante ferramenta de compartilhamento do conhecimento

Outra ferramenta bastante utilizada por diversas empresas, que pode se tornar um importante veículo para a difusão do conhecimento e um considerável aliado no desenvolvimento do capital intelectual, é a plataforma para correio eletrônico *Lotus Notes*, desenvolvido pela *International Business Machines* - IBM e utilizada por muitos como suporte para a troca de correspondência, mas que possui inúmeras outras peculiaridades que podem transformá-la em um sistema integrado de informações capaz de compartilhar dados de diversas fontes, permitindo o desenvolvimento de sistemas interligados à sua plataforma, beneficiando tanto a organização como os usuários pela otimização do fluxo de informações. Dentre esses sistemas que podem ser integrados ao *Lotus notes*, podemos destacar os seguintes, utilizados em inúmeras organizações primordialmente:

- Sistemas de Viagens, que permitem a inclusão de missões, cadastramento de documentos, solicitação de emissão de bilhetes, cálculos de diárias, acompanhamento pelo usuário e gerenciamento através de relatórios da situação de viagens corporativas, tudo isso por meio da integração de vários sistemas através da plataforma do *Notes*;
- Sistemas de Gestão da Qualidade, que permitem o gerenciamento das atividades relacionadas, inclusive com cadastramento de documentos como atas, relatórios de não conformidades, manuais, normas internas entre outros, que podem ser elaborados, inseridos ou alterados, conforme perfis predeterminados ou simplesmente consultados pelos usuários comuns da ferramenta;
- Murais Eletrônicos, onde podem ser inseridos informativos periódicos ou outras comunicações internas que podem ser acessadas por todos os usuários, mantendo os colaboradores em constante sintonia com as notícias relacionadas à empresa, ou mesmo informais, conforme a necessidade;
- *Chat* de bate papo, que pode ser utilizado pelos colaboradores para conversas formais e informais, em tempo real, o que permite a troca de informações *on line* facilitando ainda mais a disseminação do conhecimento na empresa e o consequente desenvolvimento do seu capital intelectual.

Essas e outras funcionalidades fazem do *Notes* um importante aliado na gestão do conhecimento nas organizações que as utilizam, permitindo significativas conquistas para a empresa e para seus colaboradores, se utilizadas de forma responsável e coerente em prol dos objetivos individuais, profissionais e coletivos.

2.4.4 Ensino a distância: compartilhando conhecimento, capacitando colaboradores e desenvolvendo o capital intelectual na organização

Atualmente várias empresas vêm adotando, com sucesso, a utilização de sistemas de ensino à distância, não só as entidades voltadas para a educação como também as organizações dos mais variados ramos de atividade, sejam elas públicas ou privadas. A adoção dessa forma de compartilhamento de conhecimento e de capacitação traz consigo inúmeras vantagens, dentre as quais destacamos a

- Redução de custos, uma vez que com a utilização desta forma de ensino, reduzem-se os gastos com deslocamento e material didático, visto que grande parte dos acervos está disponível em arquivos virtuais;
- Aumento de beneficiários, pois os cursos podem ser acessados por vários colaboradores ao mesmo tempo;
- Otimização de tempo e espaço durante o estudo, visto que os usuários são capazes de flexibilizar seus horários, tempo de duração e local de acesso.

Além dessas características, também se verifica a maior facilidade para a transmissão e compartilhamento do conhecimento, pois através de fóruns de discussões, monitoria virtual, bate-papo virtual, entre outros, os usuários podem ampliar e partilhar seus conhecimentos mesmo estando em locais diferentes e distantes, aperfeiçoar-se em suas atividades, entre outras conquistas que contribuem para o desenvolvimento desse ativo intangível que é o capital intelectual da organização. Assim, apesar de ter um custo inicial considerável para a implantação e manutenção de estrutura mínima necessária, as organizações têm benefícios de curto, médio e longo prazo que se transformam em frutos de sucesso em seu ramo de atuação.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De todo o exposto, pode-se concluir que a abordagem de temas como a gestão do conhecimento e o capital intelectual, embora tenham ganhado bastante atenção na atualidade, ainda possuem muitas vertentes a serem exploradas, pois se tratam de conceitos relativamente novos que podem contribuir muito para a administração moderna e, especialmente, para a gestão de pessoas nas organizações. Diante das abordagens conceituais contidas no presente artigo, definindo-se o conhecimento como um processo natural de evolução de dados e informações, passando pela conceituação de conhecimento tácito e conhecimento explícito, além de abordar a importância de uma correta gestão desse conhecimento pelas empresas, bem como do capital intelectual e, principalmente, da utilização de sistemas de informação como aliados no compartilhamento do conhecimento e no desenvolvimento desse capital intelectual, acredita-se no alcance dos objetivos de sua construção.

Conforme exposto, o presente artigo constitui um passo significativo para evidenciar a importância do conhecimento e do capital intelectual para as organizações e, principalmente da disseminação eficiente desse conhecimento, com a utilização de sistemas de informação desenvolvidos com esta finalidade, abordando como tais sistemas tornam-se importantes ferramentas, principalmente devido aos avanços tecnológicos que impelem sua utilização como recursos praticamente indispensáveis para desenvolvimento dos colaboradores e o bom desempenho na execução de suas tarefas diárias, além de ser um diferencial das empresas de sucesso ou que querem manter-se atualizadas e competitivas frente à dinamicidade do mundo atual.

Pelos exemplos aqui tratados, observa-se que a utilização de sistemas de informações para o compartilhamento do conhecimento e o desenvolvimento do capital intelectual pelas organizações é um fator de extrema importância e, porque não dizer, essencial nos tempos atuais, onde as mudanças e a evolução tecnológica acontecem de forma

praticamente instantânea, não permitindo estagnações e retardamento na execução de tarefas, aprendizado e tomada de decisões. Nessa situação, a criação de comunidades de prática, a implementação de sites corporativos, fóruns de discussão virtuais, sistemas de aprendizado à distância, entre outras, tornam-se extraordinários veículos para o compartilhamento do conhecimento e desenvolvimento das pessoas, proporcionando o êxito interno e externo das organizações que os utilizam.

Num outro giro, acredita-se que o presente estudo também permite concluir que as empresas que não atentarem para a importância da utilização de tais sistemas estão fadadas ao desaparecimento gradativo ou, na melhor das hipóteses, a uma perda considerável de mercado e de profissionais qualificados, além de uma dispersão desordenada do conhecimento interno pela incapacidade de descobrir e utilizar meios adequados para gerir a gama de informações sob seu controle na velocidade que a sociedade atual requer.

REFERÊNCIAS

ANGELONI, Maria Terezinha (Org.). **Gestão do Conhecimento no Brasil: casos, experiências e práticas de empresas públicas**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2008.

DRUCKER, Peter F. **O advento da nova organização**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

LUPPI, Iria. **Tipos de Sistemas de Informação na empresa**. Disponível em: <http://www.oficinadanet.com.br/artigo/738/tipos_de_sistemas_de_informacao_na_empresa>. Acesso em: 07 de setembro de 2010.

NONAKA, Ikujiro. **A Empresa Criadora de Conhecimento**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POLLONI, Eurico Giulio Franco. **Administrando Sistemas de Informação**. 2. ed. São Paulo: Futura, 2000.

ROSINI, Alessandro Marco; PALMISANO, Angelo. **Administração de Sistemas de Informação e gestão do conhecimento**. São Paulo: Pioneira Thomson learning, 2003.

STEWART, Thomas A. **Capital Intelectual: A nova vantagem competitiva**. 18. Reimp. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998.

TAKEUCHI, Hirotaka; NONAKA, Ikujiro. **Gestão do Conhecimento**. Traduzido por Ana Thotell. Porto Alegre: Bookman, 2008.

A HISTÓRIA DO ENSINO SUPERIOR DE CONTABILIDADE EM MANAUS

Silvana Monteiro da Silva¹ Ana Paula Sá Menezes²

Recebido em:01/04/11; aceito em: 27/05/11

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo relatar como foi a origem do Curso de Contabilidade em Manaus, tendo como tema central *A História do Ensino Superior da Contabilidade em Manaus*, com o objetivo de auxiliar no processo da pesquisa e no ensino-aprendizagem dos graduandos sobre o início do curso na capital. O estudo começa apresentando um breve resumo sobre a origem e desenvolvimento do Ensino Superior em Manaus, desde a fundação da primeira Universidade do Brasil, hoje conhecida como a Universidade Federal do Amazonas - UFAM, passando pelo desenvolvimento sócio-econômico e cultural da capital do Amazonas, desde o período Áureo da Borracha à Zona Franca de Manaus até os dias atuais. Mostrando a evolução do Ensino Contábil, desde o ensino básico ou técnico na Escola de Comércio até ao início do Superior na FES. Demonstrar como foi necessário o desenvolvimento desse ensino para o profissional contador nesse período até os dias atuais com a necessidade de aperfeiçoamento e de se especializar ainda mais nessa Ciência que é a Contabilidade. Os temas bordados foram feitos para que o leitor voltasse um pouco no passado, sentindo como se estivessem naquele determinado momento, vivendo a transformação do ensino e sua valorização e interesse da sociedade por ter na capital o Ensino Superior não só da área Contábil, como também de outras áreas. A ambição deste trabalho não é formalizar uma opinião sobre determinado assunto, mas iniciar uma possível reflexão sobre o mesmo, dar importância a pesquisa histórica para que se não apague das nossas lembranças, mas que fiquem registradas para futuras pesquisas.

Palavras-chave: História da Contabilidade. Origem do curso de Contabilidade em Manaus. Ciências Contábeis.

¹ Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade Salesiana Dom Bosco. E-mail: montsilvana@gmail.com.

² Mestre em Ensino de Ciências na Amazônia. Professora da FSDB do curso de Ciências Contábeis. Orientadora.

RESUMEN

Este trabajo tiene como objetivo informar sobre el origen del Curso de Contabilidad en Manaus, con el tema central de la Historia de la Educación Superior en Contabilidad en Manaus, destinado a ayudar en el proceso de la investigación y la enseñanza y el aprendizaje de los estudiantes universitarios durante el curso se inicia en la capital. El estudio se inicia mediante la presentación de un breve resumen sobre el origen y el desarrollo de la educación superior en Manaus, la primera desde la fundación de la Universidad de Brasil, ahora se conoce como la Universidad Federal del Amazonas - UFAM, a través del capital socio-económica y cultural del Amazonas desde el apogeo del caucho de la Zona Franca de Manaus hasta la actualidad. Que muestra la evolución de la Contabilidad Educación, en las escuelas o técnico en la Escuela de Comercio antes del inicio de la FES Superior. Demostrar cómo esto era necesario para desarrollar la educación para el contador profesional en ese período hasta la actualidad con la necesidad de mejorar y especializarse aún más en esta ciencia que es la contabilidad. Los bordados temas fueron hechos para el jugador a volver un poco en el pasado, sintiendo como si estuvieran en ese momento en particular, experimentando la transformación de la enseñanza y su reconocimiento y el interés de la sociedad que la educación superior en la capital no sólo del área de contabilidad, como otras áreas. La ambición de este trabajo es formalizar una opinión sobre un tema, pero se puede empezar a pensar en ello, haciendo hincapié en la investigación histórica que no puede borrar nuestra memoria, sino que deben registrarse para futuras investigaciones.

Palabras clave: Historia de la Contabilidad. Fuente Contabilidad curso en Manaus. Contabilidad.

I O DESENVOLVIMENTO SOCIAL, ECONÔMICO E CULTURAL DA CIDADE DE MANAUS

I.1 A Era da Borracha

Existiram dois tipos de civilizações no auge da borracha, da qual podemos destacar: o Seringal com seus personagens e o Seringueiro. Em relação ao seringal, neste havia vários tipos de personagens sociais: o seringalista que é o patrão, o dono do seringal; o gerente que cuidava das unidades de produção, contratando mão de obra, e até mesmo fazendo às vezes de patrão da fazenda na ausência do mesmo; o guarda-livros, como era conhecido na época a pessoa que possuía a formação técnica contábil, onde tinha por responsabilidade de manter as escritas do seringal em dia, pois eram baseados nelas que os seringalistas tomavam suas decisões. Havia também os caixeiros, que tinham a seu cargo os armazéns ou barracões, como era chamado o lugar onde pesavam e guardavam a produção da borracha trazida pelos seringueiros. (SANTOS, 2007)

Em relação ao seringueiro, era a pessoa responsável em extrair o leite branco das *Hevea Brasiliensis*, nome científico da árvore seringueira, que após colheita preparavam para transformar o látex em grandes bolas pesadas de borracha. (*ibidem*, 2007)

A produção e a exportação da borracha vieram crescendo desde 1827, registrando o primeiro e modesto embarque de trinta e uma toneladas, atingindo em 1880 cerca de

sete mil toneladas, a partir de então, acelerou-se o desenvolvimento social, econômico, fiscal e cultural da região Amazônica. (*ibidem*, 2007)

Segundo Santos (2007, p.216), “[...] a produção da borracha na Amazônia decolou em função do aumento da demanda estrangeira de borracha bruta, numa época em que a Amazônia era o único fornecedor mundial.” Isso fez com que houvesse grande desenvolvimento na região norte, onde, antes, era uma área esquecida e muito atrasada, hoje, se transforma em um grande centro de comércio brasileiro. Esse crescimento econômico da região foi acompanhado de significativo desenvolvimento urbano. Muitas cidades surgiram e outras se desenvolveram como, por exemplo, Manaus. O comércio interno aumentou significativamente e a renda dos habitantes melhorou. Esta euforia contribuiu para a construção de casas, de prédios públicos, de estradas, de teatros e de escolas.

1.2 A Belle Époque Manauara no auge da Borracha

A cidade de Manaus, a partir de 1890, inicia uma grande transformação social, cultural, estrutural e urbanística, tudo financiado pela economia extrativista-exportadora, principalmente pela Economia da Borracha, que teve muita exportação e valorização, propiciando ao Estado uma boa receita, que contribuiu para o desenvolvimento social e econômico na época. Conforme Santos (2007, p. 232), “a ordem do dia aos governantes amazonenses era: viver a modernidade. Modernizar, embelezar e adaptar Manaus às exigências econômicas e sociais da época da borracha passou a ser o objetivo maior dos administradores locais.”

Tudo isso foi feito para que a cidade mostrasse mais modernidade e que tivesse condições de atender às necessidades básicas e dando conforto aos visitantes que vinham a negócio ou, até mesmo, aqueles que pretendiam ficar definitivamente morando na cidade. De 1891 a 1896 foi construído o famoso Teatro Amazonas, inteiramente com dinheiro da borracha. Calcula-se que tenha custado cerca de dois milhões de dólares. Além disso, houve muitas outras construções significativas, como os prédios públicos, tais como o Palácio da Justiça, a Biblioteca Pública, Praças, o Mercado Municipal, o Porto de Manaus, dentre outras obras, tudo financiado pelos barões da borracha que só queriam ter uma cidade agradável para si (*ibidem*, 2007).

Segundo Burns (1966, *apud ibidem*, 2007), Manaus em 1910 era conhecida como a capital mundial da borracha, foram mais de vinte anos de extrativismo crescente, exportação contínua e de preços em constante alta:

Nesse ano, Manaus progredia com os preços atingidos novas alturas e toda a atmosfera da cidade altamente próspera. [...] Manaus alardeava com orgulho todas as civilidades de qualquer cidade européia de seu tamanho ou mesmo maior: Um excelente sistema portuário, um serviço de coleta e disposição de lixo eficiente, eletricidade, serviços telefônicos, belos edifícios públicos, residências confortáveis atestavam o estado de modernização da cidade. (BURNS *apud* SANTOS, 2007, p.234)

Manaus, diferentemente do restante do Estado, possuía uma vasta população estrangeira, que eram formados pelos ingleses, franceses, alemães e portugueses, que estavam envolvidos diretamente com a direção da negociação da borracha. Além desses, também

tinham os espanhóis, italianos, sírios, libaneses, árabes, chineses, russos entre outras nacionalidades que praticavam outras atividades na capital, desenvolvendo ainda mais o comércio local (SANTOS, 2007).

Há de salientar, que dentre todas essas culturas estrangeiras, a que mais se destacou na cidade foi a francesa, cuja língua era ensinada na Escola Normal, lia-se o jornal francês *Le Matin*, e a moda referencial era a francesa, ou seja, em Manaus havia o *frisson* pela cultura e a moda parisiense (*ibidem*, 2007).

Nesse mesmo ano de 1910, havia quarenta e cinco escolas primárias públicas e diversas particulares, também constavam uma escola secundária e a Escola Normal. Além dessas, o funcionamento de algumas escolas especiais, tais como: O Instituto Afonso Pena, escola vocacional para rapazes; o Instituto Benjamim Constant para moças órfãs; a Escola Municipal de Comércio (hoje conhecida como Sólón de Lucena), onde diplomava os chamados Guarda-Livros, ou seja, pessoas com conhecimentos técnicos em contabilidade. Em relação ao nível de Ensino Superior, foi criada historicamente a primeira universidade do Brasil, conhecida primeiramente como Escola Universitária Livre de Manáos, passando a denominar-se em 1913, como Universidade de Manáos (*ibidem*, 2007).

Conforme Batista (1976, *apud ibidem*, 2007), com o auge da borracha, veio tanto para Manaus como para Belém, uma classe social de intelectos e profissionais:

Houve atração para Belém e Manaus, de uma elite de intelectuais, artistas, profissionais liberais e homens de negócio, que em parte se radicou na região, estimulando a vida artística, as atividades intelectuais, a medicina, a advocacia, a engenharia civil, as demarcações de terras, incorporando-se à magistratura ou entrando para o comando da economia da região. (BATISTA *apud* SANTOS, 2007, p.226 et seq.)

1.3 Zona Franca de Manaus – ZFM

A ZFM foi idealizada pelo Deputado Federal Francisco Pereira da Silva e criada pela Lei Nº 3.173 de 06 de junho de 1957, conhecido como Porto Livre³. Dez anos depois, o Governo Federal por meio do Decreto-Lei Nº 288 de 28 de fevereiro de 1967 ampliou essa legislação e reformulou o modelo, estabelecendo incentivos fiscais por trinta anos para implantação de um polo industrial, comercial e agropecuário na Amazônia. Foi instituído, assim, o atual modelo de desenvolvimento, que engloba uma área física de 10000 km², tendo como centro a cidade de Manaus e está assentada em Incentivos Fiscais e Extra Fiscais, instituídos com o objetivo de reduzir desvantagens locais e propiciar condições de alavancagem do processo de desenvolvimento da área incentivada.

Bentes (1986) afirma que a implantação da ZFM veio para acelerar o crescimento econômico da região e propiciar a necessidade de profissionais especializados em várias áreas, como segue:

Com a implantação da ZFM, Manaus sai do marasmo econômico e passa a crescer aceleradamente. Este dinamismo inicialmente se verifica no comércio que redireciona parte de suas atividades para a importação de produtos estrangeiros, para atender a demanda dos consumidores locais e dos turistas.

³ Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/zfm_historia.cfm>. Acesso em 16/08/10 às 20h40min

[...] O setor bancário, restrito a poucas agências, começa a expandir-se. [...] O comércio imobiliário e a indústria da construção entram em fase de prosperidade. No setor industrial, são improvisadas fábricas em velhos galpões e casas antigas, que aos poucos, com a implantação do Distrito Industrial, pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), vão se transferindo para instalações próprias, definitivas e adequadas ao uso industrial. [...]. Manaus foi se definindo como verdadeiro enclave da indústria eletrônica e relojoeira de dimensão nacional. O aumento dessas atividades expande a demanda por mão de obra especializada e não especializada e eleva o nível de renda da população de Manaus. (BENTES, 1986, p.231 et seq.)

Com o desenvolvimento da ZFM, podemos dizer que todas as profissões especializadas foram importantes, mas principalmente para a contabilidade e o profissional Contador, que teve sua importância reconhecida, pois para toda ação de uma empresa, faz-se necessário, primeiramente, a ajuda de um contador, onde este, por sua vez, caberá a responsabilidade de executar sua tarefa para o empresário com ética e dedicação, fazendo desde a abertura da empresa até a parte de manter tudo funcionando legalmente nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal.

Nos primeiros anos após a sua reformulação e ampliação, a ZFM tornou-se um grande *shopping center* para os brasileiros de todas as regiões, já que havia restrições às viagens de brasileiros ao exterior e as pessoas encontravam em Manaus as novidades importadas do primeiro mundo e que ainda não estavam disponíveis no mercado interno. Por conta dessa corrida às compras, a cidade teve uma explosão em todas as atividades, principalmente na comercial. Segundo dados da Junta Comercial do Amazonas, só em 1967 foram registradas um mil e trezentos e trinta e nove (1339) novas empresas.

2 O INÍCIO DO ENSINO SUPERIOR NA CAPITAL MANAUS

O Ensino Superior no Amazonas teve seu início em 17 de Janeiro de 1909, e é exatamente nessa data que se comemora na capital os mais de 100 anos de sua existência. Contudo, esse marco só foi possível graças ao período auge do Ciclo da Borracha, onde o desenvolvimento econômico, social, cultural fez com que houvesse a necessidade de profissional especializado no Amazonas.⁴

Em 5 de setembro de 1906, com a fundação do Clube da Guarda Nacional do Amazonas, em seu estatuto continha a criação de uma escola prática militar, que teve sua publicação no ano de 1907. Contudo, só foi possível ser realizado em 10 de novembro de 1908, com a presidência do Tenente-Coronel Joaquim Eulálio Gomes da Silva Chaves, concretizando o surgimento da primeira Escola Militar Prática do Amazonas, onde era composta por dois cursos, sendo um preparatório e o outro superior, não só destinados aos oficiais da Guarda Nacional, mas também a todos os brasileiros (DUARTE, 2009).

Nesse mesmo ano, a Escola Militar Prática do Amazonas passou a ser denominada como Escola Livre de Instruções do Amazonas. Com menos de um ano, mais exatamente em 17 de janeiro de 1909, recebeu nova denominação, agora chamada de Escola Universitária Livre de Manaus, sendo reconhecida como a primeira Instituição de Ensino Superior no Brasil⁴.

⁴ Disponível em: <<http://portal.ufam.edu.br/index.php/historia#historia>>. Acesso em 14/08/10 às 13h30min

De acordo com os Estatutos, elaborados e apresentados pelo Tenente-Coronel Eulálio Chaves, a Escola deveria manter os cursos das três armas, segundo o programa adotado para as escolas do Exército Nacional. Fora os cursos de instrução militar, também seriam lecionados os cursos de Engenharia Civil, Agrimensura, Agronomia, Indústrias e outras especialidades; Ciências Jurídicas e Sociais, bacharelado em Ciências Naturais e Farmacêuticas e Letras. Outros cursos deveriam ser criados posteriormente, com preferência o de Medicina⁴.

No dia 8 outubro de 1909, mediante a Lei nº 601, a Escola Universitária Livre de Manáos teve seu devido reconhecimento, validando todos os títulos emitidos pela instituição no estado do Amazonas. Com o sucesso alcançado, no dia 6 de novembro de 1909, o Conselho Constituinte da Escola tomou deliberações, elegendo algumas comissões para programar a administração da Universidade e escolher os diretores de acordo com suas áreas de ensino. (ANTONACCIO, 1997, p.578)

No início de suas atividades, a Escola Universitária Livre de Manáos era particular e teve sua instalação no prédio do Grupo Escolar Saldanha Marinho, situado no centro de Manaus na Rua Saldanha Marinho. (DUARTE, 2009)

Em seu primeiro ano de atividade, foram matriculados cento e cinquenta e seis alunos, informação encontrada no Relatório do Movimento Escolar apresentado em 4 de março de 1911 por Astrolábio Passos à Congregação da Escola Universitária Livre de Manáos. No dia 1º de janeiro de 1912, realizou-se a colação de grau dos primeiros formandos dessa instituição: dez odontólogos, oito farmacêuticos e três agrimensores. (DUARTE, 2009, p.191)

Em 13 de julho de 1913, a Escola Universitária Livre de Manáos, passou a ter nova denominação, agora chamada de Universidade de Manaós⁴. Nessa época, a instituição já era mantida por auxílios arrecadados do Estado com os municípios, haja vista que os valores pagos das mensalidades pelos alunos não eram suficientes para cobrir todas as despesas da Universidade. Com o declínio do auge da borracha, os cofres públicos tiveram que reduzir de forma drástica a ajuda que davam a instituição, ocasionando então uma desestruturação que culminou com a autonomia administrativa e financeira de dois institutos vinculados que são: a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, desligando-se em 17 de janeiro de 1920 e a Escola Agrônômica de Manáos em 8 de março de 1922 (*ibidem*, 2009)

Como se não bastasse a crise econômica do período auge da borracha, uma grande frustração para a sociedade e para o Ensino Superior ainda estava por vir, ocorrendo em 1926, após dezessete anos de funcionamento e de uma experiência bem sucedida do Ensino Superior na capital, foi inevitável a extinção da Universidade de Manaus.

Contudo, segundo Antonnacio (1997), ainda permaneceram três estabelecimentos de Ensino Superior no Amazonas, das quais podemos citar: a Faculdade de Engenharia, que foi extinta em 1943; a Faculdade de Medicina, extinta em 1944 e, por fim, a Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais, que em 1949 foi federalizada pela Lei de nº 24, em 21 de novembro, hoje conhecida como a Faculdade de Direito que está funcionando até os dias atuais no *Campus* Universitário da UFAM.

3 O SURGIMENTO DA UNIVERSIDADE DO AMAZONAS E A SUA FEDERALIZAÇÃO

Em 1962, exatamente no dia 12 junho, mediante Lei de nº 4.609-A, deu-se início ao surgimento da primeira Universidade Federal do Estado, criando a Fundação Universidade do Amazonas – FUA, com o objetivo de criar e manter a Universidade do Amazonas.⁵

Figura 1: Universidade do Amazonas – UA (Disponível em: <<http://portal.ufam.edu.br/index.php/historia#historia>>. Acesso em 14/08/10 às 12h20min)

Conforme Art.14 dessa mesma Lei, a formação da Universidade do Amazonas ficou composta pelas seguintes Instituições de Ensino Superior⁵: Faculdade de Direito do Amazonas; Faculdade de Engenharia; Faculdade de Farmácia e Odontologia; Faculdade de Medicina; Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras; Faculdade de Ciências Econômicas do Amazonas.

Conforme, § 1º, Art. 14, Lei 4.609-A, de 12 de junho de 1962:

As escolas referidas neste artigo serão denominadas Faculdade de Direito, Faculdade de Engenharia, Faculdade de Farmácia e Odontologia, Faculdade de Medicina, Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras e Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Amazonas.

Desde 1965 até 1977, a Universidade do Amazonas já possuía uma grade de cursos bastante vasta, oferecendo vinte e quatro Graduações, sendo elas: Direito, Ciências Econômicas, **Ciências Contábeis (1965)**, Filosofia, Pedagogia, Matemática, Química, Letras, Engenharia Civil, Farmácia, Odontologia, Medicina, Administração, Ciências Naturais, Biblioteconomia, Serviço Social, Comunicação Social, Educação Física, Ciências Biológicas, Física, Agronomia, Estatística, Geologia e Engenharia Elétrica (DUARTE, 2009).

Segundo Antonaccio, (1997, p.581),

Quando o professor catedrático de Direito Administrativo da Faculdade de Direito do Amazonas, Dr. Aderson Pereira Dutra, assumiu a reitoria da

⁵ Disponível em: <[HTTP://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4069-a.htm#art3](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4069-a.htm#art3)> Acesso em 22/08/10 às 13h30min

Universidade do Amazonas, no período de outubro de 1970, até dezembro de 1976, ela conheceu o seu apogeu e o ensino universitário no Amazonas entrou na sua fase áurea. Imediatamente foram iniciados novos cursos, professores de outros estados deslocaram-se para a Zona Franca de Manaus, que inicia sua implantação e foram firmados vários convênios, inclusive para competições esportivas e a Universidade do Amazonas jamais retrocedeu na sua caminhada até os dias que correm.

Em 20 de junho de 2002, com a Lei Federal nº 10.468, foi declarada a nova denominação à Universidade do Amazonas, passando a chamar-se Universidade Federal do Amazonas – UFAM, hoje com mais de trinta e nove cursos em Manaus, localizada na Avenida General Rodrigo Otávio nº 3.000, bairro Coroado. (*ibidem*, 2009)

4 O MÉTODO DE PESQUISA

4.1 Metodologia

Através desta pesquisa pretendeu-se demonstrar como foi a origem do Ensino Superior de Contabilidade e seu desenvolvimento na capital Amazonense. Para tanto, foram usados materiais bibliográficos e alguns documentos públicos sobre o assunto, buscando apresentar, de forma objetiva e clara, a metodologia utilizada. A pesquisa foi qualitativa. O método foi o Indutivo. Com relação aos objetivos, a pesquisa se classificou como Exploratória. Quanto aos procedimentos técnicos, bibliográfica e documental (GIL, 2010).

4.2 Sujeitos da Pesquisa

Foram feitas pesquisas com pessoas ilustres de conhecimento históricos do meio contábil, dentre eles um em destaque por ser escritor regional pesquisador da área, outro por ser professor do ensino contábil há mais de quatro décadas.

4.3 Instrumentos da Pesquisa

Nesta pesquisa foi utilizado o método de entrevista, meio que possibilitou uma visão mais ampla e direcional sobre a técnica abordada, deixando os entrevistados bem à vontade para relatarem suas memórias históricas das épocas de estudantes e profissional.

5 A ORIGEM DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS EM MANAUS

5.1 A Escola de Comércio de Manaus

Nos anos em que o regime republicano imperava, o Ensino Técnico Profissionalizante no Brasil estava dividido em categorias, cuja situação estendia-se à cidade de Manaus, propiciando o desenvolvimento do Curso Comercial formando os Guarda-Livros, pessoas com conhecimentos básicos em contabilidade, que prestavam os serviços de

escrituração de toda movimentação das empresas. O curso foi criado pelo Decreto Nº 213 de 27/12/1897, sendo inicialmente lecionado no Gymnasio Amazonense Pedro II. A capital do Amazonas passava pelo processo de expansão econômica, decorrente do Ciclo da Borracha e isso exigia qualificação de mão de obra especializada para atender ao comércio local e aos Barões da Borracha⁶.

Em 1909, por meio do Conselho Municipal de Manaus, então dirigido pelo Superintendente Municipal Agnello Bittencourt, foi criada a Lei nº 578 de 25 de novembro, dando origem à Escola Municipal de Commercio de Manaus com objetivo de oferecer o Ensino Técnico voltado para a área do Comércio. Foi inaugurada em 26 de fevereiro de 1910, situado à Rua Barroso, no Centro da cidade, funcionando somente no período noturno até o ano de 1918 (DUARTE, 2009).

Entre os anos de 1921 a 1922, a Escola de Commercio passou por um grande declínio financeiro devido à crise da Borracha, fazendo com que a Intendência Municipal recorresse a outros Estados pedindo ajuda financeira, sendo respondido somente pelo Governo da Paraíba, através do então Governador Solon Barbosa de Lucena, que enviou recursos para a manutenção da Escola. Em reconhecimento a este ato, passou a chamar-se Escola Municipal de Commercio Solon de Lucena. Posteriormente, em 1931, coube ao Estado assumir a direção da escola, tanto do financeiro como da administração; mas em 1936 a prefeitura voltou a assumir a escola financeiramente, deixando para o Executivo Estadual apenas a direção técnica (DUARTE, 2009).

Depois de 14 anos, em 1945, com nova reorganização no regime de ensino, a escola passou a oferecer o curso Comercial Básico e Técnico em Contabilidade, passando a ter nova denominação: Escola Técnica de Comércio Solon de Lucena. Em 1962, obteve outra denominação, passando a chamar-se Colégio Comercial Solon de Lucena (*ibidem*, 2009)

Atualmente, a instituição é mantida pelo Governo do Estado, que voltou a assumir a administração, tanto financeira como direcional da escola. Com nova denominação, a escola é conhecida como Escola Estadual Solon de Lucena, mantendo a homenagem ao governador da Paraíba até os dias atuais. Oferece somente o Ensino Médio, não lecionando mais o Ensino Técnico em Contabilidade. A Escola Solon de Lucena está localizada, à Avenida Constantino Nery, s/nº no bairro São Geraldo, destacando-se como marco institucional num período histórico da cidade de Manaus (*ibidem*, 2009).

5.2 Colégio Dom Bosco

O início das atividades do Colégio Dom Bosco em Manaus é marcado pela chegada dos padres salesianos Pedro Ghislandi e Agostinho Caballero Martin e do monsenhor Pedro Massa, em 24 de julho de 1921 (*ibidem*, 2009, p.183).

Mesmo com precárias instalações do antigo prédio episcopal, os salesianos começaram a funcionar, imediatamente, as primeiras séries do Curso Primário. No ano de 1927, apesar de graves dificuldades financeiras, mas com a ajuda das famílias tradicionais da cidade, iniciou-se a construção do prédio do Colégio Dom Bosco com a sua majestosa fachada do lado da Av. Epaminondas. Contemporaneamente à construção nova, foi aber-

⁶ Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/aZjx668.pdf>. Acesso em 19/10/10 às 20h15min

to o Curso Ginásial atendendo, no turno matutino e vespertino os filhos da classe média da cidade e no turno noturno, aulas gratuitas para os filhos de operários⁷.

A partir de 1940, o Colégio Dom Bosco inclui novos cursos à sua grade curricular que foram: Curso Científico, **Técnico em Contabilidade**, formando inúmeros profissionais ao longo dos anos (DUARTE, 2009).

A partir de 2000, inicia o Ensino Superior na Instituição, com a denominação de Faculdade Salesiana Dom Bosco - FSDB, obtendo seu credenciamento no MEC pela Portaria Nº 1.166/2002⁸, oferecendo primeiramente os cursos de graduação das áreas de Serviço Social, Filosofia e Pedagogia, posteriormente, em 2004, Administração e Contabilidade⁹.

5.3 A Origem do Ensino Superior de Contabilidade em Manaus

O Ensino Superior de Contabilidade teve seu início na Faculdade de Estudos Sociais – FES – que, antes de ser incorporada à estrutura da Universidade do Amazonas – UA –, possuía a denominação de Faculdade de Ciências Econômicas – FCE. Conforme Duarte (2009, p.200), “[...] foi criada pelo Governo Estadual, por meio do da Lei 108, de 23 de dezembro de 1955, como um órgão vinculado à então Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Social.” Anos depois, ainda com a denominação de FCE, foi criado o Decreto Estadual nº 02 de 04 de janeiro de 1960 e, após ser publicado no Diário Oficial do Estado, foi aprovado o Regulamento Interno que em seu artigo 2º, item a. A referida Faculdade tinha, entre outros, o objetivo de lecionar o Ensino Superior das Ciências Econômicas, Financeiras, Administrativas, **Contábeis** e Atuariais, com a finalidade de formar profissionais nessas especialidades¹⁰.

Inicialmente, a FES começou lecionando o Curso de Ciências Econômicas, em 1962, com o Parecer Nº397 do Conselho Federal de Educação (CFE) foi estabelecido o currículo mínimo, adotado para os cursos de Ciências Econômicas, Ciências Contábeis e Ciências Atuariais, que conforme Art.2º, a duração seria de quatro anos letivos para os cursos, entrando em vigor, obrigatoriamente, a partir do ano letivo de 1963, conforme Art.3º deste parecer. As matérias do Currículo do Curso de Ciências Contábeis foram divididas em dois grupos, as de formação básica e as de formação profissional¹¹.

Conforme Resolução S/Nº, de 8 de fevereiro de 1963, o Currículo Mínimo do Curso de Ciências Contábeis correspondia às seguintes matérias:

Quadro 1: Matérias do Currículo Mínimo do Curso de Ciências Contábeis de 1963 (CFE).

Fonte: Disponível no: Departamento de Contabilidade do Curso de Ciências Contábeis - DECON.

Ciclo Básico	Ciclo de Formação Profissional
1. Matemática	1. Contabilidade Geral
2. Estatística	2. Contabilidade Comercial

⁷ Disponível em: <http://www.domboscomanaus.edu.br/conheca_historico.asp>. Acesso em 26/10/10 às 20h13min

⁸ Disponível em: <<http://www.fsdb.edu.br/historico.asp>>. Acesso em 14/08/10 às 14h30min

⁹ Disponível em: <<http://www.fsdb.edu.br/graduacao.asp>>. Acesso em 14/08/10 às 15h20min

¹⁰ Disponível em: <http://www.fes.ufam.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=46&Itemid=63>. Acesso em 05/11/10 às 16h10min

¹¹ Informações documentais concedidas pelo Departamento de Contabilidade do Curso de Ciências Contábeis (DECON). Acesso em 06/11/10 às 17h10min

3. Direito	3. Contabilidade de Custos
4. Economia	4. Auditoria e Análise de Balanços
	5. Técnica Comercial
	6. Administração
	7. Direito Tributário

Em **1965**, foi instalado oficialmente o **Curso de Ciências Contábeis** na FES, tendo como um dos idealizadores desse feito, o Professor Bacharel em Ciências Contábeis, Orlando Mendes Falcone, grande responsável pelo desenvolvimento do Ensino Contábil na faculdade. Na época, o diretor da FES, era o professor Saul Benchimol, que integrou no mesmo ano o Curso de Administração.

A partir de 1974, com a Resolução N° 034 da Universidade do Amazonas, o Curso de Ciências Contábeis passou a ter um Currículo Pleno que correspondia às seguintes disciplinas:

Quadro 2: Disciplinas do Currículo Pleno do Curso de Ciências Contábeis da UA. Fonte: Disponível no Departamento de Contabilidade do Curso de Ciências Contábeis - DECON.

Disciplina Curricular	Complementares Obrigatórias
Matemática I	Estudos de Problemas Brasileiros I
Matemática II	Estudos de Problemas Brasileiros II
Estatística A	Prática Desportiva II
Instituições de Direito Público e Privado	Prática Desportiva II
Direito Comercial IV	Legislação Social
Introdução à Economia	Contabilidade Bancária
Contabilidade Geral	Contabilidade Industrial
Contabilidade Comercial I	Contabilidade Pública
Contabilidade Comercial II	Administração Financeira e Orçamento
Contabilidade de Custo I	Finanças Públicas
Contabilidade de Custo II	Língua Portuguesa
Auditoria I	Sociologia
Auditoria II	Psicologia Geral
Análises de Balanço	Metodologia do Estudo
Técnica Comercial	Introdução à Filosofia
Introdução à Administração	Língua Estrangeira
Direito Tributário	

No Quadro 3, apresenta-se quantidade de formandos por ano letivo do curso de Ciências Contábeis da Universidade do Amazonas em 1968 até o presente ano, já com a denominação de Universidade Federal do Amazonas - UFAM.

Quadro 3: Sequência Cronológica dos Formandos do Curso de Ciências Contábeis em Manaus da FES. Fonte: Disponível nos Livros de Atas da FES.

Ano Letivo	Qtd.de Formandos
1968	24
1969 a 1970	44
1971 a 1980	132
1981 a 1990	639
1991 a 1994	201
1995 a 2009	Sem informações
1° sem/2010	422

6 IES AUTORIZADAS PELO MEC A LECIONAR CONTABILIDADE EM MANAUS

Para iniciar a oferta de um curso de graduação, as IES dependem de autorização do Ministério da Educação. O quadro 4 foi elaborado para melhor visualização da Sequência Cronológica em que as IES, tanto pública como particular, iniciaram o funcionamento do Curso de Contabilidade em Manaus com a devida autorização e reconhecimento.

Quadro 4: Demonstrativo do início do Curso de Ciências Contábeis nas IES em Manaus (MONTEIRO, 2010 - Fonte: Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.html>>. Acesso em 26/10/10 às 18h13min)

Instituição	Data de início do Curso de Contabilidade	Autorização do Curso de Contabilidade	Reconhecimento do Curso de Contabilidade
Universidade Federal do Amazonas – UFAM	01.01.1965	Resolução-CONSUNI/UA N° 3 de 10.03.1965	Decreto Federal N° 70.684 de 07.06.1972
Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas – CIESA	02.05.1986	Decreto Federal N° 92.494 de 26.03.1986	Portaria MEC N° 378 de 05.03.1991
Centro Universitário Nilton Lins – UNINILTON LINS	03.03.1989	Decreto Federal N° 98.079 de 21.08.1989	Portaria MEC N° 861 de 08.6.1993
Centro Universitário do Norte – UNINORTE	01.02.2001	Portaria MEC N° 722 de 26.05.2000	Portaria MEC N° 4.001 de 06.12.2004
Universidade Paulista – UNIP	14.02.2001	Consun/Unip N° 11 de 21.01.2000	Portaria MEC N° 1.256 de 23.08.1994
Escola Superior Batista do Amazonas – ESBAM	19.02.2001	Portaria MEC N° 287 de 15.02.2001	Portaria SEsu N° 130 de 30.05.2006
Faculdade Martha Falcão – FMF	03.02.2003	Portaria MEC N° 3.415 de 06.12.2002	Portaria MEC N° 993 de 08.0.2006
Faculdade Salesiana Dom Bosco – FSDB	01.02.2005	Portaria MEC N° 2.530 de 19.08.2004	Portaria MEC/SEsu N° 467 de 27.06.2008
Faculdade La Salle de Manaus	13.02.2005	Portaria MEC N° 2.360 de 11.08.2004	Em análise pelo MEC
Faculdade Metropolitana de Manaus – FAMETRO	14.03.2005	Portaria MEC N° 648 de 01.03.2005	Em análise pelo MEC

O quadro 4 demonstra ainda que algumas IES aguardam a renovação do reconhecimento do curso no MEC, o qual deve ser realizado de quatro em quatro anos pelas Instituições, através da *internet* pelo portal e-MEC. Esse foi criado para fazer a tramitação eletrônica dos processos de regulamentação. Em funcionamento desde janeiro de 2007, o sistema permite a abertura e o acompanhamento dos processos pelas instituições de forma simplificada e transparente¹².

O portal do MEC possibilita a todos os estudantes, a verificação se as IES que pretendem ingressar são autorizadas e os cursos reconhecidos.

7 ENTREVISTAS AOS EXPERTS

Após a realização da pesquisa, foram feitas entrevistas com pessoas ilustres do meio contábil em Manaus para ratificar as informações encontradas. Dentre eles, um em destaque por ser escritor regional, pesquisador da área e atuante, outro, por ser professor do ensino contábil há mais de quatro décadas, que possibilitou uma visão ampla. As entrevistas foram feitas de modo a deixar os entrevistados bem à vontade para relatarem suas lembranças desse marco histórico que foi o início do Curso Superior de Contabilidade em Manaus.

O primeiro entrevistado foi o ilustre escritor Gaitano Laertes Pereira Antonaccio¹³, que confirmou o início do Curso de Contabilidade em nível Superior em Manaus no Ano de 1965 na Faculdade de Ciências Econômicas. Ele recorda que anos anteriores, em Manaus, só havia o Curso Técnico de Contabilidade, no qual estudou por três anos no Ginásio Brasileiro Pedro Silvestre, onde se formou através de bolsa de estudo, por ser um colégio particular. Segundo Antonaccio, em suas lembranças, uns dos mais famosos e *expert* na área Contábil, foi o Professor e Contador Orlando Mendes Falcão, que foi muito importante para o Ensino Contábil e o primeiro presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Amazonas (CRC-AM). Também relatou que, além deste, tiveram outros nomes ilustres nesse desenvolvimento do Ensino Superior, tais como Rui Lins, Armando dos Santos, Aderson Pereira Dutra, Manoel Bastos Lira, José Humberto Michilles, dentre tantos nomes que lutaram e lutam por um ensino melhor.

No ponto de vista de Antonaccio, o Profissional de Contabilidade passou por uma fase de desvalorização por conta da tecnologia informatizada, que fez com que surgissem programas que indicavam que qualquer pessoa poderia fazer um balanço, balancete e lançamentos dentre outros, desvalorizando o trabalho do Contador. Mas atualmente, com a globalização e o crescimento econômico do Brasil, o Profissional Contador passou a ter novamente a sua importância no mercado, deixando de ser visto apenas como um mero devedor e credor de contas, passando a ser um assessor e orientador das empresas. Para tanto, a Contabilidade se ramificou, transformando-se numa ciência. Hoje o Contador não é mais visto só como um devedor ou credor, mas sim um analista de contas, um consultor, um quase sócio da empresa; portanto, acha ne-

¹² Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.html>>. Acesso em 26/10/10 às 18h13min

¹³ Gaitano Laertes Pereira Antonaccio, Advogado, Contabilista, Escritor, Poeta e Empresário, nasceu em Manaus - AM, no dia 28.I.1940, é Diretor da Associação Comercial do Amazonas, vogal da Junta Comercial, Membro do Conselho Regional e Federal de Contabilidade, fundador da Academia de História do Amazonas e da Associação dos escritores do Amazonas, Membro da Academia de Letras do Amazonas (nota da autora).

cessário que os formandos do Ensino Contábil conheçam a História da Contabilidade, seu desenvolvimento e evolução no Amazonas, no Brasil e no mundo.

O segundo entrevistado foi o ilustre professor do Curso de Contabilidade da UFAM, José Humberto Michilles¹⁴. Ele relata que antes de ser contador, era bancário na área de finanças em 1965, quando através de seu chefe teve conhecimento do novo curso que a FCE estava oferecendo: o Curso de Contabilidade da qual fez parte da primeira turma, relatando que na época foram matriculados mais de sessenta alunos, dos quais apenas vinte e quatro formaram e tiveram seus diplomas de Bacharéis em Ciências Contábeis. No curso, apenas dois professores eram Bacharéis em Contabilidade; os demais professores eram Bacharéis em Direito e Economia. Após formar-se e receber o título de Bacharel em Contabilidade, José Humberto Michilles passou a ser mais um professor do Curso de Ciências Contábeis na FES; mas antes disso, exatamente em 1966, já havia ingressado na Instituição trabalhando como técnico, passando posteriormente a ser professor do Curso de Contabilidade. Atualmente, é membro da Associação dos Docentes da UFAM e faz parte da Diretoria da FES. O professor Michilles lutou e luta até hoje pela melhoria do Ensino Superior em Contabilidade, tentando trabalhar em prol da qualidade e das melhores condições do Ensino Superior da UFAM, tanto para os professores quanto para os alunos do Curso de Ciências Contábeis.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa buscou identificar, localizar e analisar os fatos e momentos que levaram ao surgimento do Ensino Superior da Contabilidade em Manaus. Para tanto, a pesquisa foi feita através de levantamento bibliográfico, documental e consulta a *experts*. As maiores dificuldades encontradas foram a falta de informações, ausências de arquivos e omissão dos registros de muitos fatos históricos, ou seja, a parte documental. Em algumas situações da pesquisa, observou-se a dificuldade em obter informações e, principalmente, o descaso com alguns documentos importantes do Ensino Superior de Ciências Contábeis, pois se encontram arquivados de forma inadequada, sujeitos a deteriorização do tempo, podendo ser evitado se fossem digitalizados.

Apesar das dificuldades encontradas, aprofundar esse conhecimento, procurando saber a origem do Ensino Contábil na capital foi um passo importante para descobrir parte desse mundo fantástico que é a História Contábil no Amazonas. Foi possível identificar como alguns eventos ocorridos no cenário econômico, político e social afetaram o Ensino Comercial e afetam o Ensino Superior de Contabilidade, fazendo com que os alunos e os profissionais já formados se especializem cada vez mais. Segundo Sá (2009, p.467) “a responsabilidade humana do conhecimento contábil é tão vasta que um dia haverá de ser reconhecida em sua plenitude”. Considerando o grande conhecimento do ilustre e saudoso Antônio Lopes de Sá, devemos explorar a Contabilidade em todas as formas, seja na sua História, seja na Ciência.

O estudo sobre a Origem e a História do Ensino Contábil ou de qualquer área do conhecimento, não só de Manaus, mas de todos os estados brasileiros, pode ser

¹⁴ José Humberto Michilles, Professor Bacharel do Curso de Ciências Contábeis pela UFAM e aluno da primeira turma do Curso de Contabilidade em Manaus no ano de 1968 da FES.

considerado um tanto vago, entretanto, com os resultados obtidos, sugere-se a continuidade dessas pesquisas. Novos trabalhos poderão estudar as disciplinas e conteúdos oferecidos, promover a identificação e análise de outros eventos econômicos, políticos e sociais, os elementos de integração entre a Contabilidade e outras áreas de conhecimento. Alguns temas sugeridos: A História da Contabilidade no Amazonas, O Surgimento do Profissional Contador em Manaus, A História da Escola de Comércio de Manaus, que complementaria e enriqueceria muito o tema dessa pesquisa aqui apresentada.

REFERÊNCIAS

ANTONACCIO, Gaitano Laertes Pereira. **Como Agir Sem Ferir Ética e Prerrogativas**. 5.ed. Manaus, AM: Garcia, 2001.

_____. **Entidades e Monumentos do Amazonas**: Fundação – História – Importância. Manaus, AM: Imprensa Oficial, 1997.

DUARTE, Durango Martins. **Manaus entre o passado e o presente**. Manaus, AM: Mídia Ponto Com, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projeto de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2010.

SÁ, Antônio Lopes de. **A evolução da contabilidade**. 2.ed. São Paulo: IOB, 2009.

SANTOS, Francisco Jorge dos. **História Geral da Amazônia**. Rio de Janeiro: MemVavMem, 2007.

PORTAL DA SUFRAMA. **Modelo Zona Franca** – História. Disponível em: <http://www.suframa.gov.br/zfm_historia.cfm>. Acesso em 16/08/10 às 20h40min.

PORTAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS. **Instituição** – História. Disponível em: <<http://portal.ufam.edu.br/index.php/historia#historia>>. Acesso em 14/08/10 às 13h30min.

PORTAL DO PLANALTO. **Lei N° 4.069-A de 12 de Junho de 1969**: Criação da Fundação Universidade do Amazonas. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4069-a.htm#art3> Acesso em 22/08/10 às 13h30min.

PORTAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO – e-MEC. **Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados**. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>> Acesso em 21/09/10 às 13h40min

MOTA, Assislene Barros da; SILVA, Aglamir Prado da; GUIMARÃES, Erilane de Souza; PINHEIRO, Alessandra. Preâmbulo da História e Memória da Educação na Cidade de Manaus (1889-1930). In: SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS HISTÓ-

RIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL, 8, 2009, Campinas. **Anais Eletrônicos...** Campinas, Unicamp, 2009. Disponível em: <http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/aZjx668.pdf> Acesso em 19/10/10 às 20h15min.

PORTAL COLÉGIO DOM BOSCO. **Conheça a Escola** – Histórico. Disponível em: <http://www.domboscomanaus.edu.br/conheca_historico.asp>. Acesso em 26/10/10 às 20h13min

PORTAL FACULDADE SALESIANA DOM BOSCO. **Conheça a FSDB** – Histórico. Disponível em: < <http://www.fsdb.edu.br/historico.asp>>. Acesso em 14/08/10 às 14h30min

PREVENÇÃO, EDUCAÇÃO E RELAÇÕES FAMILIARES: POSSÍVEIS CONEXÕES

Denise Machado Duran Gutierrez¹

Recebido em: 01/05/11; aceito em: 27/05/11

RESUMO

O presente trabalho se apresenta em forma de ensaio crítico e consiste em tecer considerações a respeito das relações entre o conceito de *Prevenção, Educação* - a partir de seus parâmetros ético-normativos - e a Teoria Sistêmica aplicada ao campo dos estudos de *família*. Temos como objetivo ampliar conhecimentos na área interdisciplinar que envolva esses três campos de produções. Adotamos como procedimento metodológico a técnica da Análise Comparativa e Sistemática que permita o confronto e a construção de relações entre as diversas perspectivas de modo que se possa pensar ações mais adequadas e eficazes no âmbito das práticas interventivas com família. Como resultados parciais concluímos destacando: 1) a necessidade de se considerar o alto nível de complexidade do fenômeno psicossocial 'família'; 2) a importância de se favorecer ações que promovam mais flexibilidade e liberdade nos diversos processos e arranjos presentes na cena familiar; 3) a imbricação de parâmetros normativos pertinentes à educação formal e também ao mundo íntimo da família como caminho para se pensar relações mais éticas e informadas na defesa do Humano.

Palavras-chave: Prevenção; Educação; Família.

ABSTRACT

This work presents a critical essay and consists of considerations regarding relations between the concept of Prevention, Education - from their normative-ethical parameters - and Systemic Theory applied to the field of family studies. We aim to broaden expertise in interdisciplinary studies involving these three fields of productions. We have adopted

¹ Psicóloga Clínica. Doutora em Saúde Coletiva. Docente da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Brasil ddgutie@vivax.com.br

as methodological procedure technique Comparative and Systematic Analysis permitting the confrontation and the building of relationships between the various perspectives so that you can think of more appropriate and effective actions in the framework of practical interventions with family. As partial results we point out: 1) the need to consider the high level of complexity of family as psychosocial phenomenon; 2) the importance of encouraging actions that promote more flexibility and freedom in the various processes and arrangements present in the family scene; 3) the connection between regulatory parameters relevant to formal education and also to the intimate world of the family as a way to think about relationships between more ethical and informed Human protection.

Keywords: Prevention; Education; Family.

I INTRODUÇÃO

Aceitando o desafio de discutir e refletir criticamente sobre as interfaces e conexões entre os três termos a nós propostos: *Prevenção, Educação e Família*, - desafio, aliás, nada fácil de enfrentar sem correr o risco de resvalar em generalidades e redundâncias acadêmicas -; vimos apresentar esse texto como esboço de um caminho reflexivo ainda incompleto. Nele pretendemos recuperar informações valiosas sobre *prevenção* a partir de estudos sobre família que partem de uma perspectiva dinâmica relacional centrada nos processos interativos e comunicacionais, em que se superam posturas culpabilizantes da família em favor de um olhar que reconheça suas sub-partes e contribuições relativas. Para abordar *educação* recorreremos ao trabalho primoroso de Policarpo-Junior e Rodrigues (2010) no qual os princípios normativos da formação humana são discutidos remetendo-nos aos fundamentos filosóficos da educação e à articulação entre o que conhecemos e o que fazemos. E, finalmente, para colocar em pauta a *família*, a perspectiva sistêmica vem ao nosso socorro como ferramenta útil para olhar fenômenos complexos de modo mais abrangente e unificado, evitando-se, assim, cair em simplificações empobrecedoras. Reconhecemos que as relações entre esses três termos são multifacetadas e complexas. Posteriormente no texto procuraremos tecer algumas pontes, mas ainda de forma introdutória e, reconhecemos, rudimentar.

Para introduzir nosso tema é preciso primeiro pensar a condição humana, assim chamada '*original*', e a família, enquanto agência socializadora. OSÓRIO (1998) nos ajuda a ver que a condição neotênica ou larvária do ser humano traz consigo implícita a necessidade de se prover um grupo primordial que seja protetor e alimentador do ser e que possa satisfazer suas necessidades essenciais no começo da vida. Sem o amparo inicial permanente da família - seja ela qual for - o ser humano não tem chances de sobrevivência, dado seu caráter de incompletude e despreparo para cuidar de si mesmo.

Para além desse acolhimento inicial, a família encarrega-se de lançar o ser no mundo social fazendo a mediação necessária para sua plena inserção. Suas funções socializadoras se expressam no campo da aprendizagem de tarefas e papéis e no desempenho de diversas funções psicossociais, tais como: dar afeto e carinho, ser continente de várias tonalidades de afetos (medo, angústia, agressão), prover uma base identificatória para a formação da identidade, favorecer a aprendizagem e contato com o mundo social, transmitir pautas culturais de valores, preparar para o exercício da cidadania e consciência de direitos (OSÓRIO, 1998).

Em várias sociedades e tempos históricos, embora seu formato e configuração vão mudando sensivelmente ao longo do tempo e sempre em mudança conforme os paradigmas sócio-culturais, a família se coloca como uma estrutura fundamental que desempenha diversas funções ligadas à manutenção da vida biológica, social e psíquica; tal como a transmissão de valores, socialização, preparo para a vida, absorção de tensões e conflitos externos.

Sua eficiência deriva do fato de que a divisão de tarefas propiciada pela família faz sua estrutura adequada para fazer frente às necessidades humanas de adaptação dentro de um mundo social cheio de desafios e em contínua mudança. As pautas de certos papéis, dadas socialmente, colocam marcos que norteiam a conduta individual, e nesse sentido apresentam-se como estruturas mais ou menos rígidas que balizam o que é esperado de cada membro. Porém o desempenho efetivo dos papéis, ocorrido no *mundo-da-vida*, passa por uma dupla leitura e filtragem individual e grupal que lhes conferem feição própria em cada grupo familiar especificamente.

Ademais, embora se coloque como agência de cuidados em várias dimensões, a vivência no seio da família está longe de ser pacífica e harmônica. As relações que se desenvolvem ali são pautadas por diversos mecanismos que configuram, muitas vezes, relações violentas e hostis, marcadas pela rivalidade, competição e simbiose.

A partir dessas considerações vemos que pensar nessa agência socializadora e sustentadora da vida implica em aprofundar sua dimensão educativa e preventiva, ou de proteção.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Prevenção e Processos Familiares

No sentido vernáculo do termo encontramos o conceito de *prevenção* assim delimitado: “*Disposição ou preparo antecipado e preventivo, modo de ver antecipado, premeditação*” (FERREIRA, s/d, p. 1137). A noção de antecedência no tempo se destaca nos levando a pensar a necessidade de, ao conhecer certos processos em curso na família, podermos nos antecipar e de modo propositivo agir para evitar ou reduzir danos previsíveis. Esse seria, a nosso ver, o espírito norteador da postura preventivista diante de fenômenos que gerem desvios ou sofrimentos, quer seja no campo educacional ou mais propriamente da vida íntima da família.

Vários teóricos da família descrevem os processos nela em curso nos alertando para certos perigos intrínsecos em seu caminho. Feres-Carneiro (1996) apresenta uma revisão de estudos que servem de referência para compreender as dinâmicas familiares, suas vicissitudes e instigam a pensar sobre as possibilidades de antever e planejar ações de prevenção. Esses estudos discutem critérios quantitativos para se avaliar as dinâmicas familiares em termos de uma maior ou menor saúde e nesse sentido preferem falar em famílias predominantemente sadias ou adoecidas. Essa postura nos leva a pensar a família – e por consequência a nossa família – como entidade que transita instavelmente num *continuum* entre saúde e doença.

Abaixo apresentamos uma exposição das ideias centrais de vários autores resenhados por Feres-Carneiro (1996) a partir dos quais poderemos discutir prevenção numa

perspectiva centrada em propostas avaliativas da família e suas dinâmicas. Adotamos aqui a visão da autora que opta por ver a família como um sistema que opera dentro de contextos sociais específicos. Sistema sócio-cultural aberto que muda, adapta-se e fomenta, com maior ou menor eficiência, o crescimento de seus membros. Procuraremos refletir sobre as implicações desses diversos sistemas classificatórios propostos pelos autores para o desenvolvimento de ações de prevenção.

Para Ackerman (1961) famílias enfermas são aquelas que fracassaram progressivamente no cumprimento de suas funções familiares essenciais, quais sejam: reciprocidade de relações entre papéis familiares; provimento de vias de solução para os conflitos; estabelecimento de complementaridade eficaz; provimento de apoio a novos níveis de identificação. Compreende vários níveis de êxito e fracasso ou níveis de adaptação: **1)** Famílias que enfrentam seus problemas delimitando-os e encontram uma solução realista para os problemas; **2)** Famílias que não conseguem encontrar uma solução realista podendo, no entanto, conter o problema e controlar seus efeitos nocivos até que encontrem a solução; **3)** Famílias que são incapazes de conter os efeitos destrutivos do conflito assumindo uma conduta inadequada, impulsiva e autodestrutiva gerando sintomas progressivos de desintegração emocional. O autor diferencia ainda o conflito como podendo ser *benigno*: quando as funções básicas são supridas; ou *maligno*: quando estimula o desequilíbrio emocional e desadaptação individual.

Centrando sua atenção nos processos grupais Pichon Rivière (1978) distingue o que chama de *grupo sadio*, que ocorreria quando cada membro conhece e desempenha seus papéis de acordo com as leis da complementaridade, porém sem rigidez em seu exercício. Afirma que papéis são importantes porque dão estrutura, mas também devem ser exercidos com certo grau de plasticidade que permita assumir outros papéis quando necessário. A comunicação aberta permite a mudança e redimensionamento dos papéis. Quando isso não acontece, falhas na instrumentação dos papéis pode levar à insegurança predispondo o indivíduo à doença.

A partir dos critérios de tipos de vínculo (aglutinação, dispersão e dissolução de vínculos), o autor propõe a seguinte tipologia familiar num contínuo que vai da família epileptoide à esquizoide: *Família epileptoide*: Apegada à terra, seus membros não emigram, quando o fazem vão todos juntos; estrutura familiar fechada e rígida, papéis fixos e estereotipados. Já a *Família esquizoide*: Tende à ruptura progressiva dos vínculos; apresenta uma unidade familiar quase inexistente; a emigração frequente gera perda de contato com o grupo familiar.

Sorrells e Ford (1969 *apud* FERES-CARNEIRO, 1996) discutem a família a partir de seu funcionamento e assim a classificam: *Família Funcional* seria aquela em que o *status quo* não é tratado como '*vaca sagrada*'. Ela está aberta a mudanças, há respeito pela individualidade de seus membros. A tomada de decisão é partilhada, mas com liderança, que pode, no entanto, se alternar. Predomina uma postura que incentiva o desenvolvimento de autonomia e liberdade responsável. Quando algum sintoma aparece logo se procura seu significado. Há abertura para autoexpressão; a comunicação é livre, clara, direcionada e consistente. De outro lado na *Família Disfuncional* o *status quo* é supervalorizado e mantido custe o que custar. Há uma supressão da individualidade, os membros não falam ou não ouvem. A autonomia dos membros ocorre em baixo nível e há uma camuflagem do processo relacional gerador dos conflitos. As percepções negadas são distorcidas ou desqualificadas, assim a comunicação se apresenta confusa, sem direcionalidade, clareza e congruência.

Fernandez e Turbert (1970 *apud* FERES-CARNEIRO, 1996) discutem a família a partir dos limites de seus vários subsistemas componentes. Propõem uma tipologia dividida em algumas configurações relacionais: *Família aglutinada (limites difusos dos subsistemas)*: caracterizada por uma falha na identidade grupal compensada pela tendência exagerada à aglutinação. Essa conformação dificulta a individualização de seus membros. Há um absolutismo no papel materno com exagero de normas maternas. A interação é estereotipada, há um predomínio de mensagens concretas com intensa carga emocional. Dentro desse tipo, na *Família uniformada*, a falha na identidade é compensada pela busca exagerada de uniformidade. O absolutismo é do papel paterno. As relações são estereotipadas e as mensagens concretas e abstratas com carga emocional controlada. Já na *Família Isolada (limites rígidos com relação à identidade)* predominam as identidades individuais com perda da identidade grupal. A interação é escassa e os papéis ausentes. As mensagens possuem quase nenhuma carga emocional. No modelo mais saudável aparece a *Família integrada*, em que há equilíbrio entre identidade individual e grupal, a interação é estável e flexível, a comunicação aberta e os papéis e normas mais equilibrados. A carga emocional é usada de forma instrumental quando necessário e as mensagens são tanto concretas/factuais, quanto abstratas/simbólicas.

Nessa mesma linha encontramos Minuchin *et al* (1999). Para eles o funcionamento de uma família sadia necessita que os limites dos subsistemas (parental, filial, fraternal) sejam claros. Há um contínuo entre maior e menor integração de cada família. Extremos são áreas de patologia. Enfatizam ainda que o uso diferencial de autoridade é necessário no sistema familiar. É na família que os filhos aprendem a negociar em situações de poder desigual. Habilidade essa necessária para suas relações futuras em vários contextos de desigualdade de poder. É importante, porém, que a autoridade dos pais possa ser questionada e que as regras sejam flexíveis e coerentes, porém a família não é uma sociedade de iguais.

É também importante que os pais compreendam que à medida que os filhos crescem, suas necessidades tanto de orientação como de autonomia se modificam, devendo modificar-se também a forma dos pais tratarem com elas. Isso implica na capacidade de fazer mudanças e requer a flexibilidade da família.

Satir (original de 1967 *apud* FERES-CARNEIRO, 1996) desenvolveu toda uma *Teoria da comunicação* a partir da qual discute a família e seus processos relacionais. Os conflitos são aí entendidos como fenômenos comunicativos. Para ela a *comunicação é funcional* quando aspectos informativos e aspectos relacionais estão integrados. De outro lado a *comunicação paradoxal ou disfuncional* ocorre quando aspectos informativos e relacionais são incongruentes, gerando confusão e doença.

A grande tese da autora é que a comunicação é o fator determinante do tipo de relação que se estabelece entre os indivíduos. A autoestima, a maturidade e a saúde caminham juntas. Classifica as famílias como funcionais e disfuncionais: *Funcionais*: Os membros se manifestam com clareza, aceitam diferenças e assumem responsabilidade pessoal. As regras do jogo relacional são flexíveis. As famílias *Disfuncionais*: Valorizam e preservam o *status quo* e resistem a mudanças. As diferenças individuais são suprimidas, a homogeneidade é buscada. Elimina-se o espaço pessoal. Há baixa autonomia e autoestima dos membros, que não assumem responsabilidade por seus atos. Nesse quadro um sintoma pode camuflar a desadaptação do grupo. Os *feed-backs* são restritos e a comunicação é truncada e indireta. As pessoas falam por indiretas, sugerindo sem afirmar, num estilo marcado pela defesa e dissimulação.

2.2 Educação E Princípios Normativos

Para discutir a questão da educação em sua relação com a prevenção, retomaremos aqui de modo pormenorizado as contribuições de Policarpo-Junior e Rodrigues (2010) em sua discussão sobre os princípios normativos da formação humana que perpassam a educação. Nesse texto os autores pretenderam contribuir com esclarecimento conceitual sobre a educação, pois há uma grande imprecisão conceitual, a qual acaba por se refletir nas práticas gerando grande fragilidade teórico-conceitual para o campo da investigação científica em educação.

A ideia da dimensão normativa é usada como instrumento explicativo que articula teoria e prática educativa. Segundo os autores, os princípios seriam a “... *atualização do conceito de Ariete que informou e dirigiu a construção espiritual e civilizatória da noção de Paidéia, principal idéia-força das raízes históricas do conceito de educação*” (JAEGER, 2001 *apud* POLICARPO-JUNIOR; RODRIGUES, 2010, p.96). Ademais estes princípios seriam necessários à vida humana em geral e transcendem, a nosso ver, a esfera da educação formal se estendendo a vários outros cenários institucionais onde a educação aconteça, em especial a família, onde a educação não formal encontra seu lugar por excelência.

A educação funda-se no pressuposto de que o ser humano deve atingir uma condição que ainda não tem desenvolvida, volta-se para o futuro e para o que deveria ser e, portanto, é intrinsecamente normativa. No entanto, não sabe precisar que condição de *vir a ser* seria essa, uma vez que se coloca num campo de debates entre forças ora mais objetivistas, ora mais subjetivistas. A dimensão normativa da educação se volta para a formação humana, pois,

[...] todo ser particular depende necessariamente do cultivo de um determinado modo de estar e viver entre os humanos e a natureza [...] todo ser humano necessita cultivar uma ética que será tão ampla ou tão restrita quanto for sua representação mental da tessitura inter-relacional em que se encontra (POLICARPO-JUNIOR; RODRIGUES, 2010, p.97).

A própria condição humana exige que aprendamos a viver juntos. Embora possa haver discrepância quanto aos ideais e normas mantidos em diferentes níveis de organização social (família, aldeia, classe...).

Para discutir o princípio da *igualdade*, os autores asseveram que a educação amplia o princípio de igualdade ao todo humano e ecossistêmico e a diferenciam da socialização a qual tem a tendência de aplicá-lo somente aos coletivos mais imediatos dentro dos limites espaciais que definem certos grupos e identidades particulares, como é o caso da família. Essa atitude socializatória é marcada pela cultura e condicionada pela história. A educação reconhece a ampla interdependência entre os seres humanos e busca estender seus benefícios a todos reconhecendo sua dignidade intrínseca.

Enquanto atividade formadora, a educação tem como princípio fundamental do conhecimento a *busca da verdade* orientada pela *razão*, não como fim em si mesmo, mas como instrumento para aperfeiçoar e emancipar o homem buscando o melhor para todos. Para enfatizar o fato de que a razão está a serviço da verdade e do bem comum, os autores argumentam:

[...] por mais que a razão tenha se desenvolvido e se disponibilizado nas instâncias subjetivas de cada sujeito particular e nas manifestações objetivas das realizações tecnológicas, infra-estruturais e culturais, ela não reali-

za seu objetivo intrínseco enquanto tais expressões subjetivas e objetivas não estiverem articuladas e a serviço do progresso e aperfeiçoamento da humanidade e do mundo em que ela habita ((POLICARPO-JUNIOR; RODRIGUES, 2010, p.98).

Nesse sentido a verdade seria tomada como síntese ente fatos e subjetividade, pois “nem tudo que se manifesta como objetivação das capacidades cognitivas, abstratas e instrumentais do gênero humano é de fato verdadeiro na acepção rigorosa do termo” ((POLICARPO-JUNIOR; RODRIGUES, 2010, p.98).

O conhecimento deve ser verdadeiro, mas deve também ser útil. O Relatório da UNESCO (1996/2003 *apud* POLICARPO-JUNIOR; RODRIGUES, 2010) destaca que *aprender a conhecer* e *aprender a fazer* atendem ao princípio da *verdade e utilidade* do conhecimento, os quais se interpenetram e complementam. Segundo Policarpo-Junior e Rodrigues (2010)

[...] o útil é verdadeiro e a verdade é também o que é útil (...). Assim as finalidades do ‘aprender a conhecer’ e ‘aprender a fazer’ não estão divorciadas do objetivo de ‘aprender a viver juntos’, de forma que as dimensões normativas da busca da verdade e da utilidade estão igualmente articuladas à dimensão normativa da ética ((POLICARPO-JUNIOR; RODRIGUES, 2010, p.98).

E ainda “o saber é ético e a ética é também sábia” ((POLICARPO-JUNIOR; RODRIGUES, 2010, p.99). Avançando na discussão dos princípios temos também que a verdade e utilidade devem ser vistas e temperadas pela *razoabilidade* - atividade do pensar e não simplesmente do conhecer - que associa e ilumina os critérios de verdade e utilidade pela capacidade de reflexão. Sem a capacidade de refletir ficamos reféns do mal e suscetíveis a todas as influências massificadoras de nossa época (ARENDRT 1971/2000 *apud* POLICARPO-JUNIOR; RODRIGUES, 2010). “Por meio do refletir é possível se encontrar os meios mais adequados ou mais significativos para se superar obstáculos sociais, culturais, econômicos ou políticos que impeçam o estabelecimento de vínculos humanos genuínos nas relações sociais e interpessoais” ((POLICARPO-JUNIOR; RODRIGUES, 2010, p.99).

O princípio da *razoabilidade* e a capacidade de refletir criticamente são importantes porque a pura razão não basta para nos livrar da violência e do arbítrio, pois como apontam os autores, a própria razão também pode se tornar totalitária (HORKHEIMER; ADORNO, 1985 *apud* POLICARPO-JUNIOR; RODRIGUES, 2010).

Referindo-se ao princípio da introspecção, os autores afirmam que a reflexão se coloca como introspecção para buscar a significação para o indivíduo. A experiência e contemplação constituem o espaço da introspecção, necessária para articular reflexão, experiência e contemplação direcionada à interioridade. Sem isso não se pode ‘aprender a ser’, pois “Quando a vida pessoal é vivida com sabedoria a tendência é perceber que de fato não há separação entre introspecção e ação no mundo” (p.100). O desafio aqui é ver-se para melhor perceber o entorno e as experiências do mundo social e externo em geral.

O exercício da reflexão, da contemplação, da experiência nos levam a reconhecer nosso constante inacabamento e nossa condição de singularidade diante de outros sociais. Ajudam-nos, também, na direção da aceitação da alteridade e de nossa particularidade e modo de funcionar específico, constituindo, assim, o princípio da individualização.

Como um eixo que organiza e dá sentido a todos os demais princípios, temos o princípio da liberdade. Ele é o pressuposto básico por detrás dos demais princípios com os quais não mantém nenhuma relação de incompatibilidade, pois não há contradição entre: liberdade e igualdade; liberdade e busca da verdade contextual; liberdade e interconexão de ações que beneficiem o eu e o outro. A liberdade é característica fundamental do ser humano que lhe confere singularidade e irredutível diferença entre os vários seres humanos “... razão pela qual a educação será sempre uma ciência e uma prática jamais completamente previsíveis (...) jamais poderá fornecer uma garantia completa de seus resultados” (p.101). Embora a liberdade humana seja reconhecida pelo senso comum, permanece como um mistério dando sentido a atos de bravura e desprendimento bem como a atos de extrema crueldade.

Como conclusão do texto, os autores afirmam que “o desenvolvimento intelectual, cognitivo e mesmo da sociabilidade não necessariamente garante um modo de viver autenticamente humano” (p.101). Sendo que a meta educativa é atingida somente quando seus princípios normativos são assumidos livremente pelos sujeitos particulares, isto é, passam a ter significado e natureza própria. Por que atravessada pela liberdade a educação não é previsível. Por sua penetração e valor axiológico “nenhuma realização social, política ou econômica que esteja orientada por ideais normativos humanos poderá prescindir da educação” (p.102). Esses princípios dependem do concurso da experiência para se evidenciarem como importantes e são vividos de forma particular por cada pessoa, mas, como pensamos, se inserem inexoravelmente no contexto da família.

2.3 Família Como Processo Sistêmico

A perspectiva sistêmica na abordagem à família exposta por Osório (2004, p. 30) afirma que a família, segundo a teoria dos tipos lógicos de Russell, pode ser descrita como “um sistema [...] (que por isso) não pode ser entendido como a mera soma de suas partes (indivíduos) e os resultados da análise dos segmentos isolados não podem se aplicar ao conjunto como um todo”. Da mesma forma vemos que em todas as manifestações de fenômenos da natureza, quer físico, biológico quer social, há um princípio organizativo de modo que suas sub-partes não são somente um aglomerado de elementos, também um conjunto integrado a partir de suas interações.

Com a Teoria Geral dos Sistemas (BERTALANFFY, 2009) houve uma mudança paradigmática (KUHN, 1970) nas ciências, pois o paradigma de causalidade linear foi substituído pelo paradigma de causalidade circular ou recursiva, e os procedimentos de análise de elementos isolados foram substituídos pela apreciação das inter-relações e conexões entre as partes de um todo integrado. Nesse quadro a noção de interatividade se tornou o principal axioma.

Como conceitos importantes da perspectiva sistêmica, Osório (2004) nos traz o de retroalimentação (*feed-back*) definindo-o como processo em que cada produto do sistema é um novo aporte ao mesmo. Tudo que sai do sistema em um dado momento entra novamente como um novo dado. A retroalimentação pode ser positiva quando promove mudança, ou negativa quando simplesmente mantém as relações sistêmicas favorecendo a homeostase. Afirma ainda que permanência/ mudança são interdependentes, complementam-se e interagem, pois atendem a fins específicos e importantes para

a vida do sistema, “tanto a estabilidade como a mudança são condições indispensáveis à existência da vida e que sua alternância é fator predisponente para o estado de ‘saúde evolutiva’ dos organismos (tanto biológicos como sociais)” (p.31).

A mente do indivíduo entendida como processo intrapsíquico, bem como os processos familiares mais psicológicos, são vistos aqui como uma caixa preta. Não sabemos o que está dentro, só podemos examinar seus produtos (outputs – sintomas, sonhos, associações, atos transferenciais) e a relação destes com suas circunstâncias iniciais do contexto (inputs – intervenções do terapeuta, realidade sócio – econômica - cultural) para compreendê-la.

O conceito de Equifinalidade explica que em um sistema fechado onde não há troca de energia, o estado final é estritamente determinado pelas condições iniciais. Em sistemas abertos, ao contrário, os resultados não podem ser antecipados, existe grande dose de imprevisibilidade. Diferentes resultados podem ser alcançados a partir das mesmas condições iniciais, bem como um mesmo resultado pode resultar de diversas condições iniciais. Esse princípio é fundamental para o entendimento da multideterminação dos conflitos humanos, fenômenos de alta complexidade e imprevisibilidade de desfecho.

Ainda outro conceito seria o de Não – Somatividade: “Cada uma das partes de um sistema está relacionada de tal modo com as outras que qualquer alteração em uma delas provoca modificações nas outras e no sistema total” (p.32). A Teoria Geral dos Sistemas de Bertalanffy (2009) complementa-se com a “Pragmática da Comunicação Humana” de Bateson (CENTENO, 2009), a qual descreve vários axiomas importantes para entendermos os processos comunicativos, quais sejam: **1)** É impossível não se comunicar (comunicação = conduta = comportamento); **2)** Toda comunicação tem dois componentes: aspectos referenciais (conteúdo) e aspectos conativos (relacionais dados pela forma). Os segundos qualificam os primeiros e correspondem à metacomunicação; **3)** A natureza da relação depende da pontuação da comunicação entre os indivíduos comunicantes; **4)** A comunicação é digital e analógica: a digital comunica pensamento e não sentimento. A analógica é mais ambígua e serve melhor para comunicar sentimento; **5)** Todos os intercâmbios comunicacionais são simétricos – baseados na igualdade –, ou complementares – baseados na diferença.

A partir dessas considerações, a saúde comunicacional implica no uso de uma diversidade e alternância de formas comunicativas, o que traz algumas consequências lógicas. A primeira seria uma relativização dos conceitos do que seria normal e patológico. Outra seria a elucidação do fenômeno das profecias autocumpridoras que teriam no conjunto sistêmico sua origem e força. No seio da família encontramos claras evidências de como as expectativas paternas criam todo um campo simbólico em que as atitudes dos filhos são reinterpretadas e formatadas de modo que a delinquência ou brilhantismo esperados se concretizam e assim se perpetuam num círculo perverso.

3 CONSIDERAÇÕES

Como síntese final retomamos aqui algumas ideias que nos ajudam a refletir sobre educação e a construção de projetos preventivos em vários contextos institucionais, sempre tomando a família como sistema complexo interconectado com outros de maior e/ou menor abrangência.

Em primeiro lugar se destaca o fato de não podermos perder de vista o caráter intrinsecamente conflitivo da família, espaço de nossas mais profundas alegrias e mais cruéis tristezas. Entidade que transita entre a saúde e a doença, entre a dor e o bem estar. As coisas de família não são, portanto, uma questão de tudo ou nada. Há sempre uma mescla de momentos e configurações relacionais que se alternam entre um maior ou menor equilíbrio.

Em segundo lugar, revendo os estudos expostos, destacam-se os aspectos que mais caracterizam estados saudáveis e que precisam ser contemplados pelas ações interventivas, quais sejam: **1)** flexibilidade e adaptabilidade dos comportamentos que se modificam conforme a situação o exija; **2)** abertura nos processos comunicacionais de modo que os diferentes membros possam ventilar sentimentos e pensamentos com relativa liberdade; **3)** relações flexíveis com o meio externo de modo que novos membros possam entrar ou sair dos espaços relacionais com alguma liberdade; **4)** maior preocupação com o bem estar de seus membros do que com a manutenção da fachada social e busca de honradez ou aceitação pública; **5)** manutenção da estrutura da família com suas fronteiras permeáveis e flexíveis, porém bem delimitadas de modo a prover segurança aos seus membros sem roubar-lhes liberdade.

Em terceiro e último lugar destacamos a importância de integrar os princípios normativos da educação para a formação humana também na análise da família. Para nós fica claro como também nela se afirma a necessidade de reconhecer a dignidade humana (princípio de igualdade) em todas as suas relações. Nela também a busca da verdade e da utilidade do conhecimento deve reger a natureza de suas atividades cognitivo-afetivas na busca de beneficiar o ser humano e os grupos primordiais que lhe servem de referência. Nela também, embora encharcada pela emoção, o uso da razão (razoabilidade) deve servir de critério para estabelecer a verdade e utilidade, para o que concorrem a capacidade de reflexão e introspecção. Nela também a individualidade (princípio da Individualização) deve encontrar lugar de expressão, não pode ser abolida ou eliminada e a liberdade irredutível do ser humano (princípio da liberdade) se apresenta com toda sua força.

Assim podemos afirmar que as ações preventivas devem gerar condições para que a família possa desenvolver essas características de um modo dialógico em que os vários subsistemas possam ser ouvidos e atendidos da melhor maneira possível e os grandes princípios normativos da educação possam se afirmar, o que abre, por consequência, a possibilidade de um maior diálogo entre família e escola.

REFERÊNCIAS

ACKERMAN, N.W. **Diagnóstico y tratamiento de las relaciones familiares**. Buenos Aires, Hormé, 1961.

BERTALANFFY, L. **Teoria Geral dos Sistemas**. Petrópolis: Vozes, 2009 (original de 1968).

CENTENO, M.J. **O Conceito de comunicação na obra de Bateson - Interação e regulação**. Portugal, universidade da Beira Interior, Livros LabCom - Série: Estudos em Comunicação, 2009.

- FERES-CARNEIRO, T. **Família, Diagnóstico e Terapia**. R.J. - Petrópolis:Vozes, 1996.
- FERNANDEZ, M.O.; TURBERT, P.S. Aportes para una nosología del grupo familiar. In FERES-CARNEIRO, T. **Família, Diagnóstico e Terapia**. Cap. I. R.J. - Petrópolis:Vozes, 1996.
- FERREIRA, A.B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, S/D.
- KUHN, T. S. **The Structure of Scientific Revolutions**. 2 ed., enlarged. Chicago and London: University of Chicago Press, 1970.
- MINUCHIN, P.; COLAPINTO, J.; MINUCHIN, S. **Trabalhando com famílias pobres**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.
- OSÓRIO, L.C. **A família Hoje**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.
- _____. A família como sistema. In: MELLO-FILHO, J.; BURD, M. (orgs). **Doença e família**. São Paulo: Casa do psicólogo, 2004.
- PICHON-RIVIÈRE, E. **O Processo Grupal**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- POLICARPO-JUNIOR, J.; RODRIGUES, M.L.F.M. Princípios orientadores da formação humana: dimensão normativa da educação. **Paideia**, jan/abr. 2010, vol.20, No.45, 95-103.
- SATIR, V. **Terapia do grupo familiar**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988 (original de 1967).
- SORRELLS, M.J.; FORD, F.R. Toward an integrated theory of family and family therapy, 1969. In: FERES-CARNEIRO, T. **Família, Diagnóstico e Terapia**. Cap. I. R.J. - Petrópolis: Vozes, 1996.

A INCORPORAÇÃO DAS TIC À PRÁTICA DOCENTE, SEGUNDO OS FUNDAMENTOS DA APRENDIZAGEM COOPERATIVA, NUMA CONCEPÇÃO EMANCIPADORA

Sandra Elaine Siqueira Corrêa¹

Recebido em: 01/04/11; aceito em: 27/05/11

RESUMO

Este artigo aborda a incorporação das Tecnologias de Comunicação e Informação (TIC) no âmbito educativo potencializando o processo de aprendizagem, otimizando a atuação do docente na gestão do processo aprendizagem. Define os fundamentos da aprendizagem cooperativa não só nos usos das tecnologias, mas também desenvolvendo novos hábitos de cooperação e de comunicação, um meta ambiente de aprendizagem. Apresenta a incorporação das TIC não somente como questão técnica, mas, sobretudo como questão política e, como tal, se insere no contexto da colonização-emancipação, sendo a finalidade maior a construção da humanidade nas pessoas.

Palavras-chave: Aprendizagem cooperativa. Emancipação. Tecnologias de Informação e Comunicação.

ABSTRACT

This article discusses the incorporation of Information and Communication Technologies (ICT) in education stimulating the learning process, optimizing the performance of teachers in managing the learning process. It defines the fundamentals of cooperative learning not only in the uses of technology, but developing new habits of cooperation and communication is a goal the learning environment. It presents the incorporation of ICT not only as a technical matter, but mainly as a political issue, and so it is inserted in the context of colonization-emancipation, being the larger purpose of the construction of the humanity in the people.

Keywords: Cooperative learning. Emancipation. information and communication technologies.

¹ Mestranda em Gestão Educacional/UPS. Professora da Faculdade Salesiana Dom Bosco – FSDB. E-mail: sandra@fsdb.edu.br

I INTRODUÇÃO

Num mundo globalizado, em que a própria velocidade das mudanças determina uma alteração qualitativa na natureza dessas mudanças, com forte impacto na sociedade, em geral, e na educação, em particular, é imprescindível um processo permanente de formação dos educadores-docentes, dado o caráter estruturante de sua atuação no processo de ensino-aprendizagem.

A formação continuada de docentes exige não só uma atualização em relação às inovações, mas também uma discussão sobre a assimetria na relação educativa e, mais especificamente, na relação didática, determinada pelo saber e não-saber associado ao poder e seus efeitos na colonização ou emancipação do aluno em sua emergência enquanto sujeito.

A aprendizagem cooperativa apresenta, em seus fundamentos, as bases que viabilizam práticas de aprendizagem que favorecem a emergência desse sujeito emancipado.

Para que, na relação didático-pedagógica, os docentes exerçam sua função mediadora e não a função de substituir materiais didáticos, as novas tecnologias da informação e da comunicação (TIC) potencializam o processo de aprendizagem, otimizando a atuação do professor na gestão do processo de aprendizagem, para que ele possa criar e gerir as condições apropriadas para que a aprendizagem aconteça, através de uma pedagogia diferenciada.

2 FUNDAMENTOS DA APRENDIZAGEM COOPERATIVA

Segundo Dishon e O'Leury (1984 *apud* NIQUINI, 1999, p. 36), os princípios que caracterizam um grupo de aprendizagem cooperativa são:

- a) a liderança distribuída, em contraposição à figura tradicional da chefia de um grupo; a liderança circula entre os membros do grupo, segundo o andamento do processo e as competências requeridas na realização das tarefas; há uma co-gestão do e no grupo, em relação às incumbências de cada um e do grupo como um todo;
- b) a heterogeneidade dos grupos, em contraposição à ilusão ou tentativa de formação de grupos homogêneos, valorizando a riqueza da diversidade e da diferença; a heterogeneidade não é incompatível com a coesão grupal; pelo contrário, a coesão grupal é buscada pela relativa estabilidade do grupo e pelo ambiente cooperativo; essa heterogeneidade abrange tanto as características pessoais, quanto às competências e habilidades de cada membro do grupo;
- c) a interdependência positiva, que reconhece que todos dependem de todos; que as relações são de acolhimento, cooperação e ajuda mútuas, em todas as fases do trabalho grupal; aceitação, suporte, confiança, atração, são processos desenvolvidos num clima de interdependência positiva; cada membro não se preocupa apenas com o próprio resultado, mas estimula e interessa-se igualmente pelos companheiros de grupo e por seu desempenho;
- d) a aquisição das competências sociais, que devem ser desenvolvidas e não pressupostas como condição para o trabalho grupal; habilidades de comunicação, saber ouvir, saber falar, saber criticar, saber cooperar, saber gerenciar eventuais conflitos, são competências estimuladas pelo ambiente cooperativo.

- e) a autonomia do grupo, ao fixar os próprios objetivos, métodos de trabalho, divisão de tarefas, busca de recursos para o cumprimento das atividades, mecanismos de autocontrole e autoavaliação.

Um contexto cooperativo pressupõe uma estrutura de trabalho, assumindo-se tarefas e responsabilidades num ambiente de ajuda mútua. Requer uma estrutura de incentivo, em que colegas e professores reforcem positivamente os esforços e resultados obtidos pelo grupo. Evita uma ação individualista ou competitiva. Requer uma estrutura de autoridade, como gestão, ou melhor, autogestão das tarefas e responsabilidades.

Em se tratando de situações presenciais de trabalho ou estudo, é importante a interação face-a-face entre os membros de um grupo cooperativo.

Analogamente, no ambiente virtual de aprendizagem, essa interação se dá através dos recursos de comunicação síncrona (como *chats*, por exemplo) e assíncrona (fóruns e *e-mail*). Dessa forma, a interação aluno-aluno e aluno-professor é estimulada e facilitada por essas ferramentas de comunicação.

Nas palavras de Niquini (1999, p. 25), “nos grupos de AC, a responsabilidade da aprendizagem de cada um e de todos é igualmente co-dividida entre os membros. Os estudantes se ajudam e se encorajam reciprocamente, a fim de que todos possam desenvolver, com eficácia, a tarefa dada”.

Outra característica importante é a que se refere ao processo de avaliação. O resultado final desenvolvido pelo grupo não dispensa a avaliação individual de cada membro do grupo cooperativo. Essa avaliação, sempre individualizando a participação de cada um, permite a cada membro do grupo aperfeiçoar a própria participação no processo de interação grupal e no processo de aprendizagem.

Por outro lado, Lima et al (2003), destacam um tipo especial de competência, exigida para empregabilidade em um mundo globalizado: a capacidade de participar da montagem de uma inteligência coletiva, compartilhando, em equipe de trabalho cooperativo, o recebimento, a crítica, a manipulação e a utilização de informações disponíveis em volume cada vez mais crescente.

Os problemas envolvidos na aprendizagem cooperativa não são de uso da tecnologia, mas “de se desenvolver novos hábitos de cooperação e de comunicação, mudanças culturais e novas estratégias cognitivas, e uma tecnologia intelectual, que conduzem a uma hipertecnologia capaz de gerar um meta-ambiente de aprendizagem” (SANTOS, 2007).

A interatividade na aprendizagem cooperativa/colaborativa é descrita por Landsberger (2007) como capacidade para desenvolver e compartilhar objetivos comuns, compartilhar a compreensão do problema, compreendendo as questões, *insights* e soluções dos outros membros da equipe, permitindo ao outro falar e contribuir. Cada membro da equipe é responsável pelos outros, de forma interdependente.

É nesse ambiente de cooperação, construindo competências relacionais positivas que se pretende instaurar o processo de formação continuada de incorporação das TIC na proposta político-pedagógica, a ser operacionalizada pelo professor, no âmbito da disciplina que leciona.

3 O SABER E O NÃO-SABER, NUMA CONCEPÇÃO EDUCATIVA EMANCIPADORA

O tema **emancipação** lembra necessariamente a contribuição do grande educador Paulo Freire. Falar de emancipação nos remete à pedagogia da liberdade. Nela está sempre presente a dimensão política e ideológica. Aplicada à atuação do professor, Paulo Freire o vê como coordenador do processo de aprendizagem e como mediador.

Assim, como Paulo Freire se preocupou com o analfabetismo, hoje é preocupante também o analfabetismo digital, como condição a ser superada na direção de maior inclusão social. E o educador, ele próprio, tem um papel importante, para consigo e para com os educandos.

Dessa forma, a incorporação das TIC não é só questão técnica. É, sobretudo, questão política e, como tal, se insere no contexto da colonização-emancipação. A finalidade maior é a construção da humanidade nas pessoas. Nas palavras de Freire (1977), “A opção, por isso, teria de ser também, entre uma “educação para a domesticação”, para a alienação, e uma educação para a liberdade. “Educação” para o homem-objeto” ou educação para o homem-sujeito”.

Ainda, na linha de Paulo Freire, em um mundo globalizado em que a cultura hegemônica tenta submeter ou aniquilar as culturas subalternizadas, as TIC não podem ser vistas pelos educadores como instrumento de conquista e submissão, que reifica as pessoas, transformando-as em objeto.

A aprendizagem do uso das TIC pelos professores se relaciona, portanto e também, com a invasão cultural fortalecido pelo processo de globalização. Segundo Freire (1987), “desrespeitando as potencialidades do ser a que condiciona, a invasão cultural é a penetração que fazem os invasores no contexto cultural dos invadidos, impondo a estes sua visão do mundo...”

Como educador atento à emancipação do educando, Paulo Freire (1987) nos mostra, ainda, que a posse do método é instrumento de poder. Nesse sentido, o educador reacionário “caminha como quem possui o objeto do conhecimento, que ele traz consigo e o transfere, que ele doa ao educando...”. Ao passo que o educador interessado na emancipação do educando “tem no método um caminho de libertação e é por isso que, na medida do possível, ele discute com o educando a apreensão do próprio método de conhecer.”

Segundo Álvarez (2007), “a educação é um dos principais – por que não dizer – o principal instrumento de colonização mental, econômica e sociológica; descolonizar a educação é enfrentar as bases da educação tradicional; a descolonização implica uma desconstrução dos saberes, dos valores da institucionalidade, dos modos de pensar e das práticas da educação tradicional”.

A racionalidade que serve à colonização, e não à emancipação, fundamenta a concepção segundo a qual o aluno vai à escola para ouvir e o professor para falar. O professor é aquele que sabe. O aluno é aquele que não sabe. Assim, a educação tradicional é extremamente colonizadora e assimétrica, estruturando e reforçando uma relação de subserviência do aluno em sua relação com o professor e com o saber, apresentado como se fosse neutro, ignorando seus comprometimentos e sua historicidade.

Numa perspectiva emancipadora, os saberes tradicionais são desconstruídos e reconstruídos em novas bases, segundo uma nova racionalidade, que valoriza os saberes que os alunos trazem, sua cultura, suas expectativas e sua participação na construção do

conhecimento, e desnuda os interesses e as relações históricas de poder subjacentes ao conhecimento.

A educação tradicional está impregnada de verticalidade, do saber como poder, e da fragmentação.

O não-saber do professor é muito mais amplo que o seu saber. A certeza da incerteza educa. O conhecimento possui prazo de validade. Os alunos são pessoas, sujeitos diferentes, em processo de desenvolvimento, assim como o professor. Os alunos são históricos, concretos e diferenciados. Somente uma pedagogia diferenciada pode permitir que todos tenham acesso e domínio dos instrumentos que desenvolverão sua formação em direção à autonomia.

Considerando, como afirma Silva (2007, p.1), que assistimos não a mudanças em uma época, mas vivemos uma mudança de época, é necessária uma reinterpretação das profundas mudanças vividas pela humanidade.

Essas mudanças envolvem grandes transformações de caráter qualitativo, exigindo do professor uma reflexão igualmente profunda sobre a relação entre o saber e não-saber e suas implicações na assimetria das relações professor-aluno. A sociedade da informação, na matriz epistemológica de Toffler e Castells, requer uma mudança institucional. A globalização estrutura e repercute os processos de exclusão não somente em relação aos educandos, mas também em relação aos educadores. A marginalização se dá, portanto, em relação aos educadores, se esses não acompanharem os novos tempos, e se não o fizerem com base em uma reflexão crítica das próprias práticas educativas, em geral, e de ensino, em particular. Esse posicionamento nos remete à necessidade permanente de um processo de educação continuada dos educadores. Esse processo, numa perspectiva emancipadora, precisa ser democrático e participativo. Se deseja a emergência do sujeito no educando, não se pode abdicar da emergência do sujeito no educador. Em busca de uma educação emancipadora, segundo Silva (2007, p. 1), é preciso ter consciência de que “o intercâmbio desigual entre os mais fortes e os mais débeis está historicamente associado à institucionalização de relações assimétricas de poder por parte dos mais fortes para seu maior benefício no mais longo prazo”.

Essa necessidade de democratização e participação no processo de desenvolvimento pessoal e profissional dos educadores nos remete à metodologia dos grupos de aprendizagem cooperativa, como estratégia de vivência do próprio ambiente de aprendizagem, facilitador da cooperação e emancipação do educando enquanto sujeito.

4 AS IMPLICAÇÕES DO USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO ÂMBITO EDUCATIVO, EM GERAL, E NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM, EM PARTICULAR

As novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) se inscrevem num contexto social mais amplo, estudado em profundidade por vários autores, com destaque para Castells (2001), com especial destaque para três de suas publicações: a era da informação, o surgimento da sociedade de redes: o espaço dos fluxos e a revolução da tecnologia da informação.

Para os objetivos do presente trabalho, a ênfase está centrada, menos no fenômeno da globalização e seus efeitos estruturantes sobre toda a sociedade, e mais sobre o impacto das novas tecnologias, em particular, sobre o âmbito educativo, e mais especificamente, sobre o ensino-aprendizagem.

As novas tecnologias da informação e comunicação abrangem o conjunto de ferramentas computacionais e telemáticas que processam, armazenam, sintetizam, recuperam e disponibilizam as informações, representando-as sob as mais variadas formas (textos, diagramas, imagens, sons, animações, filmes e vídeos, hipertextos, recursos multimídia) em teias de computadores de alcance planetário.

Por outro lado, o âmbito educativo evidentemente é muito mais amplo do que o âmbito escolar, embora a escola se constitua em ambiente privilegiado de organização da aprendizagem planejada, avaliada e certificada, sujeita a um processo de regulação.

A educação está inserida numa sociedade que se caracteriza, hoje, mais do que pela mudança de uma época, por ser uma sociedade “cambiante”, em que a velocidade da mudança, ocorrendo exponencialmente, determina uma alteração qualitativa na natureza da própria mudança. Essa sociedade não é um monobloco. Pode-se falar de várias “sociedades” convivendo simultaneamente, só que as oportunidades de sobrevivência se encontram na sociedade da informação, ainda longe de ser acessível a todos. Analfabetismo digital, brecha digital, multiculturalismo, são algumas das expressões dessa diversidade, que oprime os mais pobres, as minorias, os que não têm acesso à educação ou a esse tipo de educação.

Graells (2000) faz uma extensa revisão da literatura sobre o uso das TIC em educação, revisando uma ampla bibliografia convencional e eletrônica.

Chamada de *sociedade do conhecimento*, *sociedade de aprendizagem*, *sociedade da inteligência*,

A cambiante sociedade atual, à qual chamamos *sociedade da informação*, está caracterizada pelos contínuos avanços científicos (bioengenharia, novos materiais, microeletrônica) e pela tendência à globalização econômica e cultural (grande feira livre mundial, pensamento único neoliberal, apogeu tecnológico, convergência digital de toda a informação...). Conta com uma difusão em massa da informática, a telemática e os meios audiovisuais de comunicação em todas as camadas sociais e econômicas, através dos quais nos proporciona: novos canais de comunicação (redes) e imensas fontes de informação; potentes instrumentos para o processo da informação; o dinheiro eletrônico, novos valores e você pauta comportamento social; novas simbologias, estruturas narrativas e nova forma de organizar a informação... configurando assim nossas visões do mundo no qual vivemos e influenciando portanto em nossos comportamentos (GRAELLS, 2000).

A síntese elaborada por Graells (2000) mostra os vários níveis de integração das TIC (alfabetização em TIC, as funções informativa, transmissiva e interativa das TIC no âmbito de cada disciplina, o uso das TIC como instrumento cognitivo, interativo e colaborativo, o uso das TIC como ferramenta administrativa e tutorial).

Classifica, ainda, a integração das TIC no ambiente educativo em três formas: aprender sobre as TIC (alfabetização digital), aprender a partir das TIC (fontes de informação e provedoras de materiais didáticos) e aprender com as TIC (atividades interdisciplinares e colaborativas).

Ainda segundo o mesmo autor, para além de um cenário tecnocrata e reformista, somente num cenário holístico de integração das TIC, as instituições reestruturam-se globalmente, produzindo profundas alterações em seu entorno e em si mesmas.

Justifica o uso das TIC em educação por três grandes razões: a alfabetização digital, a produtividade educativa e a inovação das práticas docentes.

Com razão, a alfabetização digital atualmente é condição de inclusão social e no mundo do trabalho. A produtividade educativa é potencializada com o uso das novas tecnologias, permitindo que se possa aprender mais e melhor, em menos tempo. E as práticas docentes são inovadas, tornando-se mais atraentes, mais eficientes e eficazes, e bem mais próximas do ambiente de multimídia e de comunicação digital, cada vez mais crescente no cotidiano dos alunos e na sociedade.

Aponta, como vantagens das TIC, para o processo de aprendizagem, o interesse e a motivação a interação e a contínua atividade intelectual, o desenvolvimento da iniciativa, a aprendizagem a partir dos erros através do feedback imediato, uma maior comunicação entre professores e alunos, a aprendizagem cooperativa, o alto grau de interdisciplinaridade, a alfabetização digital e audiovisual, o desenvolvimento de habilidades de busca e seleção de informação, a melhoria da capacidade de expressão e criatividade, o fácil acesso à informação de todo tipo e a visualização de simulações.

Contextualizando o conceito de interdisciplinaridade, é importante observar que visões de muitas disciplinas (pluridisciplinaridade) ainda não caracterizam uma visão interdisciplinar. A interdisciplinaridade se opõe à fragmentação cartesiana do conhecimento e caminha junto com a contextualização. Trabalha com um objeto novo e não com justaposição de visões disciplinares. A epistemologia da interdisciplinaridade rompe com a lógica da linearidade. O saber constituído necessita de uma visão de conjunto. A realidade das redes de comunicação fortalece e requer o pensamento interdisciplinar.

Os trabalhos em grupos cooperativos de aprendizagem, a interação em ambiente virtual entre os participantes e o trabalho final induzem à formação de um professor interdisciplinar, sendo a interdisciplinaridade um dos critérios de avaliação das atividades desenvolvidas em todo o curso.

Dando sequência ao impacto das TIC, em relação aos estudantes, elas possibilitam a aprendizagem em menos tempo, representam maior atratividade e acesso a múltiplos recursos educativos e ambientes de aprendizagem, maior personalização dos processos de ensino e aprendizagem, estimulam a autoavaliação através da interatividade que proporcionam, apresentam maior proximidade do professor, maior flexibilidade nos estudos, maiores instrumentos para o processo de obtenção e processamento da informação, maior ajuda para a Educação Especial, maior ampliação do ambiente vital e construção de redes de relacionamentos, mais companheirismo e colaboração.

Para os professores, representam fonte de recursos educativos para a docência, para a orientação e a reabilitação. Melhor tratamento da diversidade e da individualização, maiores facilidades para a realização de agrupamentos, maior contato com os estudantes. Liberam o professor de trabalhos repetitivos e mecânicos, permitem a melhoria da avaliação e controle, facilitam a atualização profissional, constituem um bom meio de pesquisa didática na sala e proporcionam maiores contatos com outros professores e centros (GRAELLS, 2000).

Entre as boas práticas de uso das TIC pelos professores, Graells (2000) menciona quatro modelos de uso:

Fase pré-ativa: planejamento, criação de materiais didáticos...

Fase de execução e avaliação das atividades de ensino e aprendizagem com os alunos: explicações, autonomia de trabalho do aluno, interações...

Fase pós-ativa: tutoria, gestões administrativas;

Formação continuada: leituras, cursos, jornadas, colaboração em investigações etc.

Em relação às TIC, é importante lembrar que não são fins em si mesmas, mas meios (conquanto poderosos) para se atingir os fins da educação estabelecidos por uma filosofia de educação, fruto de processos históricos, concretizada por uma pedagogia e uma proposta didática, especialmente no caso da educação escolar.

As TIC devem se situar no contexto de um projeto pedagógico, como facilitadoras da aprendizagem, do desenvolvimento de competências e habilidades, atendendo a diferentes formas de aprender, permitindo vários estilos e ritmos de aprendizagem, aproximando o mundo ao aprendiz e vice-versa.

As TIC impactam o mundo educativo, seja por sua ausência, fortalecendo a exclusão social, seja por sua presença (e pela forma como se dá).

Com a rede mundial de computadores, o professor não é mais a principal fonte de informação. O professor, que muitas vezes substituía os materiais didáticos, fica livre, com os recursos das TIC, para desempenhar um papel relacional de orientar o aprendiz a desenvolver o conhecimento de critérios, de tendências e sequências, de metodologias e técnicas, de princípios organizacionais, capaz de localizar as fontes de informação, selecionar, compreender, analisar, sintetizar, avaliar, resolver situações-problema contextualizadas. Assim, ele se torna mediador para que o aluno trabalhe cooperativamente, aprendendo interativamente, não só com o professor, mas com os próprios colegas aprendizes. O professor deve ensinar a pensar e tornar os aprendizes autores de sua aprendizagem. Para tanto, as TIC representam poderoso instrumento cognitivo.

Novas competências são exigidas dos alunos e, por consequência, dos professores e das próprias instituições, onde tudo precisa ser revisado em novas bases, incluindo a razão de ser da própria educação e da escola. Alunos que aprendem, professores que aprendem, instituições que aprendem. Aprendizagem contínua. Durante toda a vida.

O processo de aprendizagem ocorre, em grande parte, fora dos muros da escola. Essa experiência que o aluno traz precisa ser diagnosticada e integrada dentro da proposta curricular. Cada vez cresce mais a educação informal, que não pode ser ignorada pela escola. Pelo contrário, deve ser o ponto de partida para o trabalho didático, e caminhar paralelamente a este, de forma articulada.

Em relação ao mundo educativo, as TIC podem se constituir em fontes de informação, canais de comunicação interpessoal e de trabalho cooperativo, meios de expressão, instrumentos de processamento de informação e publicação de resultados, instrumentos de gestão da instituição e dos serviços que presta, recursos interativos de aprendizagem e ambientes de aprendizagem virtual (AVA), abertura e comunicação de mão dupla para a sociedade.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contextualizando as implicações do uso das TIC, essas têm impacto concreto na gestão institucional, no processo de ensino-aprendizagem, na comunicação com a comunidade interna e com a sociedade.

Atualmente as escolas, assim como as demais organizações, possuem ou devem possuir uma rede administrativa atualizada de computadores, com acesso à internet com link dedicado de alta capacidade. Em alguns casos, a área acadêmica possui uma rede independente com políticas de acesso diferenciada da rede administrativa, voltada para o processo de ensino-aprendizagem. As boas instituições já possuem seus portais na web e suas plataformas para educação à distância, plataformas essas próprias, terceirizadas ou de software livre. Outras já possuem servidores de mapas conceituais, e promovem um processo de gestão do conhecimento, integrado em rede. Bibliotecas são informatizadas, com acesso via web, com acervo eletrônico e bases de dados. Softwares administrativos e acadêmicos demandam capacitação dos educadores para sua utilização. Em outras instituições, existem equipes de apoio ao docente para fornecer-lhe suporte na implantação ou adoção das TIC. Há uma tendência cada vez maior de disponibilização de aulas e materiais didáticos na web, para que alunos (e pais) possam acessá-los previamente e posteriormente às aulas. A metodologia de ensino-aprendizagem cada vez mais incorpora bibliografias eletrônicas, vídeo, blogs didáticos, pesquisa na web. Professores são incentivados a criarem suas páginas virtuais como apoio ao ensino presencial.

Os alunos atuais, que já nasceram sob o signo da tecnologia e a respiram cotidianamente, não se sujeitam mais ao ensino tradicional, incompatível com a riqueza tecnológica e de fontes de informação existentes fora da escola. Esses alunos requerem, portanto, o uso de novas linguagens, novas mídias, como ocorre em seu cotidiano. A escola e o professor precisam se atualizar para acompanharem tecnologicamente esses avanços.

Os principais obstáculos no uso das TIC, no âmbito educativo, podem ser descritos como:

- Exigência de altos investimentos na infra-estrutura tecnológica e recursos humanos;
- A rápida obsolescência de equipamentos e materiais, exigindo renovação do parque tecnológico e gerando os riscos de aquisição de “elefantes brancos”;
- Implantação de uma nova cultura organizacional, exigindo capacitação permanente de gestores e professores, e gestão de resistências e barreiras culturais, com paciência educativa;
- Integração das TIC no projeto pedagógico de cada curso;
- Modismo e superficialidade no trato com as TIC.

Dentre essas dificuldades, a maior, sem dúvida, é a implantação e desenvolvimento de uma nova cultura nos gestores educativos e nos professores.

Daí a urgência e importância da educação continuada de gestores e professores, como é proposto no presente trabalho.

Concluindo, há três alternativas: a) comandarmos o uso crítico das TIC, subordinadas ao projeto educativo, potencializando-o; b) sermos arrasados por elas como um rolo compressor ao ignorarmos os novos tempos; c) ou nos excluirmos do processo educativo e social por antecipação, ao simplesmente rejeitá-las.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Freddy. **Tema 3: La Epistemología De La Descolonización**. In: Unidad de estudio 6. Disponível em: <www.sol.edu/evasol>. Acesso em: 15 de setembro de 2007.

CASTELLS, Manuel. **La era de la información. Tomo I, Economía, Sociedad Y Cultura. Disponível em:** <<http://www.hipersociologia.org.ar/catedra/material/Castells-prol.html>>. Acesso em: 03 de abril de 2007.

_____. **El surgimiento de la sociedad de redes: Capítulo 6. El espacio de los flujos. Disponível em:** <<http://www.hipersociologia.org.ar/catedra/material/Castells-cap6.html>>. Acesso em: 03 de abril de 2007.

_____. **La revolución de la tecnología de la información. Disponível em:** <<http://www.hipersociologia.org.ar/catedra/material/Castells-cap1.html>>. **Acessado em: 25 de janeiro de 2007.**

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade.** 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GADOTTI, Moacir; FREIRE, Paulo; SÉRGIO, Guimarães. **Pedagogia: diálogo e conflito.** 2. ed. São Paulo: Cortez Editores, 1987.

GRAELLS, Pere Marquès. Disponível em: <<http://dewey.uab.es/pmarques>>. Acesso em: 25 de janeiro de 2007.

LANDSBERGER, Joe. **Aprendizagem Cooperativa & Colaborativa. Disponível em:** <<http://www.studygs.net/portuges/cooplearn.htm>>. Acesso em: 03 de novembro de 2007.

LIMA, Larissa Sato Dias et alii. **Ambientes Virtuais de Aprendizagem Cooperativa.** Disponível em: <<http://portal.webaula.com.br/artigo.aspx?sm=artigos&codartigo=3>>. Acesso em: 04 de novembro de 2007.

SILVA, José de Souza. **¿Uma época de mudanças ou uma mudança de época?** Disponível em: <<http://icci.nativeweb.org/boletin/25/souza.html>>. Acesso em: 20 de outubro de 2007.

NIQUINI, Débora. **O grupo cooperativo: uma metodologia de ensino.** 2. ed. Brasília: Universa. 1999.

SANTOS, Solange Capaverde. **Ambientes cooperativos: um retorno a Freinet.** Disponível em: <<http://www.niee.ufrgs.br/cursos/topicos-ie/solange/lufreinet.htm>>. Acesso em: 4 de novembro de 2007.

WIKIPEDIA. **Tecnologías de la información y la comunicación.** Disponível em: <http://es.wikipedia.org/wiki/Tecnolog%C3%ADas_de_la_informaci%C3%B3n#TIC_en_la_Educaci.C3.B3n>. **Acesso em 22 de janeiro de 2007.**

EDUCAR PARA A VIDA: EDUCAÇÃO E CIDADANIA NO BAIRO ZUMBI – MANAUS

Cristiane Manique Barreto¹ Gerciana Oliveira de Souza²
Antonio Enrique Romero³ Maria do Socorro Campos Levy^{4,5}

RESUMO

O presente artigo busca problematizar as informações de um levantamento quantitativo por amostragem no Bairro Zumbi dos Palmares – Manaus – realizada no segundo semestre de 2009. Buscamos interpretar e cruzar os dados de gênero, faixa etária, escolaridade, ocupação, renda familiar, expectativas de vida e deficiências no bairro apontadas pelos entrevistados. Através desses dados podemos perceber que o bairro é majoritariamente habitado por jovens, com baixa renda familiar. Outro fator que chama atenção é apontarem, como principal problema do local, a violência, contudo esta pesquisa demonstrou que há baixa escolaridade e uma grande incidência de abandono escolar. Observamos também que estes jovens quase não têm expectativas futuras a médio e longo prazo. Cabe ressaltar que esta pesquisa pretende fundamentar futuras ações de extensão e ações comunitárias na área pesquisada.

Palavras-chave: Educação. Práticas sociais. Cidadania.

ABSTRACT

This article aims to critically analyze information from a quantitative survey sample in Bairro Zumbi dos Palmares - Manaus - performed in the second half of 2009. We seek to interpret and compare data on gender, age, education, occupation, income, life expectancy and disability in the district mentioned by the interviewees. Through these data we can see that the neighborhood is mostly populated by young, low family income. Another

¹ Mestre em História pela UFRGS. Coordenadora do Projeto de Articulação da Faculdade Salesiana Dom Bosco (FSDB) e professora desta instituição. (crismanique@ibest.com.br)

² Especialista em Serviço Social pela UFAM. Coordenadora do Projeto Educar para a Vida da FSDB e professora desta instituição.

³ Mestre em Educação pela UFAM. Coordenador e professor do curso de Filosofia na FSDB.

⁴ Especialista pela UFAM. Professora da FSDB e Colégio Salesiano Dom Bosco.

⁵ Agradecemos aos alunos voluntários do projeto: Helena Bruce Cruz, Juliana de Lima Pinto, Marcia Rolim Cruz e, em especial, aos acadêmicos Paulo Sergio Tempone e Cristina Lucia Gomes Carvalho, que não mediram esforços para levantar os dados, tabular e refletir junto a nós, professores, o que estávamos pesquisando e problematizando.

factor that attracts attention is pointing, as the main issue in the workplace, violence, yet this research shows that there is little schooling and a high incidence of school dropout. We also observed that these young people have almost no future expectations in the medium and long term. It is noteworthy that this research intends to base future actions of extension and community actions in the area searched.

Keywords: education. social practices. citizenship.

I INTRODUÇÃO

A Faculdade Salesiana Dom Bosco (FSDB) em sintonia com o desenvolvimento acadêmico contemporâneo e ético segue o tripé educacional: ensino, pesquisa e extensão e, no que tange a este, decidiu concentrar suas atividades de pesquisa e extensão no bairro Zumbi dos Palmares- zona leste de Manaus, pois em breve suas instalações serão edificadas no entorno deste bairro. Nesse sentido, em março de 2009 começaram os primeiros contatos com os líderes comunitários para elencar os principais problemas e as possibilidades de pesquisa, extensão e ações comunitárias que a FSDB poderia articular.

Nesta ocasião foram levantadas as seguintes demandas: atenção à família, educação e cidadania, capacitação para o mercado e a educação ambiental. Mediante esse levantamento foram elaborados três projetos distintos, mas com articulação entre si com duração de dois anos, renováveis por mais dois. No que se refere à educação, à família e à cidadania, foi elaborado o projeto “Educar para a vida” com o objetivo de trabalhar com crianças, jovens e adultos sobre temas como: a importância da educação, valores éticos e morais, organização familiar, perspectiva de futuro, participação da família no processo educativo, autoestima, sexualidade, estigmas relacionados à zona leste, comprometimento da escola com a comunidade, entre outros.

No primeiro ano (2009) privilegiou-se o levantamento de dados empíricos para melhor compreensão da realidade e articulação do tripé educacional e as ações comunitárias desenvolvidas pela faculdade. Nesse sentido, aplicou-se um questionário quantitativo por amostragem e, para narrar o histórico do bairro, pesquisamos jornais e realizamos algumas entrevistas. Já, neste ano -2010- devolvemos os dados tabulados à comunidade (Devolutiva) para que pudéssemos problematizá-lo.

Sobre a história do bairro, segundo o Jornal do Comércio “*O bairro Zumbi dos Palmares foi habitado primeiramente pelos os religiosos Salesianos*”. Neste local havia apenas “*um seminário e um projeto de escola agrícola em parceria com a Escola Agrícola do Amazonas*”. (JORNAL DO COMÉRCIO, 2008.)

Como a cidade de Manaus atrai muitos fluxos migratórios, por conta principalmente das indústrias que geram empregos formais e, indiretamente, informais é notório que muitos bairros nasceram de ocupações não planejadas. E com o bairro Zumbi não foi diferente, como pode ser observado em entrevista com uma das mais antigas moradoras do local, a líder comunitária senhora Raimunda Romero Monteiro (Dona Dina):

Bem, essa área daqui começou foi de pessoas que veio dos interiores, (...) então eles fizeram uma invasão numa área denominada por trás do Cê Que Sabe e lá nessa área foi muito sofrimento, porque a área tinha dono e esse dono recebeu a integração de posse e botou todo mundo pra fora, porque

ninguém tinha pra onde ir, foi polícia, (...) quebra-quebra, pessoas perderam tudo, pessoas que perderam até a vida na época e o grupo que se formou, formaram uma comissão e armaram uma lona e essa lona foi colocada 300 se não me engano foi 350 famílias por ai (...) a gente tinha que formar comissão pra correr atrás de comida, roupa, calçado, tudo que era doação a gente pedia pra irmã Helena (...) a gente corria atrás das necessidades do povo e uma dia a comissão chamada “solo urbano”, achou essa área que era dos Salesianos né, e eles acharam que a gente poderia trazer essas famílias pra habitar esse local, (...) todo mundo se reuniu, a irmã Helena chamou toda a turma (...) e trouxe pra cá e essas famílias foram localizadas aqui, pessoas necessitadas e pessoas que realmente queriam um canto pra morar.⁶

De acordo com o Jornal do Comércio (2009), em 1986 as 300 famílias que haviam invadidos e sido expulsas da invasão “Cê Que Sabe” na comunidade São Sebastião (Aleixo) invadiram o terreno da congregação salesiana “sob a coordenação da irmã Helena Augusta Wallcott, da pastoral da terra, e de militantes do PC do B e do PDT.”

Não cabe aqui analisar o problema de terras no Brasil, nem tão pouco o papel das pastorais. Contudo cabe ressaltar que com abertura política nos anos 80 e a grave recessão econômica mundial e, por conseguinte, brasileira, os partidos de esquerda junto às pastorais (influenciadas pela teologia da libertação) articularam uma série de movimentos sociais que buscavam minorar a situação dos operários, dos lavradores, dos sem-terra, dos sem-teto, em outras palavras, dos excluídos e que durante a ditadura militar (1964-1985) foram duramente reprimidos.

O bairro Zumbi dos Palmares tem hoje 24 anos, cresceu e se expandiu em diversas etapas, como nos conta Samuel de Lima Oliveira, residente há 20 anos no local:

O bairro Zumbi dos Palmares surgiu por etapa, a primeira foi o Zumbi I, em 1986, no mês de setembro, hoje há o Zumbi Nova Luz, a comunidade Joana D'arc, a comunidade Vila Sassá. A segunda etapa surgiu com o Zumbi II, depois surgiu o Conjunto São Cristóvão e Conjunto Castanheira e a terceira etapa foi o surgimento do Zumbi III (Edifício Barcelona), houve muitos avanços no bairro Zumbi dos Palmares, cada comunidade há uma liderança, hoje bem conceituada que luta com muitos sacrifícios pelos os benefícios do nosso povo.⁷

O mesmo afirma que ainda há necessidades como “*melhoria na educação, posto de saúde, moradia, segurança, quadra poliesportiva, centro social para idosos, lazer e outros*”. Tais necessidades foram, também, detectadas na nossa pesquisa de campo como será demonstrada ao longo deste artigo.

2 METODOLOGIA

Para iniciarmos nosso projeto, optamos, inicialmente, pela pesquisa quantitativa por amostragem de área geográfica para populações finitas de até 100 (cem) mil habitantes. Nesse aspecto, o tamanho da população, de acordo com os dados do IBGE/2009, é de

⁶ Entrevista com a líder comunitária do bairro Zumbi dos Palmares I Raimunda Romero Monteiro, 54 anos, agente social e professora de artesanato, realizada em 17/06/10 no Centro Social Nossa Senhora do Carmo.

⁷ Entrevista com o líder comunitário da Associação dos Moradores Zumbi dos Palmares I Samuel de Lima Oliveira, 44 anos, autônomo, realizada em 17/06/10 no Centro Social Nossa Senhora do Carmo.

32.674 moradores entre homens e mulheres. Desse modo, o universo pretendido da pesquisa configurou-se em 10.000 (dez) mil moradores. Partindo dessa metodologia, segue-se a equação abaixo para encontrar o número exato de pessoas a serem pesquisadas, a fim de manter a confiabilidade dos dados levantados:

$$n = \frac{\sigma^2 pq N}{e^2 (N - 1) + \sigma^2 pq} = 522,43$$

Assim, o dimensionamento da amostra a ser retirada através da pesquisa **aponta para 522 residentes a serem entrevistados** dentro do bairro do **ZUMBI** através do formulário da pesquisa elaborado por uma equipe de professores com perguntas fechadas e abertas, aplicados em outubro de 2009, envolvendo professores, acadêmicos e líderes comunitários. Cabe ressaltar que esse número equivale a 1,59% de toda a população do bairro ZUMBI, o que representa um nível de confiança de 95% de acerto, tendo dois desvios e um erro máximo de 3%.

Todo o processo de elaboração dos instrumentos de pesquisa foi discutido, pensado e elaborado em reuniões semanais nas instalações salesianas entre professores e acadêmicos. Para tanto, estudamos, também, bibliografias sobre metodologia da pesquisa, paradigmas científicos e sobre comunidades.

Ainda, faz necessário esclarecer que o instrumental de pesquisa aplicado foi constituído de 35 perguntas e que, por ora, para este artigo, serão analisadas as questões que estão diretamente relacionadas com o projeto “Educar para a vida”. Assim, discutiremos 15 (quinze) questões e apresentaremos destas, 6 (seis) gráficos e 3 (três) tabelas.

A utilização de técnicas de coleta, alimentação dos dados quantitativos com uso de medidas e métodos estatísticos possibilitam uma leitura da realidade em um momento estático. Elizabeth Teixeira afirma que: “A pesquisa quantitativa utiliza a descrição matemática como uma linguagem, ou seja, a linguagem matemática é utilizada para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis etc.” (TEIXEIRA, 2007, p. 136). É a partir dessas informações que subjetivaremos e debateremos a radiografia da população pesquisada.

Por isso devemos, sempre, levar em conta que uma pesquisa é apenas uma radiografia de um determinado momento envolvendo uma dinâmica entre o pesquisador e o pesquisado. Bourdieu nos fala desta relação estabelecida:

Ainda que a relação de pesquisa se distinga da maioria das trocas de existência comum, já que tem por fim o mero conhecimento, ela continua, apesar de tudo, uma relação social que exerce efeitos (variáveis segundo os diferentes parâmetros que a podem afetar) sobre os resultados obtidos. Sem dúvida, a interrogação científica exclui por definição a intenção de exercer qualquer forma de violência simbólica capaz de afetar as respostas; acontece, entretanto, que nesses assuntos não se pode confiar somente na boa vontade, porque todo o tipo de distorções estão inscritas na própria estrutura da relação de pesquisa [...]”. (BOURDEU, 1999, p. 694)

Em outras palavras, nessa relação social é o pesquisador que inicia o “jogo” de busca de conhecimento. Contudo, muitas vezes, ao coletar uma informação ou opinião sobre determinado assunto, através de perguntas pré-determinadas, pode-se infligir o olhar do

pesquisado, ocasionando a criação desta mesma opinião no entrevistado, na medida em que este pode nunca ter pensado sobre o assunto. Ainda sobre esta cautela na pesquisa, Bourdieu nos alerta que:

O sonho positivista de uma perfeita inocência epistemológica oculta na verdade que a diferença não é entre a ciência que realiza uma construção e aquela que não o faz, mas entre aquela que o faz sem saber e aquela que, sabendo, se esforça para conhecer e dominar o mais completamente possível seus atos, inevitáveis, de construção e os efeitos que eles produzem também inevitavelmente. (BOURDEU, 1999, p. 694-695)

A percepção que os moradores possuem do seu cotidiano, acrescidos da visão do pesquisador, constituem o ponto de partida e a matéria-prima de nossa proposta. Por isso, procuramos durante todo o processo dialogar com os líderes comunitários, seja na elaboração da proposta do projeto, seja na elaboração das questões e na sua devolutiva. Nessa perspectiva, a pesquisa participante, como ato de conhecimento, tem como sujeitos cognoscentes o pesquisador e os membros do bairro Zumbi e como objeto a materialidade cotidiana. A pesquisa-participante está problematizada nas obras de Carlos Rodrigues Brandão (1985) a partir das relações de proximidade entre o pesquisador e objeto e a própria construção do outro que dirige o exercício da prática.

Ainda hoje, muitos pensam que o conhecimento dos pesquisados, elaborado na experiência cotidiana – o chamado senso comum –, não lhes permite analisar sua própria realidade; para acentuar essa impressão, os métodos convencionais criam a ilusão de que a investigação é rigorosa, cientificamente infalível e que só pode ser levada a efeito por pessoas altamente qualificadas; pretende-se, assim, que o conhecimento dos pesquisadores assumam a condição de “a” ciência, enquanto que, o resto do conhecimento passa a ser considerado como vulgar, não válido ou intranscendente. Como diz Boaventura “[...] A ciência moderna produz conhecimentos e desconhecimentos. Se faz do cientista um ignorante especializado faz do cidadão comum um ignorante generalizado” (SANTOS, 1993, p. 55).

Não se pode, por outro lado, dissecar ou separar a realidade a ponto de não se saber o que ela é. A divisão cartesiana da realidade, antes de contribuir impede a compreensão, pois não existe fato puro, os acontecimentos são múltiplos e ocorrem em diferentes temporalidades, sincrônicas ou mesmo diacrônicas e, ao mesmo tempo, o sujeito que procura conhecer se encontra inserido nesta realidade.

A contribuição do pesquisador nesse processo localiza-se tanto no plano de promoção de uma dinâmica que gere o processo, como na entrega de instrumental técnico que permita avançar na compreensão dos fenômenos que se estuda.

A reflexão e os autores aqui arrolados obviamente não esgotam nossa discussão sobre o método, muito pelo contrário, eles na verdade sinalizam, guiam nossos olhares, mas será no intenso diálogo com os dados coletados e com os líderes comunitários que será possível demarcar um referencial teórico-metodológico que tanto nos ajudará compreender, como planejar nossa atuação.

A seguir passaremos a analisar os dados coletados.

3 ANÁLISE DOS DADOS

Foram entrevistados 357 mulheres (68,39%) e 165 homens (31,60%), essa situação reflete os dados do IBGE/2009 que indica que a maioria dos habitantes do bairro zumbi são mulheres. Contudo, a que se levar em consideração que a pesquisa foi realizada nos domicílios em um sábado pela manhã⁸ e que, mesmo no caso em que havia homens em casa, era a mulher que respondia as perguntas.

Uma das primeiras questões respondidas refere-se à questão da religião, esta leitura evidencia como o fenômeno está presente na população estudada e suas relações. Os dados relacionados entre si demonstram que é marcante a presença das duas maiores religiões do país, os católicos, que aqui representam 300 (61,6%) e os protestantes 185 (38,0%), as religiões afro-brasileiras ficaram com apenas 2 (0,38%) entrevistados, a soma das três totalizam 487 (93,3%) dos 522 entrevistados; o restante, 35 entrevistados, somados, representam outros. Os que não têm religião, brancos e nulos, representam 6,7% da população. Podemos atribuir os números apresentados com a presença histórica dos religiosos na região, e a quantidade de igrejas distribuídas. Segundo o histórico do bairro, anterior a ocupação, o terreno pertencia à congregação Salesiana, no local funcionava um seminário e um projeto de escola agrícola, que atuava em conjunto com a Escola Agrícola do Amazonas, também era utilizado como local de retiro para religiosos e para comunidade nos eventos da congregação, além de oferecer cursos e serviços sociais aos moradores do bairro São José Operário e circunvizinhanças. Outra congregação presente é a Nossa Senhora do Carmo que edifica um sólido trabalho social, através de cursos profissionalizantes e manutenção da única creche no bairro. Uma terceira congregação é das Irmãs Maristas, ratificando assim a intensa movimentação social promovida por religiosos na localidade. No Zumbi dos Palmares existem cinco igrejas católicas e vinte e três evangélicas.⁹ Também é importante destacar que o histórico surgimento do bairro, tem em suas origens uma ocupação liderada pela religiosa comunitária, irmã Helena Augusta Wallcott, da Pastoral da Terra. Quanto à inexpressível representação das religiões afrobrasileiras pode estar relacionada com a fraca presença de comunidades afrodescendentes no Amazonas, outra possibilidade é parte dos entrevistados não revelarem sua condição ou mesmo processarem duas crenças.

Inicialmente podemos relacionar estes dados apresentados com os dados de estado civil, no qual 269 (51,53%) apresentam união estável e casamentos legalizados. Analisamos, então, que os valores ligados a instituição “família” estão presentes nessa população, tanto de católicos como de protestantes.

O elevado índice de participantes na vida religiosa pode favorecer nossas ações, a medida que facilita o contato e o trabalho com a comunidade através dos grupos religiosos; é, porém, relevante e fundamental ressaltar que a pesquisa não apresenta os números de praticantes e não praticantes das mencionadas religiões, possibilitando, dentre os números apresentados, variações.

Em seguida, inquirimos sobre a idade e a escolaridade dos entrevistados, conforme abaixo:

⁸ A pesquisa apontou que a maioria das mulheres entrevistadas eram donas de casa, conforme gráfico 04 (quatro).

⁹ <http://portalamazonia.globo.com/pscript/amazoniadeaaz/artigoAZ.php?idAz=537> Acesso em 31 de Julho de 2010 às 17h01min.

FONTE: Pesquisa por amostragem realizada em outubro de 2009 no bairro Zumbi dos Palmares.

FONTE: Pesquisa por amostragem realizada em outubro de 2009 no bairro Zumbi dos Palmares.

Como podemos perceber, é uma população jovem e de baixa escolaridade. Se somarmos os quatro últimos itens do gráfico da escolaridade, perceberemos que 250 entrevistados (47,89%) ou possuem poucos anos de estudo ou não estudaram, o que reflete, negativamente, na obtenção de oportunidade de melhores empregos e nas expectativas futuras, pois esta pesquisa revelou, através da tabela nº 2 (dois), que um número significativo dos entrevistados não sabiam responder ou deixaram em branco quando perguntado o que sonhavam a médio e a longo prazo, como será mostrado no decorrer deste trabalho.

Quanto a esses números apresentados na educação, o que chamou mais a atenção é a dificuldade em se concluir o ensino fundamental I (1° a 4° série) e II (5° ao 8° série). Inicialmente, verificamos que os 116 dos entrevistados entraram no fundamental I representando 22,22% da população pesquisada, desses valores, 32 (27,6%) concluíram o fundamental I e 84 (72,4%) se evadiram nesta etapa da educação, mais que o dobro deixou de concluir por algum motivo. No fundamental II o quadro continua. 138 dos entrevistados chegaram ao fundamental II representando 26,44% dos entrevistados, desses números, 36 (26,1%) concluíram o fundamento II e têm a possibilidade de acender ao ensino médio, o restante, 102 (73,9%) dos que se matricularam no ensino fundamental II desistiram, praticamente ¾ dos matriculados, inicialmente, abandonaram a instituição. O problema dos números apresentados no fundamental é a proporção mais que o dobro de evasão escolar nessa fase inicial da educação. No ensino médio esses números se revertem, 213 são os números que iniciaram seus estudos 40,80% da população entrevistada, porém dos 213, 135 (63,4%) concluíram essa etapa e estão aptos ao ensino superior e 78 (14,94%) desistiram por algum motivo. Temos aqui ¼ de desistência um número muito inferior e inversamente proporcional em relação ao ensino fundamental I e II. Isso revela que as instituições de ensino estão tendo dificuldades em manter suas crianças na escola, ou não estão tendo vagas suficientes ou, também, podemos considerar outras variantes, como o trabalho infantil para complementar a renda familiar, reflexo dos indicadores de baixa renda 386 (73,95%) entrevistados recebem até dois salários mínimos por mês, também os programas do governo federal que atingem somente 29% dessa população.

Fica a pergunta: Como será o quadro educação do Zumbi para os próximos anos? Temos 239 entrevistados que informaram ter uma ou duas crianças em suas residências, por sua vez em idade escolar para o ensino fundamental, se acompanharmos os indicadores de evasão apresentados na pesquisa, teremos em média 72% de evasões nos próximos anos dentro das famílias pesquisadas.

O reflexo da evasão permanece no ensino superior, do total de entrevistados apenas 18 (3,45%) chegaram ao ensino superior, desses que chegaram, 13 (72,22%) não concluíram seu curso, quatro (22,2%) concluíram a graduação e um (5,6%) fez a pós-graduação, totalizando 5 formados no ensino superior.

É interessante também observar que na devolutiva dos dados pesquisados para os líderes comunitários em maio de 2010, o assombro destes em relação à situação da educação formal, pois os mesmos argumentavam que o maior problema da comunidade era a violência e não a educação. Isso revela um viés “curativo” e não “preventivo” dos problemas do bairro. Aqui cabe esclarecer que esse aspecto preventivo (educação), apesar de não ser salvacionista, é um excelente instrumento para combater questões como a violência, o tráfico, ou em outras palavras, proporcionar a inclusão social, além de que se aumentará o capital social (BOURDIEU, 1998) individual possibilitando maior capital econômico.

Ainda sobre aspecto da educação, também é possível notar que uma boa parcela dos entrevistados não frequentam o Educação de Jovens e Adultos- EJA, o que ratifica a baixa escolaridade dos pesquisados, como é possível visualizar no gráfico abaixo.

3) Caso não tenha completado seus estudos, frequenta atualmente a Ed. De Jovens e Adultos - EJA

FONTE: Pesquisa por amostragem realizada em outubro de 2009 no bairro Zumbi dos Palmares.

Aqui cabe considerar que essa questão só foi respondida pelas pessoas que declaravam não possuir o ensino médio completo, ou seja, 364 pessoas (69,73%).

Com relação ao nosso projeto “Educar para a vida”, uma das primeiras ações de extensão e ação comunitária deve estar centrada na sensibilização destes adultos em relação à importância da educação formal, objetivando o retorno dos mesmos para a sala de aula.

Se relacionarmos população jovem, baixa escolaridade, com a situação ocupacional, perceberemos que a situação social revela, ainda mais, uma precarização, visto que os dados coletados apontam uma perniciosa condição socioeconômica, o que direciona, possivelmente, para um ciclo sem muitas saídas. Isto é verificável nos dados a seguir:

4) Qual a sua ocupação?

FONTE: Pesquisa por amostragem realizada em outubro de 2009 no bairro Zumbi dos Palmares.

FONTE: Pesquisa por amostragem realizada em outubro de 2009 no bairro Zumbi dos Palmares.

Para uma melhor análise desse gráfico, subtrairemos das 522 respostas as 146 que estão em branco, pois estas se relacionam às pessoas que se declararam donas de casa (resultado 376). Assim, se somarmos os desempregados, os autônomos, os sem carteira e os contratados por prazo determinado perceberemos que 228 pessoas (60,63%) das 376 estão nos chamados trabalhos precarizados, ainda que esta precarização não signifique baixos salários ou não contribuição com INSS.

Na verdade o que queremos alegar com a precarização não se restringem somente às questões trabalhistas, mas algo mais amplo que envolva aspectos da moradia, educação, saúde, acesso a bens e serviços, entre outros.

Mas, novamente, interligando população jovem, baixa escolaridade e ocupação evidencia-se claramente a precarização anteriormente comentada. Podemos caracterizar, portanto, com base nesses dados, que este bairro é habitado por camadas média baixa e baixa ou ainda vivendo abaixo da linha da pobreza, cerca de 93 pessoas (17,81%) como verificado nos dados abaixo:

FONTE: Pesquisa por amostragem realizada em outubro de 2009 no bairro Zumbi dos Palmares.

Seguindo a mesma linha do raciocínio anterior, pesquisamos dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômicos (DIEESE)¹⁰ e verificamos que Manaus se, comparada com os outras regiões metropolitanas, é a terceira capital mais cara no que se refere à cesta básica e, também, a terceira que mais trabalha para conseguir comprá-la. Ficando atrás de São Paulo e Porto Alegre.

Contudo, cabe ressaltar que no comparativo do DIEESE, na cesta de Manaus não consta o item batata o que, sem sombra de dúvida, a encareceria ainda mais.

Logo, se somarmos as pessoas que vivem com menos de 1 (um) salário e as que vivem com até dois salários mínimos, teremos 385 (73,75%) e, se pensarmos que as famílias pesquisadas gastam quase metade de seus proventos com alimentação, pois o custo da cesta em Manaus é de 249,06 (duzentos e quarenta e nove reais e seis centavos), descontado este valor do salário mínimo, resta muito pouco para as outras necessidades básicas, ainda mais quando percebemos que muitos membros residem numa mesma casa, sendo que, muitas vezes, apenas 1 (uma) ou 2 (duas) pessoas trabalham, conforme tabela abaixo que exemplifica quantas pessoas habitam uma casa de acordo com a idade:

TABELA 01 - Habitantes por domicílio de acordo com a idade.

Categoria	Quantidade em pessoas						Totais
	1 a 2	3 a 4	5 a 6	7 a 8	9 a 10	11 ou mais	
Idoso(60 anos ou mais)	110	10	17	-	-	-	137
Adulto (31 a 59)	340	67	12	5	4	1	429
Jovens (18 a 30)	219	50	13	1	1	1	285
Adolescente (13 a 17)	168	27	9	2	-	4	210
Criança (até 12 anos)	239	74	16	6	4	-	339

FONTE: Pesquisa por amostragem realizada em outubro de 2009 no bairro Zumbi dos Palmares.

Não podemos afirmar, a partir desses dados, se são famílias extensas ou não, o que podemos dizer é que a incidência maior é de jovens e adultos, seguidas por crianças e adolescentes, isso significa que se pensarmos políticas públicas para este bairro deverá, acreditamos, estar centrada nos eixos: educação, planejamento familiar, geração de trabalho e renda, profissionalização, prevenção do uso de drogas, desmistificação dos grupos de exclusão, processo de envelhecimento, entre outros.

Assim, quando perguntamos se fazem uso de métodos para evitar a gravidez ou doenças sexualmente transmissíveis, somente 190 (37%) disseram que não e 277 (54%) disseram que sim. Das afirmativas, 193 (69,67%) usam a “camisinha” (côndon), e as 84

¹⁰ De acordo com os sites: www.dieese.org.br/rel/rac/etodologia.pdf e www.ieese.org.br/rel/rac/trajul10.xml#MANAUS, acesso em 27/07/2010, hora: 9h30min.

respostas, cerca de 30,32% estão pulverizadas entre: pílula, vasectomia, ligadura de trompas, injeção, tabelinha, abstinência, dispositivo intra-uterino (DIU) e coito interrompido. O que impressiona é que ainda 37% não se previnem contra doenças e gravidez não planejada.

Outro fator que podemos verificar na pesquisa é a relação entre a renda familiar e o programa federal – bolsa família. Apesar dos baixos proventos, 365 (69,92%) não estão cadastrados no programa, o que nos faz pensar o porquê da não inclusão, visto que a tabela acima aponta para um possível acesso ao mesmo, levando em consideração o número de crianças e adolescentes existentes no bairro.

Com relação à ocupação, a grande maioria dos entrevistados trabalha no setor terciário; são pedreiros, eletricitas, pintores, frentistas, comerciários, chapeiros, garçons, lavadores de carros etc. Como o Jornal do Comércio nos informa em edição comemorativa que “[...] a maioria dos moradores não possui o ensino médio completo, resta a ocupação na construção civil ou no comércio, que fica evidente na quantidade de bares e lanchonetes na área.” (JORNAL DO COMÉRCIO, 2006).

No que tange ao setor terciário, separamos as domésticas/diaristas e do lar para tornar mais claro os dados, haja vista que a maioria das respostas foi dada por mulheres. Desse público feminino, 150 são donas de casa – (sem remuneração) e 67 (diaristas/ doméstica), conforme gráfico nº 04 (ocupação).

Em outras palavras, esses dados reafirmam o que discutíamos anteriormente: são famílias com baixo poder aquisitivo e com poucas perspectivas de futuro. Esta última questão pode ser confirmada nas respostas dadas sobre seus projetos de vida a curto, médio e longo prazo, mediante tabela abaixo:

TABELA 02 - Qual sua expectativa / sonhos de vida / objetivos / projetos de vida

Respostas	Curto Prazo (dois anos)	Médio Prazo (de três a nove anos)	Longo Prazo (dez anos ou mais)
Casa Própria/ reforma	191	50	20
Emprego/abrir negócio/ expandir	75	52	49
Estudos	95	104	67
Bens de consumo	25	20	07
Filhos	01	02	04
Saúde	12	16	10
Viajar/lazer	19	13	22
Ser feliz	06	17	10
Não sabe	10	55	87
Em branco	23	114	155
Destino/ o que Deus quiser	05	14	16
Outros	39	45	50

FONTE: Pesquisa por amostragem realizada em outubro de 2009 no bairro Zumbi dos Palmares.

Trabalhando com dados brutos e analisando algumas respostas, percebemos que em curto e médio prazo é possível verificar projetos de futuro planejado como, por

exemplo, ter casa própria, estudos, ter emprego, melhorar ou expandir seus negócios. Contudo quando se questiona sobre a médio e longo prazo, é perceptível a falta de perspectivas; e isso fica mais evidente quando somamos as respostas: “não sabe”, “em branco” e “o que Deus quiser”, o que nos confere um total de 223 para médio prazo e 258 respostas, ou seja, pessoas que não se projetam para o futuro. E aqui cabe lembrar, mais uma vez, que o bairro pesquisado é majoritariamente habitado por jovens, o que causa uma preocupação e nos suscita algumas questões como: Por que estes jovens não se projetam futuramente? Estão, de fato, satisfeitos com sua vida? O fato de não saírem do bairro interfere nas projeções de seus planos? São estimulados a sonharem por seus familiares? A baixa escolaridade interfere na baixa perspectiva?

Face a tais questionamentos, reafirmamos a importância de projetos de extensão como o “Educar para a Vida”, evidentemente, não como uma forma messiânica de resolver as questões acima mencionadas, mas, antes, como uma alternativa para proíficas reflexões e possibilidades de mudança.

Contudo, não se quer, neste projeto, infligir modos de pensar “adequados”. Na realidade, buscamos refutar o olhar etnocêntrico em relação ao outro e trabalhar com as próprias demandas das pessoas pesquisadas, pois ao perguntarmos se eles se consideravam felizes a maioria respondeu que sim, cerca de 406 (78%). Satisfeitos consigo, com seu corpo e sua vida, cerca de 239 (45,78%) disseram que sim e muito satisfeitos 152 (29,11%), ou seja, mais de 50% estão satisfeitos com a vida que levam.

Ora, como pode haver desejo se não há falta? É aqui que nosso projeto pode refletir a equação que ora aparece neste projeto proveniente das respostas: perspectivas de sonho ou projetos futuros versus a sua condição de felicidade e existência.

Entretanto, essa condição de felicidade, que envolve todos os aspectos de sua vida social, é passível de verificações, principalmente quando se busca entender os problemas do seu bairro, pois o bairro Zumbi dos Palmares tem 24 anos de existência e ainda apresenta vários problemas de infra-estrutura, como pode ser verificado na fala de um dos líderes comunitários: “[...] falta saneamento básico na maioria das ruas, falta água, posto policial, área de lazer e falta segurança, pois quando os comunitários precisam fazer uma denúncia, se deslocam até o bairro do Coroadó.”¹¹

Seguindo essa discussão de falta de estrutura, elaboramos duas perguntas: uma fechada e outra aberta. Na fechada perguntamos o que gostariam que tivessem no seu bairro; na aberta pedimos para apontar três problemas existentes no bairro em ordem de importância. Abaixo demonstraremos em forma de tabela as duas perguntas juntas, mas para melhor comparação e compreensão, indicaremos os itens da pergunta fechada em preto e em vermelho, os da aberta, pois muitas das perguntas fechadas foram repetidas nas respostas espontâneas. Vale ainda comentar que nas perguntas fechadas poderiam responder mais de uma questão.

¹¹ Entrevista com o líder comunitário do Zumbi dos Palmares II, Francisco Marques, realizada em 17/06/2010 no Centro Social Nossa Senhora do Carmo.

TABELA 03 - Deficiências do bairro

Itens	O que você gostaria que tivesse no seu bairro (sugerida pela equipe)	1º Problema	2º Problema	3º Problema
Posto Policial/ Segurança	403	229	115	68
Praça	378	-	-	-
Centro de Convivência do Idoso	275	-	-	-
Parada de ônibus/ abrigo	272	-	-	-
Posto de Saúde	241	30	-	61
Creche	237	-	88	-
Parque	237	-	-	-
Transporte Coletivo	234	40	45	60
Centro Comunitário	218	-	-	-
Banco	211	-	-	-
Iluminação Pública	202	20	24	22
Asfalto	187	47	42	23
Acesso à internet	177	-	-	-
Campo de futebol	164	-	-	-
Piscina pública	154	-	-	-
Escola	136	06	22	42
Branco	02	07	20	58
Drogas	-	22	22	11
Esgoto	-	30	18	22
Água	-	23	21	22
Lazer	-	07	18	24
Civilidade	-	09	01	05
Energia Elétrica/ falta/ queda	-	09	27	14
Outros	-	40	54	66
Não sabe	-	02	10	22

FONTE: Pesquisa por amostragem realizada em outubro de 2009 no bairro Zumbi dos Palmares.

Percebemos que, em primeiro lugar, é apontado como principal problema do bairro a falta de segurança na pergunta aberta, ganha em números também quando perguntado em segundo e terceiro lugar e, na pergunta fechada, a falta de posto policial. Questionamos na devolutiva se esta violência era real ou circulada pela mídia nos programas de televisão e jornais que sensacionalizam e a banalizam. Eles responderam que realmente há muitos furtos/roubos e problemas com o tráfico, mas o problema principal é que quando os moradores querem fazer alguma denúncia ou registrar um boletim de ocorrência, eles têm que se dirigir à Delegacia do Coroadó, bairro vizinho. Por outro lado, estes líderes somente conseguiram perceber o baixíssimo índice de escolaridade por amostragem quando confrontamos os dados educacionais com os problemas do bairro.

Claro está, para nós pesquisadores, que é urgente e necessário um posto policial, mas a falta de educação formal, não querendo que seja salvacionista, como já mencionamos acima, digamos é a “mãe” de alguns males. Talvez, esse problema não apareça porque no diálogo com as lideranças, estes afirmam que escola o bairro tem, na verdade o que falta é permanecerem ou voltarem a estudar.

Em seguida observamos os indicativos de infra-estrutura da localidade como lazer, paradas de ônibus (proteção), transporte, iluminação, asfalto, entre outros parecidos e recorrentes também em outros bairros ocupados nos últimos anos em Manaus. Cabe salientar que quanto à saúde é a mesma questão das escolas, há posto de saúde, mas faltam remédios e profissionais.

Outro dado interessante é sobre creche. Em Manaus não há quase creches públicas e esse dado aparece apenas em 6º lugar na pergunta fechada e, na aberta, foi respondida por 88 pessoas e em segundo lugar como problema. Ora, majoritariamente esta pesquisa foi respondida por mulheres, donas de casa, que muitas vezes têm filhos, ou porque não dizer também por homens que também possuem filhos pequenos. O que impressiona novamente são os cruzamentos, baixos salários, baixa escolaridade, população jovem, enfim que necessitam estudar e trabalhar e às vezes não conseguem porque não têm onde deixar os filhos pequenos, no entanto, parece que esse problema não é muito grave no Zumbi. Voltamos a questionar. Serão nossos olhares etnocêntricos que quer que todos trabalhem, estudem, tenham qualidade de vida e sonhem com dias melhores que está dirigindo nosso olhar? Será que a questão da violência é mais imediata? Ou o medo da mesma?

Enfim, metaforicamente, podemos dizer que se fossemos médicos tiramos uma pequena radiografia do bairro, mas ainda teremos que examinar mais a fundo o que estes dados estão nos dizendo, confrontá-los com nossas crenças a respeito do mundo e, sobretudo, ouvir e dialogar com os sujeitos pesquisados. Em outras palavras, experimentar diminuir o fosso criado pela ciência moderna entre a Ciência e o Senso Comum.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando começamos a analisar os dados pesquisados é que observamos quantas perguntas gostaríamos de ter feito, quantas lacunas ficaram, quantas respostas prontas gostaríamos de ter e, sobretudo, quantas soluções gostaríamos de oferecer aos comunitários nas reuniões que realizamos.

Um dos fatores que mais nos chamou a atenção é o fato da baixa escolaridade não ser percebida como problema visível entre os comunitários (ausência de creches públicas, evasão escolar e pouca escolaridade), este, sem dúvida, é um grande problema que assola não somente o bairro Zumbi, mas também uma boa parte dos bairros em Manaus. Cabe lembrar que o aspecto da educação trabalhado pelo grupo Educar para vida não se configura como a única fonte de “salvação” para os problemas apontados, inclusive para o maior problema apontado pelos entrevistados, ou seja, a violência (Será real? Ou massificada pela mídia, fruto de preconceito em relação aos bairros da zona leste de Manaus).

Os projetos de articulação e mais especificamente o projeto – Educar para vida – têm alcance reduzido perante a realidade que observamos, não conseguiremos, obvia-

mente, resolver os problemas de infra-estrutura do bairro, assim como os baixos salários. Mas, com certeza, poderemos, se assim desejarem, sensibilizá-los para a educação formal, apresentar esses dados ao poder público, trabalhar a permanência das crianças e jovens nas escolas do bairro, trabalhar a estima destes jovens, os valores familiares, a visão de mundo de professores e gestores escolares sobre o bairro, problematizar as questões de gênero e sexualidade nas escolas, bem como a questão de gênero para que homens e mulheres possam articular um futuro diferente. É isto que podemos oferecer através da articulação ensino-pesquisa-extensão e ações comunitárias.

Ao propormos uma pesquisa-ação numa determinada comunidade, objetivamos articular os componentes curriculares de ensino dos cursos de Serviço Social e Filosofia, pois acadêmicos/as e professores/as estão observando, problematizando e agindo a partir de pressupostos teórico-metodológicos apreendidos no cotidiano universitário.

A Faculdade Salesiana Dom Bosco apresenta também uma especificidade para além da preocupação com a extensão, que são as ações comunitárias. Nesse sentido, a prática da pesquisa-extensão-ações comunitárias propiciará uma contextualização e problematização dos conteúdos curriculares ministrados, dos métodos e técnicas de pesquisa e de práticas sociais fundadas no compromisso ético e político, procurando superar a dicotomia entre teoria e prática.

A pesquisa-ação contribui também para a ampliação do processo de compreensão da complexidade da realidade, da socialização dos conhecimentos produzidos e da relação entre academia e comunidade, realizando na prática o tripé Ensino-Pesquisa-Extensão.

É a partir desse objetivo e da radiografia do bairro que iremos iniciar a segunda etapa do projeto. Intensificaremos nossas ações sem deixar de lado nossa preocupação com o ensino e a pesquisa.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. (Coord.). **A Miséria do Mundo**. 3 ed. Petrópolis:Vozes, 1999.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Repensando a pesquisa Participante**. São Paulo Brasiliense, 1985.

_____. (org.) **Pesquisa Participante**, São Paulo: Brasiliense, 1985.

JORNAL DO COMÉRCIO. **Edição comemorativa em homenagem ao 339º aniversário de Manaus**, 24 e 25 de outubro de 2008/D 105

_____. **Edição comemorativa em homenagem ao 337º aniversário de Manaus**, edição nº 39.657- outubro de 2006.

_____. **Edição comemorativa em homenagem ao 340º aniversário de Manaus**, 24,25,26 de outubro de 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. 5. ed. Porto: Afrontamentos, 1993.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias**: acadêmica, da ciência e pesquisa. 4. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA PROGRAMAS DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS: O CASO PROAMDE

Glenda Pinto da Rocha Castelo¹, Luiza Maria Bessa Rebelo²,
Raimundo Nonato de Oliveira³

RESUMO

A presente situação vivenciada no Programa de Extensão da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) - Programa de Atividades Motoras para Deficientes (PROAMDE) – demonstra a necessidade de melhoria na organização de suas ações para o atingimento de seus objetivos institucionais. Isso pode ser sentido nas ações de manutenção do Programa, insuficientes em vista da precariedade dos recursos disponibilizados. Na verdade, faz-se mister estabelecer um Planejamento Estratégico para a dinamização de suas ações. Objetiva-se, neste trabalho, verificar a viabilidade da adoção do Planejamento Estratégico para a manutenção do PROAMDE. Com base na literatura consultada, serão analisados os instrumentos ou recursos pertinentes ao tema, propondo um modelo de Planejamento Estratégico para o PROAMDE. Para atingir tal objetivo, utilizou-se do método estudo de caso e da aplicação de um questionário como instrumento de pesquisa junto ao responsável pelo Programa. Pode ser percebida a importância deste trabalho para o caso em estudo, e para similares, pela possibilidade de ampliar-se a visão de Planejamento Estratégico para esse tipo de instituição. O produto final da pesquisa realizada é a proposta de um modelo de Planejamento Estratégico para a manutenção das ações desse tipo de Programa e a possibilidade de ser adaptado a circunstâncias semelhantes, a fim de otimizar desempenhos.

Palavras-chave: Planejamento Estratégico. Ufam. PROAMDE. Projeto de Extensão.

ABSTRACT

This situation results in the Outreach Program of the Federal University of Amazonas (Ufam) - Motor Activities Program for the Handicapped (PROAMDE) - demonstrates the

¹ Mestranda em Contabilidade e Controladoria / UFAM, E-mail: glenda@argentina.com, ² Professora DsC. em Engenharia da Produção / UFAM, E-mail: rebelolu@terra.com.br, ³ Mestrando em Contabilidade e Controladoria / UFAM, Professor da Faculdade Salesiana Dom Bosco – FSDB. E-mail: raimundo@fsdb.edu.br

need for improvement in the organization of their actions for achieving their institutional objectives. This can be felt in the actions of the maintenance program, inadequate in view of the precariousness of resources available. Indeed, it is needful to establish a Strategic Planning for the dynamization of their actions. Objective, in this study to investigate the feasibility of adopting the Strategic Planning for the maintenance of PROAMDE. Based on the literature, we will analyze the tools or resources relevant to the topic, proposing a model of Strategic Planning for PROAMDE. To achieve this goal, we used the method of case study and application of a questionnaire as a research tool by the Program Officer. You may notice the importance of this work to the case study, and the like, the possibility of expanding the vision of Strategic Planning for such an institution. The end product of research is to propose a model of Strategic Planning for the maintenance of the actions of this type of program and the possibility to be adapted in similar circumstances in order to optimize performance.

Keywords: Strategic Planning. Ufam. PROAMDE. Extension Project.

I INTRODUÇÃO

O Programa de Extensão da Universidade Federal do Amazonas (Ufam) - Programa de Atividades Motoras para Deficientes (PROAMDE) – é uma iniciativa singular da Universidade em todos os seus aspectos, vez que tem o fito de proporcionar o desenvolvimento das potencialidades dos deficientes físicos e mentais da cidade de Manaus. Dadas as condições ora presentes para suas ações, onde são apercebidas dificuldades variadas (carência de recursos financeiros e materiais, parcerias, apoios institucionais etc.), as circunstâncias atuais demonstram a necessidade de melhoria na organização de suas ações para o atendimento de seus objetivos institucionais. Isso pode ser sentido nas ações de manutenção do Programa, insuficientes em vista da precariedade dos recursos disponibilizados. Na verdade, há necessidade de se estabelecer um Planejamento Estratégico para a dinamização de suas ações.

O objetivo deste trabalho é verificar a viabilidade da adoção do Planejamento Estratégico para a manutenção do PROAMDE. À luz da literatura consultada, serão analisados os instrumentos ou recursos pertinentes ao tema, propondo um modelo de Planejamento Estratégico para o PROAMDE.

A metodologia estudo de caso e a aplicação de um questionário como instrumento de pesquisa junto ao responsável pelo Programa na Ufam foram realizados com o fim de angariar informações acerca do tema em tela.

A importância deste trabalho para o caso em estudo, e para similares, dá-se pela possibilidade de ampliar-se a visão de Planejamento Estratégico para esse tipo de instituição.

O resultado final da pesquisa realizada é a proposta de um modelo de Planejamento Estratégico para a manutenção das ações desse tipo de Programa e a possibilidade dele ser adaptado a circunstâncias semelhantes. Espera-se contribuir para a melhoria desse Programa e de outros similares porventura existentes.

O trabalho está organizado em sete pontos básicos: neste primeiro, a introdução onde se esboçam nuances do trabalho elaborado; no segundo são vistas algumas definições do tema abordado e a utilização de instrumentos ou recursos nos Projetos

de Extensão. No terceiro e quarto pontos, discorrem-se acerca da Ufam e seus Programas de Extensão e sobre o PROAMDE. No quinto, a metodologia empregada no desenvolvimento deste trabalho. No sexto, expõe-se sobre a proposta de um modelo de Planejamento Estratégico para o Programa, e no sétimo são feitas as considerações finais do trabalho.

2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NO PROGRAMA DE EXTENSÃO

Sun Tzu, general chinês, fonte inspiradora da moderna visão administrativo-estratégica, esboça em seus escritos datados de 500 a.C. uma visão estrategista peculiar fundamentada em sua área de atuação: o teatro da guerra, dos campos de batalha. Com origem etimológica grega, *strategos* se refere literalmente à ideia beligerante contida no termo: arte do general.

Em *A Arte da Guerra* tem-se, nas palavras do autor (Tzu, 2003, p. 65-66), uma amostra dos conhecimentos do general sobre estratégia:

[...]

1. Normalmente, quando há um exército a utilizar, o general recebe suas ordens do seu soberano, concentra tropas e procede a mobilizações. Transforma suas forças num todo harmonioso e acampa-as.

[...]

3. Desse modo, marchar pelo caminho indireto, iludindo o inimigo e atraindo-o com engodos, permite partir depois dele e, mesmo assim, precedê-lo na chegada. Quem isto souber fazer compreende a estratégia do direto e do indireto. [...]

A influência de Sun Tzu se reflete, por exemplo, em Bobbio *et al.* (1992, p. 431), quando os autores definem estratégia numa amplitude político-militar:

[...] a estratégia é a programação a longo prazo do uso de instrumentos políticos e militares na condução dos conflitos internacionais, ao passo que a tática seria a aplicação reta e variável, conforme as circunstâncias, dos instrumentos individuais. [...] a estratégia se pode conceber como um plano mais vasto e complexo, que se apoia num conjunto de princípios de caráter geral e de propósitos diretamente operativos, intimamente ligados entre si. [...]

Oliveira *et al.* (2007, p. 29) têm uma percepção mui abrangente sobre a implementação da estratégia:

A estratégia foi conceituada por diversos autores como o processo pelo qual os gestores das organizações, usando uma projeção de três a cinco anos, avaliam as oportunidades ambientais externas, assim como a capacidade e os recursos internos a fim de se decidirem sobre metas e sobre um conjunto de planos de ação para realizar essas metas.

Por esse prisma, o moderno gerenciamento das corporações deve constituir-se em um processo cíclico contínuo de:

- formular estratégias;
- comunicar essas estratégias por toda a organização;

- desenvolver e pôr em prática táticas para implementar as estratégias; e
- desenvolver e implementar controles para aprimorar as etapas da implementação e depois o sucesso no alcance das metas estratégicas.

A figura 1 evidencia o relacionamento do planejamento estratégico e a gestão estratégica, interligados pelo objetivo maior da gestão organizacional, que inclui em seu bojo o plano estratégico (composto do planejamento tático e operacional), também.

FIGURA 1: Integração Gestão x Planejamento x Plano Estratégicos. Fonte: Bezerra Filho (1999, p.4). Adaptado pelos autores.

Conforme Mosimann e Fisch (1999, p. 48),

O planejamento estratégico gera o plano estratégico, seu *output*, que contém as diretrizes estratégicas que serão o *input* para o sistema de planejamento operacional. As diretrizes estratégicas são os grandes caminhos adotados para melhor interagir com o ambiente, dada a missão a ser cumprida e as vantagens e limitações da empresa nesse sentido. Elas compreendem as políticas, os objetivos e os princípios no âmbito estratégico. As políticas são parâmetros usados para tomada de decisões repetitivas... Os princípios são as regras de condução ao objetivo.

Os seres humanos, desde seu surgimento sobre a face da terra, buscam exercer suas atividades de forma mais competente e eficaz possível, vez que isso era essencial, principalmente nos seus primórdios, para sua sobrevivência em ambientes que lhes eram normalmente hostis. Sua evolução social e intelectual trouxe à prática do pensar o seu modo de ser e agir, de fazer bem as coisas. Numa palavra: planejar.

Grzeszeszyn (2005, p. 6) define 'planejar', ampliando a visão comum que se tem desse verbo, abrangendo não só o complexo organizacional como também a visão estratégica:

Planejar é importante para comunicar a estratégia para toda a organização, direcionar os esforços, controlar os resultados por meio de medidas de desempenho, bem como para criar a sinergia capaz de conduzir a empresa às metas estratégicas.

O planejamento é racional, pois age sobre os recursos e possibilidades reais existentes, para construir formalmente uma realidade esperada pela formulação estratégica inicial. Sendo a estratégia fruto do conhecimento, experiência, visão do setor de atuação,

consumidores, tecnologia e do aproveitamento de oportunidades, podendo sofrer mudanças, o planejamento também deve ser flexível a ponto de absorver as novas realidades.

Planejamento Estratégico, segundo define Oliveira (2009, p. 17), é

o processo administrativo que proporciona sustentação metodológica para se estabelecer a melhor direção a ser seguida pela empresa, visando ao otimizado grau de interação com os fatores externos – não controláveis - e atuando de forma inovadora e diferenciada.

[...] de responsabilidade dos níveis mais altos da empresa e diz respeito tanto à formulação de objetivos quanto à seleção dos cursos de ação a serem seguidos para sua consolidação, levando em conta as condições externas e internas à empresa e sua evolução esperada.

Amaral (2004, p. 28) de forma contundente e ampla conceitua Planejamento Estratégico, permitindo ter-se uma visão precisa e firme de seus fundamentos:

É o processo de prospectar um determinado conjunto de ações, mediante a capacidade de definir as tendências de comportamento do mercado, possibilitando às organizações a antecipação e o aproveitamento das oportunidades que poderão surgir, neutralizando as possíveis ameaças.

FIGURA 2: Visão geral do Planejamento Estratégico. Fonte: Costa, 2004, p. s/n. Adaptado pelos autores.

A figura 2, acima, permite ter-se uma visão ampla do Planejamento Estratégico, vislumbrando-se nela desde o momento da sensibilização (sentir as condições necessárias para o início do processo), passando pela organização das informações determinadoras da estrutura estratégica até sua implantação.

Planejamento Estratégico consiste no levantamento e na análise das potencialidades de uma organização, partindo-se de definições básicas da sua estrutura organizacional em vista dos objetivos estabelecidos e da postura estratégica definida.

Quanto à Missão, Ribeiro e Cruz (2005) destacam a percepção no âmbito público:

Missão é a razão de ser da organização, como um princípio maior que norteia suas atividades (fins). Cada instituição governamental possui um fim diferente, mas sua missão sempre está relacionada a atender às necessidades da população. [...]

Nas organizações governamentais a missão é especialmente importante, pois é ela quem deve definir os principais esforços na direção do “bem comum”, que a princípio deve nortear todas as ações do setor público. [...]

Costa (2004) apresenta a definição de Visão como sendo um modelo pensado, mentalizado, objetivo, racional, de uma situação que se quer muito alcançar, de uma possível realidade futura. Deve ser simples, objetiva, compreensível por todos os envolvidos com a instituição. Sua característica fundamental é funcionar “como um alicerce para o propósito organizacional, ela deve ser compartilhada pelas pessoas que formam o corpo dirigente da empresa e explicada, justificada e disseminada por todos os que trabalham para a organização.” (p.36)

Costa (2004), ainda, faz a distinção entre os dois conceitos mencionados: objetivamente Visão é o que se vê, o concreto, o real da instituição, ao passo que Missão é a destinação que se dá à Visão, ao real, ao concreto.

A compreensão de Visão e Missão pelos envolvidos com a instituição intui para o conhecimento de outros conceitos afins, e que são muito importantes para a concretização eficaz no ambiente institucional. Costa (2004, p. 38) define dois desses conceitos:

Princípios são aqueles pontos e tópicos em que a organização não está disposta a mudar, aconteça o que acontecer. Em alguns casos, podem vir expressos como uma carta de princípios, credo ou profissão de Fé, declarando quais são as crenças básicas da organização. [Compara-se, estritamente, a um Código de ética da instituição, que balizará os procedimentos e guiará todos aos objetivos institucionais.]

Valores são características, virtudes, qualidades da organização que podem ser avaliadas como se estivessem em um escala, com gradação entre valores extremos. São atributos realmente importantes para a organização, virtudes que devem ser preservadas, meritizadas e incentivadas. [São como fundamentos de uma construção, que lhe dão todo suporte e toda segurança, amparando e assegurando a consecução dos objetivos institucionais.]

Hitt et al. (2008, p.35) apresentam o ambiente externo das organizações abrangendo o ambiente geral, o ambiente do setor (indústria) e o ambiente da concorrência. O geral compõe-se das dimensões na sociedade “que influenciam o setor (indústria) e as empresas que o compõem.” Os segmentos ambientais econômico, demográfico, político/jurídico, sociocultural, tecnológico e global envolvem a sociedade. O do Setor identifica as ameaças de novos concorrentes, poder de barganha de clientes e fornecedores, e o da Concorrência prevê a *dinâmica das ações, reações e intenções* de concorrentes. A Figura 3 demonstra o exposto.

FIGURA 3: O Ambiente Externo da Organização. Fonte: Hitt (2008, p.35).

Costa (2004, p. 111-112), a propósito da análise do ambiente interno, objetivamente, orienta como tarefa a necessidade primeira de “elaborar uma lista ampla, geral e irrestrita de pontos fortes, fracos e os que precisam ser melhorados, ou seja, aqueles que favorecem ou prejudicam a instituição. Para isso faz-se necessário entender o que cada um representa:

Pontos fortes são aquelas características positivas de destaque, na instituição, que a favorecem no cumprimento do seu propósito. [Ex.: marca, rede de distribuição, prestação no atendimento, capacidade de pesquisas etc.] Pontos fracos são características negativas, na instituição, que a prejudicam no cumprimento de seu propósito. [Ex.: falta de integração entre as pessoas/setores, entre sistemas, processos não confiáveis etc.] Pontos a melhorar são características positivas na instituição, mas não em nível ou grau suficiente para contribuir efetivamente para o cumprimento do seu propósito. [Ex.: meios de comunicação, qualidade de material etc.]

Essa análise é desenvolvida a partir da técnica SWOT (*strengths, weaknesses, opportunities e threats*), ou PFOA (potencialidades ou pontos fortes, fragilidades ou pontos fracos, oportunidades e ameaças).

Assim se expressam Mosimann e Fisch (1999, p. 46-67) sobre aspectos do Planejamento Estratégico:

[...] pontos fortes são as variáveis internas e controláveis que propiciam uma condição favorável para a empresa, em relação ao seu ambiente;

- pontos fracos são as variáveis internas e controláveis que provocam uma situação desfavorável para a empresa, em relação a seu ambiente;
- oportunidades são as variáveis externas e não controláveis pela empresa que podem criar condições favoráveis para a empresa, desde que a mes-

ma tenha condições e/ou interesse de usufruí-las; e

- ameaças são as variáveis externas e não controláveis pela empresa que podem criar condições desfavoráveis para a mesma.

Os pontos fortes e fracos compõem a análise interna, enquanto as oportunidades e ameaças compõem sua análise externa.

3 A UFAM E SEUS PROGRAMAS DE EXTENSÃO

A Universidade Federal do Amazonas (Ufam) é uma instituição de ensino superior, criada nos termos da Lei n.º 4.069-A, de 12 de junho de 1962, do Decreto n.º 53.699, de 13 de março de 1964, e mantida pela União, como entidade da administração indireta na forma de Fundação de Direito Público. Por isso, goza de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial.

Embora tenha sido legalmente criada em 1962, a Ufam teve origem em 17 de janeiro de 1909, quando surgiu a primeira instituição de ensino superior do país, a Escola Universitária Livre de Manaus, criada por inspiração do tenente-coronel do Clube da Guarda Nacional do Amazonas, Joaquim Eulálio Gomes da Silva Chaves. Dirigida em seu primeiro ano pelo Dr. Pedro Botelho (1909-1910) e, posteriormente, pelo Dr. Astrolábio Passos, (1910/1926) a Escola Universitária instalou seus cursos em 15 de março de 1910, em sessão solene presidida pelo governador do Estado Antônio Clemente Ribeiro Bittencourt. Em 13 de julho de 1913, a Escola Universitária muda de nome, passando a chamar-se Universidade de Manaus.

Em 1962, a sucessora legítima da Escola Universitária Livre de Manaus, a Universidade do Amazonas (UA), teve seu Projeto de Lei, cuja autoria fora do deputado federal Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho, publicado no Diário Oficial da União em 27 de junho do referido ano. Em 3 de julho de 1964, na realização da 18ª reunião do Conselho Diretor da Fundação Universidade do Amazonas, foi decidido que a data de comemoração da instalação da Universidade do Amazonas seria a mesma da de criação da primeira universidade brasileira, a Escola Universitária Livre de Manaus, tornando a Ufam a universidade brasileira mais antiga.

A instituição passou a receber a denominação de Universidade Federal do Amazonas pela edição da Lei n.º 10.468, de 20 de junho de 2002. É preconizado como objetivo desta ministrar o ensino superior, desenvolver o estudo e a pesquisa em todos os ramos do saber e da divulgação científica, técnica e cultural.

Para tanto, cumpre-lhe, especialmente no campo da Extensão, estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e os da região amazônica; prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; promover uma extensão aberta à população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da cultura e da pesquisa científica e tecnológica geradas na Instituição. Cabe ressaltar que um dos princípios a ser observado por ela é a integração e indissociabilidade das funções de ensino, pesquisa e extensão.

É reconhecido que a prática extensionista está definitivamente arraigada nas ações da Ufam, perceptível também quando verificada sua missão: “Cultivar o saber em todas as áreas do conhecimento por meio do ensino, pesquisa e da **extensão**, contribuindo para a formação de cidadãos e o desenvolvimento da Amazônia”. Isso porque “a extensão é

um processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade” (FORPROEX, 1987). Fator preponderante para o cumprimento do princípio disposto no artigo 2º do seu estatuto: “Art. 2º. – A Universidade (...) obedecerá ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Nesse sentido, direcionaram-se esforços para o estabelecimento da missão e do objetivo da Extensão Universitária promovida pela Ufam:

FIGURA 4: Missão e Objetivo da Extensão Universitária da Ufam. Fonte: Portal da Ufam/2010. Adaptado pelos autores

Missão da Extensão Universitária	Objetivo da Extensão Universitária
A Extensão Universitária representa o portal entre a Universidade e a Sociedade, cujas ações, desenvolvidas nas áreas temáticas de Comunicação, Saúde, Direitos Humanos, Educação, Meio Ambiente, Trabalho, Cultura e Tecnologia, resultam na melhoria da qualidade de vida da população e o fortalecimento da cidadania.	A extensão terá por objetivo desenvolver um processo educativo, cultural e científico, em articulação e com a participação da comunidade externa, para assegurar relações transformadoras entre a Universidade e a sociedade.

Tendo em vista a publicação da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e deu outras providências, as universidades passam a ser avaliadas, além de sua missão, do seu plano de desenvolvimento institucional e da sua responsabilidade social, também segundo “a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a **extensão** e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades” (Inciso II, artigo 3º).

Nessa perspectiva, a Política de Extensão e Interiorização da Ufam é estabelecida, baseada em diretrizes conceituais, políticas e institucionais, e obedecidos os princípios do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex), elencados a seguir: **a) Institucionalização das Ações de Extensão; b) Indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão; c) Caráter Interdisciplinar das Ações Extensionistas; d) Compromisso Social da Universidade na Busca de Solução dos Problemas mais urgentes da maioria da população; e) Reconhecimento do Saber Popular e da Importância da Troca entre Este e o Saber Acadêmico; f) Financiamento Majoritário da Extensão como Responsabilidade Governamental; g) Avaliação das Ações de Extensão; h) Programa Institucional de Bolsas de Extensão; i) Programa de Difusão e Publicação das Ações Extensionistas; j) Incentivo à Flexibilização Curricular; k) Apoio Sistemático à Implementação e Ampliação de todas as Ações Extensionistas Institucionalizadas, especialmente as do Interior do Estado.**

O Forproex trata-se de “uma entidade voltada para a articulação e definição de políticas acadêmicas de extensão, comprometidas com a transformação social para o pleno exercício da cidadania e o fortalecimento da democracia” (Regimento do Forproex). Ele é composto por Pró-Reitores de Extensão e titulares de órgãos congêneres das Instituições Públicas de Ensino Superior Brasileiras, os quais se reúnem, ordinariamente, uma

vez por ano, no Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, e tem como participantes os assessores indicados pelos Pró-Reitores e convidados especiais. O propósito desse encontro é discutir e deliberar sobre questões diretamente associadas às práticas de Extensão, bem como sobre assuntos correlacionados a estas.

Seguindo os mesmos esforços, a União, representada pelo Ministério da Educação (MEC), por intermédio da Secretaria de Ensino Superior – SESu/DIFES, realiza, ordinariamente, a convocação das Instituições Federais e Estaduais de Ensino Superior a apresentarem propostas de desenvolvimento de programas e/ou projetos no âmbito da extensão universitária.

Assim, desde 2003, quando fora criado o Programa de Extensão Universitária (ProExt), são proporcionados incentivos às práticas de extensão universitária com ênfase na inclusão social. No referido ano, o programa distribuiu R\$ 4,5 milhões para 36 instituições federais de ensino superior que desenvolveram 89 projetos. Em 2005, foram R\$ 6 milhões para o financiamento de 178 propostas. No período de 2006 a 2008, o ProExt aprovou e financiou, com verbas do orçamento do MEC, 380 projetos no valor de R\$ 16 milhões. Com a formação da parceria com os ministérios da Cultura e do Trabalho e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) os recursos para o período de 2009 a 2010 foram ampliados, serão distribuídos R\$ 19,2 milhões para investir na criação e desenvolvimento de programas e projetos de extensão universitária..

O objetivo do ProExt é “apoiar as instituições públicas de ensino superior no desenvolvimento de programas ou projetos de extensão que contribuam para a implementação de políticas públicas” (Portal do MEC). Dessa forma, os recursos provenientes por intermédio do ProExt se destinam a melhorar as condições de gestão das atividades acadêmicas de extensão para que sejam estimulados cada vez mais o desenvolvimento social e o espírito crítico dos estudantes, bem como para que as instituições públicas de ensino superior venham cumprir intensificamente sua função social.

Para tanto, estas instituições devem apresentar propostas para implementação de programas ou projetos que tenham como escopo os temas desenvolvidos pelo próprio ProExt, por exemplo: formação de professores para o sistema educacional; atenção integral à família; juventude e desenvolvimento social; geração de trabalho e renda em economia solidária; promoção e/ou prevenção à saúde; direitos humanos; educação de jovens e adultos; atenção à pessoa idosa, à pessoa com deficiência e às populações indígenas e quilombolas; educação ambiental e apoio ao desenvolvimento comunitário; inclusão étnica; ensino de ciências etc.

Faz-se mister ressaltar a diferença entre as definições *Programa* e *Projeto*, apresentada pelo MEC: *Programa* refere-se a um conjunto de projetos e/ou outras atividades de extensão, vinculados, de caráter orgânico-institucional, com clareza de diretrizes e voltados a um objetivo comum; ao passo que, *Projeto* é um conjunto de ações processuais contínuas, de caráter educativo, social, cultural, científico e tecnológico, que visem alcançar determinados objetivos num período de tempo pré-estabelecido.

Atualmente, na Ufam são desenvolvidos 17 (dezessete) programas de extensão, a saber:

FIGURA 5: Programas de Extensão da Ufam. Fonte: Portal da Ufam/2010. Adaptado pelos autores.

Programas de Extensão	Objetivo
1) Programa “Atividade Curricular de Extensão - ACE”	Intensificar o vínculo que une universidade e sociedade, contribuindo com a formação profissional dos universitários, mediada por uma atitude ética, cidadã e responsável pelas questões sociais pelas quais se permita maior aproximação e novas abordagens sobre a realidade amazônica.
2) Programa “Universidade sem Fronteiras”	Fortalecer – em sintonia com a Política de Extensão da UFAM e do Plano Nacional de Extensão Universitária (FORPROEX e SESU/MEC-2001) –, as ações extensionistas cuja interlocução, aberta e sistemática entre a universidade e sociedade, permita articular o saber acadêmico com outras práticas oriundas da vida social.
3) Programa Inter-Ação	Implementar atividades de extensão por meio de ações sócio-educativas, visando o desenvolvimento social, econômico e cultural dos moradores do Complexo Colônia Antônio Aleixo.
4) Programa Puraquequara	Identificar as práticas de conservação dos recursos naturais através das seguintes ações: preservação do lago; organização de campanhas e palestras sobre a problemática do lixo.
5) Programa “Pyrá”	Capacitar agentes sociais para o monitoramento dos acordos de uso integrado dos recursos naturais do município de Manacapuru, área piloto do programa PYRÁ.
6) Programa “Tupé”	Assessorar as comunidades do Tupé, contribuindo com políticas de defesa ambiental, inclusão social e desenvolvimento sustentável.
7) Programa “Comunidades Ribeirinhas de Benjamin Constant”	Especializar professores e formar agricultores familiares para a identificação e utilização manejada das potencialidades de produtos agro-florestais regionais, visando organizar suas formas de produção.
8) Programa “Encontro”	Desenvolver ações junto aos usuários residentes do Centro Psiquiátrico Eduardo Ribeiro (CPER), objetivando prepará-los para vivenciar serviços residenciais terapêuticos.
9) Programa “Pé-de-Pincha”	Promover a sustentabilidade das populações rurais através da conservação e manejo participativo, incentivando a criação de quelônios em cativeiro, a produção de artesanato, o ecoturismo e o beneficiamento de polpas de frutas, produtos lácteos e de pescado.
10) Programa “Atividades Motoras para Deficientes (PROAMDE)”	Realizar um programa de atividades motoras para deficientes físicos, visando efetivar ações sociabilizadoras dos participantes, fomentadas pela formação de grupos de estudo e publicação dos resultados obtidos.
11) Programa “Idoso Feliz Participa Sempre - Universidade na 3ª Idade Adulta”	Educar para o envelhecimento. Trazer o idoso para a Universidade na condição de Universitário. Desenvolver a prática motora em gerontes facilitando sua nova identidade.

12) Programa “Atenção à Saúde do Idoso (PROASI)”	Realizar ações educativas que vise zelar pela preservação da qualidade de vida, autonomia, independência e dignidade do idoso, estimulando o estudo da Gerontologia no âmbito da pesquisa científica: TCC, PIBIC etc.
13) Programa “Universidade Campeã”	Melhorar, pela prática do desporto futsal, o nível de conhecimento dos filhos de servidores da UFAM, em face dos benefícios da atividade física e de um saudável estilo de vida.
14) Programa “Talentos UFAM no Mercado de Trabalho”	Oportunizar aos discentes do Curso de Administração o conhecimento prático necessário, visando destacá-los no âmbito do desenvolvimento de suas atribuições como administrador de empresa.
15) Programa “Estação Casa da Física”	Tornar o Estado do Amazonas referência regional no ensino de física nos níveis fundamental e médio de alunos da escola pública e privada, primando tanto pelos bons resultados obtidos em competições regionais, nacionais e internacionais quanto pela capacitação de professores nos respectivos níveis e escolas.
16) Programa “Unitrabalho”	Atuar na elaboração de estudos, pesquisas, consultorias, debates, publicações e programas de formação profissional relacionados às atividades do mundo do trabalho.
17) Programa “Conexões de Saberes: Diálogos entre a Universidade e as Comunidades Populares”	Desenvolver ações inovadoras que ampliem a troca de saberes entre as comunidades populares a universidade, valorizando o protagonismo dos estudantes universitários de origem popular, e contribuam para a democratização do acesso e permanência no ensino superior público.

4 O PROAMDE

O Programa de Atividades Motoras para Deficientes (PROAMDE) é um programa de extensão da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia (FEFF) da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), sem fins lucrativos, idealizado e fundado pela Professora Doutora Káthya Augusta Thomé Lopes, com o intento de proporcionar o desenvolvimento das potencialidades motoras de pessoas com deficiência.

O programa também se torna uma oportunidade para os acadêmicos do ensino superior pôr em prática os conhecimentos teóricos adquiridos durante o curso. As áreas de Educação Física, Fisioterapia e Pedagogia possuem grande relação com o programa pelo domínio sobre informações da condição físico-muscular, de raciocínio-lógico e sociabilização, bem como pela contribuição para sua independência e auto-estima.

Assim, os acadêmicos e profissionais que integram o PROAMDE estão diretamente ligados com a produção científica, relacionando a prática vivenciada com os alunos às teorias defendidas por diversos autores da área da atividade física adaptada, estruturando, nesse contexto, um pensamento concreto e crítico em relação a área estudada. Nesse sentido, têm sido desenvolvidos, pelo grupo de pesquisa, vários estudos segundo a área de interesse e inerente às linhas de pesquisa do programa. Este grupo já produziu e publicou diversos trabalhos científicos, dentre eles: relatos de experiência, relatos de pesquisas e artigos.

A ideia de instituir esse programa é advinda de um encontro em Campinas/SP, em 1991, denominado “Encontro de Desporto e Deficiência”, o qual reuniu profissionais e representantes de todos os cursos de Educação Física do Brasil e de entidades relacionadas à prática de Educação Física e Esporte voltada às pessoas com deficiência para tratar, dentre outros assuntos, do trabalho direcionado às pessoas com deficiência. Foi proposto nesse encontro duas diretrizes: que todos os cursos de Educação Física incluíssem em sua grade curricular uma disciplina voltada para o estudo da atividade física adaptada e, da mesma forma, fosse desenvolvido um Programa de Extensão que atendesse a esse público-alvo.

Após o retorno do referido encontro, surge, como proposta inicial, o Programa “Desporto para Deficientes” (DESDEF). Em junho de 1992, depois da realização de visitas, do planejamento das atividades, da aquisição de material, da liberação do transporte pela Ufam para o traslado dos participantes e da anuência da Diretoria da Associação de Deficientes Físicos do Amazonas (ADEFA), a prática do jogo de tênis de mesa adaptado começou a ser desenvolvido junto às pessoas com deficiência nas instalações da própria ADEFA. De 1994 a 1999 o programa teve uma pausa, sendo retomado em 2000, sob um novo aspecto e designação – Programa de Atividades Motoras para Deficientes (PRO-AMDE), e passando a ser desenvolvido em três polos: 1) nas instalações da Faculdade de Educação Física da Ufam; 2) no Hospital Univeritário Getúlio Vargas (HUGV); e 3) na cavalaria da Polícia Militar, no bairro D. Pedro, com a prática da equoterapia (tratamento utilizando cavalos). Atualmente, o programa desenvolve suas atividades em dois polos:

Na FEF, as atividades são realizadas por acadêmicos e profissionais de Educação Física, Fisioterapia e Pedagogia, que atuam como professores, responsáveis pela programação, planejamento, avaliação das aulas de uma determinada turma. Nesse polo são atendidas pessoas com deficiência a partir de 2 anos. Com atividades de educação física, aquáticas com utilização do método Halliwick e esportivas como basquete sobre rodas, bocha adaptada, atletismo, natação e dança.

1) Polo HUGV: onde uma equipe multidisciplinar (Neurocirurgião, Ortopedista, Urologista, Assistente Social, profissionais de Educação Física, Psicólogo, Nutricionista, Pedagogo e Fisioterapeuta) atende pacientes com sequelas de lesão medular, com o intuito de diminuir o tempo entre a aquisição da deficiência e o conhecimento sobre as características inerentes a sua nova condição. Através da atuação no leito, durante o período de internação hospitalar (1ª Etapa) e do atendimento ambulatorial após a alta hospitalar (2ª Etapa), com o estímulo ao manejo da cadeira de rodas e de transferências (cama-cadeira, cadeira-chão e vice versa), à aprendizagem do auto-cuidado (higiene pessoal, auto-cateterismo, prevenção de escaras e de seqüelas secundárias), ao conhecimento sobre os direitos da pessoa com deficiência e locais de atenção a pessoa com deficiência, aos aspectos nutricionais e suplementos alimentares, ao atendimento psicológico e acompanhamento pedagógico, o programa proporciona ao seu público o retorno a sua condição de saúde e a um estilo de vida mais independente e produtiva possível;

2) Polo FEF: através do desempenho de acadêmicos e profissionais de Educação Física, Fisioterapia e Pedagogia que atuam como professores, responsáveis pela programação, planejamento e avaliação das aulas de determinada turma, são realizadas atividades de Educação Física e Esportes para crianças, adolescentes e adultos com deficiência. Nesse polo são atendidas pessoas com deficiência a partir de 2 (dois) anos de idade divididas em nove turmas, segregadas segundo a idade e/ou deficiência. São desenvolvidas ativi-

dades de Educação Física, Aquáticas (Método Halliwick) e Esportivas (Basquete sobre Rodas, Bocha Adaptada, Arco e Flecha, Atletismo, Natação e Dança).

Em todas as atividades é ressaltado aos familiares que a participação deles também é imprescindível no processo de aprendizagem e motivacional.

Vistas a complexidade e necessidade alcançadas ao longo dos anos pelas ações desenvolvidas que compreendem atividades essenciais e relacionadas de ensino, pesquisa e extensão, além das atividades administrativas, e para facilitar o funcionamento do programa, o PROAMDE é estruturado da seguinte forma:

FIGURA 6: Organograma 2009 do PROAMDE. Fonte: Portal do PROAMDE/2010. Adaptado pelos autores.

Para manutenção e subsídio de suas ações, o programa conta com parceiros que estiveram presentes ao longo desses nove anos. A Ufam tem sido a principal mantenedora, pois além de disponibilizar suas instalações, fomenta e interliga o programa a outros projetos de subsídios financeiros como os do Governo Federal, Governo Estadual e órgãos como a Petrobras. Assim, alguns patrocinadores aparecem nesse processo, tais como: HUGV, MEC/SESu, ministérios da Saúde e dos Esportes, Secretaria Estadual de Educação (SEDUC), Orbisat, Monark, São Jorge Transportes, Fieam, Fapeam, CNPq, entre outros.

5 A Metodologia utilizada

Para a realização deste trabalho optou-se por um estudo empírico, por meio de uma pesquisa de campo em um dos Programas de Extensão da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), no caso o Programa de Atividades Motoras para Deficientes (PROAMDE), o qual permitiu visualizar as variáveis pertinentes ao estabelecimento de um Planejamento Estratégico. Rudio (1986) menciona que 'empírico' está relacionado à 'experiência' e chama atenção para o conhecimento da 'realidade empírica' na realização de uma pes-

quisa científica. Adiante, o autor argumenta que “a preocupação da ciência gira em torno de fenômenos empíricos” (1986, p. 11).

Utilizou-se o método dedutivo, pois, como reza Marques (2009, p. 84), “pressupõe que só a razão é capaz de levar ao conhecimento verdadeiro. O raciocínio dedutivo tem o objetivo de explicar o conteúdo das premissas.”

Esta pesquisa caracteriza-se como pesquisa descritiva, cujo método é um estudo de caso. Elegeu-se a pesquisa descritiva porque, ao estudar o fenômeno, pretende-se “conhecer a sua natureza, sua composição, processos que o constituem ou nele se realizam” (RUDIO, 1986, p. 71). Ou seja, deseja-se descobrir, observar e interpretar a realidade estabelecida na instituição em análise, para que se possa descrever adequadamente suas características mais importantes.

Yin (2001, p. 32) define o estudo de caso como sendo

[...] uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando o limite entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos.

Adiante o autor revela que este método “baseia-se em várias fontes de evidência, com os dados convergindo em um formato de triângulo” (2001, p. 33). Por isso, o estudo de campo envolveu a aplicação de um questionário como instrumento de pesquisa, constituído dos assuntos de interesse e que circundam o tema em questão; bem como uma entrevista, tendo como respondente a Diretora do programa, responsável por coordenar as atividades de ensino, pesquisa e extensão do PROAMDE.

A Diretora do PROAMDE foi a idealizadora e fundadora do programa, possui Doutorado em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (1999). É Professora Associado I do quadro permanente da Universidade Federal do Amazonas e, atualmente, é Diretora do Departamento de Programas Integrados Ensino e Comunidade da Pro-Reitoria de Extensão e Interiorização da UFAM.

Utilizou-se, ainda, da pesquisa documental para efetuar a avaliação dos registros. “Para os estudos de caso, o uso mais importante de documentos é corroborar e valorizar as evidências oriundas de outras fontes” (YIN, 2001, p. 109). Através do levantamento documental foi possível avaliar informações complementares sobre o programa.

Adotou-se uma abordagem qualitativa, ou seja, “utilizando-se palavras para descrever o fenômeno” (RUDIO, 1986, p. 71) para a análise e interpretação dos dados coletados.

6 MODELO PROPOSTO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

6.1 Modelo estruturado

O modelo de Planejamento Estratégico para o Projeto de Extensão da UFAM (PRO-AMDE), que ora será explicitado, tem como referência o sugerido por Oliveira (2009, p. 35 e ss.). No modelo apresentado, o autor o demonstra em quatro fases, cada uma delas se subdivide em etapas, à exceção da última. São elas:

Fase I – Diagnóstico estratégico: nesta fase, é identificada a situação presente, na qual a instituição se encontra. Sua realidade atual. É nesta oportunidade que são visualizadas situações que exigem decisões a propósito de qual delas será priorizada no momento. Nesse sentido, Costa (2004, p. 55) menciona que “Um bom diagnóstico estratégico dá indicações para algumas escolhas e, principalmente, para o estabelecimento de prioridades de ação.”

Oliveira (2009) destaca cinco etapas nessa fase:

1ª. Etapa: Identificação da visão – são reconhecidas necessidades e expectativas, que representam o direcionamento do planejamento estratégico a ser desenvolvido e facilitam a percepção sobre o que a instituição quer ser;

2ª. Etapa: Identificação dos valores – influencia na operacionalização do planejamento estratégico. São os “princípios, crenças e questões éticas”, que irão sustentar o processo de tomadas de decisões máximas da instituição;

3ª. Etapa: Análise externa – compreende fazer uma apreciação do ambiente onde a instituição está inserida. Segundo Costa (2004, p. 81), “[...] os principais fatores que condicionam a formação do sucesso futuro da organização estão mais fora do que dentro dela”. Da mesma forma, para Oliveira (2009 p.44) “A empresa deve olhar para fora de si, para o ambiente onde estão as oportunidades e ameaças.”;

4ª. Etapa: Análise interna – apreciação dos pontos fortes e fracos, bem como a melhorar, que facilitam o estabelecimento da estratégia no aproveitamento das suas potencialidades e reconhecimento de suas fragilidades;

5ª. Etapa: Análise dos concorrentes – compõe a análise externa, enfatizando a identificação das vantagens competitivas da própria instituição e dos concorrentes.

Fase II – Missão da instituição: identifica o porquê, a razão de existir da instituição. Tem embasamento no diagnóstico estratégico quando da “Identificação da visão” vez que ao evidenciar o que é (visão) tem-se o motivo pelo qual ela existe. Para Costa (2004, p. 36), a Missão compreende “Além de uma auto-imagem simples e objetiva é necessário também haver um sentido claro sobre qual a razão da existência da organização.”

Também, nessa fase, Oliveira (2009) destaca cinco etapas:

1ª. Etapa: Estabelecimento da Missão – determinação de quem será atendido pela instituição, isto é, compreende as expectativas a serem alcançadas pelo programa, bem como a satisfação de necessidades sociais;

2ª. Etapa: Estabelecimento dos propósitos atuais e potenciais – constituem os fundamentos da instituição, conforme Costa (2004, p.35): “O propósito de uma organização pode ser definido como um conjunto de elementos básicos que caracterizam aquilo que a organização gostaria de ser, no futuro, a sua vontade, seu desejo de ser e de agir.” Ao se estabelecer o propósito, é possível direcionar o caminho a ser seguido pela instituição não deixando margem ao desvio de suas finalidades;

3ª. Etapa: Estruturação e debate de cenários – representam um ‘lugar’ (ambiente) onde se dão as interações da instituição com o meio externo. Costa (2004, p.91) define cenário como sendo “um conjunto harmônico e consistente de hipóteses de trabalho, quantitativas ou qualitativas, sobre características, condições ou fatores predominantes no ambiente externo.”;

4ª. Etapa: Estabelecimento da postura estratégica – posicionamento da instituição perante seu ambiente. Como mencionado por Oliveira (2009, p. 52), “Postura estratégica corresponde à maneira ou postura mais adequada para a empresa alcançar seus propó-

sitos dentro da missão, respeitando sua situação interna e externa atual, estabelecida no diagnóstico estratégico.”;

5ª. Etapa: Estabelecimento das macroestratégias e macropolíticas – identificam os grandes direcionamentos que interligarão os propósitos institucionais com os do meio competitivo e os da sociedade. Oliveira (2009, p. 132) assim define:

Macroestratégias correspondem às grandes ações e caminhos que a empresa vai adotar, visando atuar nos propósitos atuais e futuros identificados dentro da missão, tendo como *motor de arranque* sua postura estratégica.

Macropolíticas correspondem às grandes orientações que toda a empresa deve respeitar e que irão facilitar e agilizar suas ações estratégicas.

Fase III – Instrumentos prescritivos e quantitativos: são estabelecidos os instrumentos para o alcance dos objetivos e da situação desejada. Nessa fase, determinam-se aspectos precisos para o direcionamento “do que deve ser feito” pela instituição em vista de seus propósitos e postura estratégica. Também, como esclarece Oliveira (2009, p. 55): “Nessa etapa, deve-se analisar quais são os recursos necessários e quais as expectativas de retorno para se alcançar os objetivos, desafios e metas da empresa.”

Oliveira (2009) destaca três etapas:

1ª. Etapa: Estabelecimento de objetivos, desafios e metas – a conjunção de fatores diversos ou a utilização de técnicas - “cruzamento dos fatores externos e internos, interação com cenários, administração por objetivos etc.” – (Oliveira, 2009, p. 53) proporciona a determinação dos objetivos (alvo a alcançar), desafios (realização a ser perseguida, para a qual esforços a mais são exigidos) e metas (aspectos quantitativos e qualitativos relacionados aos objetivos e desafios a serem alcançados em determinado prazo) da instituição;

2ª. Etapa: Estabelecimentos de estratégias e políticas – determinação dos melhores ‘caminhos’ para o alcance de resultados conforme planejamento estabelecido, além da definição de parâmetros para a tomada de decisões. Alerta Oliveira (2009, p. 53) acerca da importância de se ter “estratégias alternativas para facilitar as alterações dos caminhos ou ações de acordo com as necessidades”. Afirma, também, com referência à Política (2009, p.54) que ela “corresponde a toda base de sustentação para o planejamento estratégico”;

3ª. Etapa: Estabelecimento dos projetos e planos de ação – consequente à etapa anterior, e vinculada diretamente a ela, são determinados os projetos e planos, que irão evidenciar os trabalhos a realizar, resultados a alcançar, recursos exigidos, prazos e seus executores e responsáveis.

Fase IV – Controle e avaliação: aqui, ocorre o acompanhamento do direcionamento definido no planejamento estratégico: como está indo a instituição para a situação planejada conforme seus objetivos. Nas palavras de Mosimann e Fisch (1999, p. 71), “O controle é definido como um processo pelo qual a organização segue os planos e as políticas da administração. É um processo recorrente que não tem princípio ou fim definíveis”. Ele exige, no processo de mensuração, acompanhamento e correção de procedimentos, “a necessidade do envolvimento de todos os gestores, desde a cúpula até os escalões mais inferiores, uma vez que se responsabilizam pela execução dos planos de sua competência.”

Oliveira (2009, p. 262-263) indica fases (que podem ser entendidas como subfases, fases complementares) a esta Fase IV, pretendendo explicitar mais claramente a necessidade de se exercer o controle e a avaliação, quais sejam:

Subfase 1 - Estabelecimento de padrões de medida e avaliação – identificam os padrões já definidos no planejamento estratégico, que nortearão o processo de mensuração e comparação com o realizado;

Subfase 2 – Medidas dos desempenhos apresentados – identificarão o “o quê” e “como” serão mensurados os desempenhos das ações e dos produtos realizados. Conforme Oliveira (2009, p. 262), “uma empresa deve procurar ter homogeneidade e integração entre seus critérios de medição de desempenho” para não prejudicar o planejamento global da empresa;

Subfase 3 – Comparação do realizado com o resultado esperado – permite o fornecimento de informações, também, a terceiros interessados (*stakeholders*). São averiguados os desvios e as correções conforme planejamento estabelecido;

Subfase 4 – Ação corretiva – determina as providências para o saneamento de desvios e/ou incorreções no processo de execução das ações e dos trabalhos planejados.

6.2 Modelo proposto para o Programa de Extensão / UFAM

Visa-se, neste momento, verificar a viabilidade de adoção (aplicação) do modelo de Planejamento Estratégico de Oliveira (2009) na ação de manutenção do PROAMDE.

Fase I – Diagnóstico estratégico

1ª. Etapa: Identificação da visão

A Visão identificada pelo programa é o “Reconhecimento da excelência alcançada na área da atividade motora para pessoas com deficiência, na produção e difusão de conhecimento com o apoio permanente de parceiros comprometidos com o desenvolvimento da Amazônia”.

2ª. Etapa: Identificação dos valores

Agir com LEALDADE, sendo fiel à missão, aos objetivos e às políticas do programa.

Refletir CONFIANÇA em si mesmo, na equipe de trabalho, nos alunos, nos familiares dos alunos e, sobretudo, no programa.

Ter ENTUSIASMO pelo trabalho, acreditando nas ações do programa, orgulhando-se dele em todos os momentos.

Efetuar as atividades com RESPONSABILIDADE, buscando continuamente o aprimoramento da competência pessoal e da equipe.

Ter HUMILDADE em reconhecer suas limitações, procurando o auto-desenvolvimento e a capacidade de trabalhar em equipe.

Prezar pela QUALIDADE do serviço oferecido às pessoas com deficiência e da construção do saber científico, integrando as investigações às necessidades da sociedade.

Preconizar o RESPEITO, a JUSTIÇA SOCIAL, a EDUCAÇÃO INCLUSIVA e a consolidação da produção científica na área da atividade física adaptada.

Manifestar suas ações com ÉTICA, no desenvolvimento do ensino, da pesquisa e da produção do saber.

Comportar-se com DIGNIDADE, respeitando os outros como a si próprio, levando em consideração que as pessoas são diferentes.

3ª. Etapa: Análise externa

O ambiente externo abrange as perspectivas sociais para a manifestação do amparo às pessoas com deficiência em diversos âmbitos, compreendendo uma diversidade de temas em discussão. A partir da observância de alguns aspectos é possível obter conheci-

mento sobre o público-alvo do programa, isto é, sobre as pessoas com deficiência, como no cenário político-legal, aspectos econômicos e os valores sócio-culturais.

Atualmente, a sociedade brasileira dispõe de leis que amparam os deficientes, como a Lei nº 8.112, de 1990, que inclui em seus dispositivos o acesso dos deficientes ao emprego, estabelecendo que 20% das vagas oferecidas, por quaisquer concursos públicos, sejam reservadas para os deficientes. No entanto, é possível observar que esse direito não é alcançado por toda população deficiente, pois é maior que o número de vagas disponíveis e também porque alguns deficientes não possuem capacidade para trabalhar, tornando-os dependentes do núcleo familiar.

Geralmente, é a mãe a principal responsável por cuidar do filho deficiente, ficando impossibilitada de exercer trabalho remunerado, conseqüentemente ela deixa de contribuir para o orçamento da família. E quando a família se restringe à mãe e ao filho com deficiência, o recurso financeiro que garante a subsistência destes é o benefício da Seguridade Social, preconizada pela Lei nº 8.213, de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência. A mesma lei também regulamenta a aposentadoria por invalidez, estabelecendo o direito ao benefício da Seguridade Social a quem for considerado incapaz e insusceptível de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, sendo pago enquanto permanecer nessa condição.

Existem outras garantias estabelecidas na legislação cujo teor permite a socialização da pessoa com deficiência, sendo muitas vezes ignoradas pela falta de fiscalização.

Em 2006, foi lançada pela igreja católica a campanha da fraternidade, com o tema “Fraternidade e Pessoas com Deficiência” e seu lema era “Levanta-te, vem para o meio”, com propósito de chamar a atenção da sociedade para o preconceito, desrespeito e discriminação para com este público, assim como de proporcionar maiores oportunidades às pessoas com deficiência.

O avanço da tecnologia também tem contribuído para a inclusão social da pessoa com deficiência, aprimorando equipamentos que atendam as necessidades desta. Por exemplo, indústrias automobilísticas investem na fabricação de carros adaptados para os deficientes físicos; o deficiente visual já pode participar ativamente da democracia nacional, por meio do seu voto, efetivado nas urnas eletrônicas adaptadas com a escrita em *Braille* e o uso do fone de ouvido; além disso, já existem softwares e hardwares que permitem o uso do computador por esse público e possibilitam o acesso à informação, através da conversão do conteúdo escrito no formato sonoro; do mesmo modo, existem os relógios digitais adaptados que informam as horas através do som.

Com base nessas informações, é possível delinear a atmosfera que envolve as pessoas com deficiência e que devem ser levadas em consideração quando se realizam programas voltados para este público.

Surge, nesse momento, a necessidade de se efetuar uma análise desse mercado. De acordo com a pesquisa realizada pelo IBGE (censo demográfico 2000), o Estado do Amazonas concentra 438.472 deficientes, representando mais de 15,5% da população global. O número total de habitantes na capital chega a 1.405.835, sendo que 242.708 possuem algum tipo de deficiência, concebendo o mercado total de deficientes em Manaus, isto significa dizer que mais de 17,2% da população são pessoas com deficiência.

Do total de pessoas que possuem algum tipo de deficiência (242.708), o PROAMDE atende apenas 0,11% desse público. O que contribui para esse baixo índice de adesão é a falta de infra-estrutura, considerando que o programa funciona nas dependências

da FEFF-Ufam, uma vez que não possui um espaço exclusivo para o desenvolvimento das atividades. Outro fator agravante é o recurso financeiro esporádico de alguns colaboradores.

Todavia, isso não implica na inviabilidade do andamento das suas ações, pois a presença do público é significativa.

Verificando os dados sobre as demais instituições que atuam mesmo segmento, mas atividades diferenciadas, se somadas apresentam um número de 13.243 deficientes, que corresponde a 5,46% da demanda. Isso demonstra o quanto à população deficiente (quase 95%) está carente de assistência.

Apesar de o governo disponibilizar recursos e mão-de-obra especializada nas instituições vinculadas a sua administração, ainda não são suficientes frente à demanda que existe, pois se observa que esta é bastante expressiva frente aos serviços oferecidos por elas. É preciso que haja um maior estímulo, no sentido de facilitar as empresas privadas, por exemplo, realizarem incentivos junto a essas entidades, que se preocupam e se empenham em proporcionar bem-estar, muitas vezes voluntariamente, àqueles que necessitam de atenção especial.

4ª. Etapa: Análise interna (Análise Swot)

FIGURA 7: Análise Swot.

Potencialidades	Fragilidades
<ul style="list-style-type: none"> • O programa tem expressivo apoio da Ufam; • Possui profissionais especializados, qualificados, dedicados e comprometidos com o programa; • O programa contribui para a inclusão social do deficiente e para o desenvolvimento de suas potencialidades; • O programa incentiva a iniciação científica, estimulando a pesquisa, a visão crítica e o conhecimento de novas descobertas inerentes ao tema; • O serviço disponibilizado pelo programa é oferecido gratuitamente. 	<ul style="list-style-type: none"> • Dispõe de poucos recursos financeiros; • Poucos parceiros; • A divulgação é incipiente; • Não há na sua estrutura um grupo de pessoas que se ocupe exclusivamente com o processo de divulgação e busca de novos parceiros; • O número de profissionais disponíveis é insuficiente; • O espaço físico não é o apropriado para o adequado rendimento do programa.

Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • A Educação Física para deficientes é atividade pouco desenvolvida na cidade; • As demais instituições que atendem pessoas com deficiência representam uma parceria a ser firmada para uma futura expansão dos pontos de atendimentos e divulgação; • As empresas do Polo Industrial de Manaus (PIM) são parceiros potenciais, podendo cumprir seu papel social realizando investimentos no programa. 	<ul style="list-style-type: none"> • Falta de conhecimento, por parte da sociedade, da existência do PROAMDE; • O baixo grau de instrução das pessoas com deficiência e de seus familiares torna-se um entrave ao entendimento da mensagem escrita utilizada na divulgação do programa; • Falta de recursos para financiar a divulgação de forma eficaz e eficiente.

Fonte: Criado pelos autores/2010.

5ª. Etapa: Análise dos concorrentes

Em Manaus, além do PROAMDE, outras instituições desenvolvem trabalhos voltados às pessoas com deficiência, estando estas na posição de concorrentes diretos e indiretos. Todavia, elas não são consideradas uma ameaça para a afirmação do programa, uma vez que este mercado não é predatório. Quanto mais entidades estiverem engajadas em atender a mesma causa, desenvolvendo atividades que atendam à demanda, melhor será para os beneficiados.

As instituições foram elencadas nas tabelas abaixo, que trazem informações como característica, posicionamento, *market-share*, divulgação e tempo de existência.

Os concorrentes diretos são apresentados na figura 7, e foram assim classificados porque o trabalho desenvolvido por elas se assemelha ao do PROAMDE, como a ADEFA que oferece o atletismo, arco e flecha, natação e basquete sobre rodas.

As instituições classificadas como concorrentes indiretos estão relacionadas na figura 8, elas atendem ao mesmo público, porém direcionam suas atividades para a área educacional.

FIGURA 8 – Concorrentes Diretos. Fonte: Criado pelos autores/2010.

CONCORRENTES DIRETOS					
Instituição	Posicionamento (tipos de deficiência atendida)	Market-share (nº de alunos/ associados)	Características (atividades desenvolvidas/serviços oferecidos)	Divulgação	Tempo de Existência

ADEFA	Deficientes Físicos	8.137	Encaminhamento a empregos e obtenção do passe livre; cursos de informática e técnicos (parceria com SENAI e SENAC); oficinas de marcenaria; halterofilismo; tênis de mesa; arco e flecha; natação e basquete sobre rodas	Informativos, participa de eventos desportivos regionais	25 anos
ADEME	Deficientes Mentais	300	Fisioterapia e hidroterapia	Participa de Fóruns e eventos afins	21 anos
ADVAM	Deficientes Visuais	1.020	Apoio pedagógico; natação; futsal; atletismo; goalball; serviço social; lazer; capacitação profissional e inserção no mercado de trabalho; triagem com encaminhamento a clínica especializada	Rádio, jornal impresso e promove eventos	19 anos
AMA	Paralisia Cerebral	43	Moradia; psicologia; serviço social e fisioterapia	Promove eventos na própria instituição, internet e participa de outros eventos	9 anos
APAE	Síndrome de Down	433	Pediatria; psicologia; neurologia; fisioterapia; fonoaudiologia; serviço social; educação e oficinas de terapia ocupacional	Promove eventos, rádio, TV, outdoor e jornais impressos	32 anos
ASMAN	Surdos-mudos	840	Encaminhamento a empregos, interação e comunicação, karatê	Promove eventos desportivos (karatê, dominó, xadrez) e participa de outros eventos	16 anos

Cavalaria Comando da Polícia Especial Militar	Paralisia Cerebral; Síndrome de Down; Autismo; Esclerose múltipla	80	Equoterapia e reabilitação de pós- operatório	Não realiza	15 anos
CDP Educa- ção Especial	Defi- cientes Mentais	36	Atendimento tera- pêutico e pedagó- gico	Jornal impres- so e TV	10 anos
SEDUC + Vila Olímp- ica	Síndrome de Down; Deficien- tes Visuais; Paralisia Cerebral; Trauma- tismo Craniano e Medular	40	Natação; atletismo e judô	A SEDUC é que promove, por meio de reportagens	13 anos

FIGURA 9 – Concorrentes Diretos. Fonte: Criado pelos autores/2010.

CONCORRENTES INDIRETOS					
Institui- ção	Posicionamento (tipos de deficiên- cia atendida)	Market- -share (n° de alunos/ as- sociados)	Características (atividades que desenvolvem)	Divulgação	Tempo de Exis- tência
Escola de Educação Especial Emerson Prestes	Deficientes Mentais; Autismo; Esclerose Múltipla; Paralisia Cerebral	120	Educação infanto- -juvenil	A SEMED é que promove	3 anos
E. Estadual Augusto Carneiro	Surdos-mudos	240	Educação de crianças, jovens e adultos	A SEDUC é que promo- ve, por meio de reporta- gens	23 anos
E. Estadual Joana R. Vieira	Deficientes Visuais	127	Educação de crianças, jovens e adultos	A SEDUC é que promo- ve, por meio de reporta- gens	24 anos
E. Estadual Manoel M. de Araújo	Deficientes Mentais	*	Educação infanto - juvenil	A SEDUC é que promo- ve, por meio de reporta- gens	19 anos

Escola Municipal José Salomão	Deficientes Visuais, Deficientes Mentais e Surdos-mudos	254	Educação de crianças, jovens e adultos	A SEMED é que promove	8 anos
Instituto Fillipo Smaldone	Surdos-mudos	215	Estimulação precoce e educação infantil	Não realiza	22 anos
Oficina Diofanto V Monteiro	Deficientes Mentais	270	Psicologia; pedagogia; terapia ocupacional	A SEDUC é que promove, por meio de reportagens	23 anos
Pestalozzi	Síndrome de Down; Autismo; AVC; Deficientes Físicos e Mentais (grau leve)	180	Educação; recreação; terapia ocupacional; oficina pedagógica; psicologia; fonoaudiologia; serviço social; atendimento médico, de enfermagem e odontologia	Promove eventos na própria instituição e participa de outros eventos afins	28 anos
Escola da Cidadania Mayara R. A. Aviz	Deficientes Visuais; Surdos-mudos e Deficientes Mentais	70	Apoio pedagógico; psicologia; serviço social; psicopedagogia individual; encaminhamento ao fonoaudiólogo (SUS)	A SEDUC é que promove, por meio de reportagens	3 anos
FADA	Todas	200	Odontologia; psicologia; serviço social e apoio a outras instituições do gênero	Não realiza	7 anos
UNINIL-TON-LINS	Todas	360	Atendimento fisioterapêutico, pediatria, ortopedia; obstetrícia;	Não realiza	3 anos
UNIP	Deficientes Físicos e Deficientes Mentais		Atendimento fisioterapêutico	Não realiza	

Fase II – Missão da instituição

1ª. Etapa: Estabelecimento da Missão

O programa tem definida a seguinte missão: “Proporcionar o desenvolvimento das potencialidades de pessoas com deficiência através das atividades de Educação Física e Esportes, bem como cultivar o saber científico na área da atividade motora adaptada

através do ensino da pesquisa e da extensão, contribuindo para a formação profissional com qualidade, compactuando, assim, com o compromisso da Universidade Federal do Amazonas”.

2ª. Etapa: Estabelecimento dos propósitos atuais e potenciais

O PROAMDE visa atender pessoas com deficiência com a prática de Educação Física e Esportes e preza pela busca contínua da consolidação da construção do saber na área da atividade física adaptada, almejando ser referência na sociedade acadêmica e científica.

3ª. Etapa: Estruturação e debate de cenários

As ações são desenvolvidas nas dependências da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia (FEFF-Ufam), visto lá estarem disponível o ginásio e a piscina para realização das atividades e ser um lugar estratégico para a viabilização da participação dos acadêmicos.

4ª. Etapa: Estabelecimento da postura estratégica

O ensino, a pesquisa e a extensão são a base para as ações do PROAMDE. Assim, sua atuação deve ser voltada a estabelecer estas práticas com qualidade.

5ª. Etapa: Estabelecimento das macroestratégias e macropolíticas

Entende-se que através da divulgação do trabalho desenvolvido no programa será possível alcançar os propósitos traduzidos na missão, uma vez que a ideia será difundida. Esta ação deve ser concretizada observando também a sua postura, visão e, sobretudo, seus valores.

Fase III – Instrumentos prescritivos e quantitativos

1ª. Etapa: Estabelecimento de objetivos, desafios e metas

Têm-se como objetivos divulgar a imagem institucional do PROAMDE junto à sociedade e arrecadar fundos para viabilizar a manutenção do programa.

Para tanto, é preciso no primeiro momento firmar novas parcerias para o financiamento da divulgação contínua do programa nas diversas mídias de veiculação, para que a sociedade conheça o PROAMDE.

Metas: realizar uma campanha publicitária e publicar 20 trabalhos científicos por ano.

2ª. Etapa: Estabelecimentos de estratégias e políticas

Elaborar uma campanha publicitária para a divulgação do programa junto à sociedade e promover e participar de eventos internos e externos com o mesmo fim.

3ª. Etapa: Estabelecimento dos projetos e planos de ação

Potencializar a propagação do trabalho realizado no PROAMDE com a publicação dos resultados alcançados em anais, congressos e revistas científicos das produções feitas pelos profissionais e bolsistas do programa.

Publicar um livro elaborado pelos profissionais e bolsistas apresentando o trabalho desenvolvido pelo PROAMDE, cujo conteúdo compreenda o funcionamento do programa e as características de cada turma com suas respectivas atividades físicas e motoras, suas variações e adaptações, que foram aplicadas para os alunos de acordo com as possibilidades individuais dos mesmos.

A campanha terá uma abordagem racional e informativa, enfatizando os direitos dos deficientes e a importância do exercício da cidadania por parte da população. Como ferramenta estratégica será utilizada uma linguagem emotiva e informativa, pois ao mesmo tempo em que se deseja informar sobre o que seja o PROAMDE, sua filosofia e políticas, almeja-se conquistar o público convidando-o a participar ou colaborar com o programa,

formando, assim, potenciais patrocinadores e construindo, principalmente, uma imagem positiva. As ideias vão ser expressas de forma simples, concisa e clara, apresentado as vantagens e qualidades do programa. O tema terá como propósito atrair a atenção, despertar o interesse, criar convicção, provocar uma resposta e fixar na mente do público a mensagem da campanha.

A campanha será direcionada para a sociedade manauense e as mídias escolhidas deverão obedecer às características desse público. Essa escolha leva em consideração a maneira mais apropriada de difundir a mensagem ao público real e potencial, para que o mesmo tenha acesso à informação que se deseja transmitir, por isso será fixada, simultaneamente, a mensagem e a marca nos diferentes veículos de comunicação. Dessa maneira, a campanha terá um documentário de apresentação, com duração de seis minutos, para uso em eventos e na busca por novos patrocinadores em empresas do PIM. Além disso, será veiculada na televisão, por meio de um VT de 30”; no rádio, com um spot de 30”; na mídia impressa, com anúncios em jornais, *outdoor*, *busdoor*, *folder* e cartazes; e materiais promocionais, como blusas, *short*, calça, boné, caneta, pasta, porta-caneta, chaveiro, adesivos, calendários, caneca, bolsa, agenda telefônica, *mouse pad* e marcador de página, os quais serão vendidos no próprio PROAMDE com o intuito de arrecadar recursos financeiros para a manutenção do programa. Todas as mídias terão um espaço reservado para a apresentação dos patrocinadores.

Dentre as diversas possibilidades, entende-se que a estratégia de comunicação mais adequada será o enfoque às potencialidades que o PROAMDE proporciona aos seus alunos, de modo que a mensagem transmita ao público o potencial individual das pessoas com deficiência ao praticarem atividades físicas, ressaltando a superação das limitações, a determinação e a garra dos seus alunos e familiares que os acompanham. Daí o tema: “PROAMDE, desenvolvendo potencialidades”. A campanha irá valorizar essas potencialidades sem deixar de informar o tempo em que o programa realiza suas atividades, quantos alunos são beneficiados e o apoio que recebe da Ufam, a fim de conquistar a credibilidade da sociedade.

O *design* da figura apresentada nas mídias impressas realça o boneco que se mostra dentro de um círculo, retratando a quem se destina o programa. O boneco é a marca utilizada pelo PROAMDE, todavia se fazem necessárias algumas alterações para a apresentação de um melhor *layout*. A proposta é que a marca seja existente seja desmembrada, o boneco seja o mascote e a marca seja somente o nome. As cores predominantes laranja, azul-claro e azul-marinho são empregadas no *layout* das mídias impressas, devido às mesmas serem as cores da marca, além disso, essas cores representam, respectivamente, ação, juventude e meditação, compactuando com o propósito da campanha.

Fase IV – Controle e avaliação

Subfase I - Estabelecimento de padrões de medida e avaliação

Tópicos da Fase III servirão de base à geração de padrões a serem avaliados. No primeiro ano serão avaliados itens referentes à divulgação institucional (pesquisa de opinião), arrecadação de recursos (incremento), novas parcerias (adesões ao programa) e publicações de trabalhos (conforme meta estabelecida). Os anos subsequentes terão observados os mesmos parâmetros.

Subfase 2 – Medidas dos desempenhos apresentados

A avaliação da divulgação institucional dar-se-á pela pesquisa de opinião pública para verificação do sentimento da sociedade sobre a instituição. O padrão desejado é de ‘aprovação’ maior ou igual a 50%.

A arrecadação de recursos deverá ser incrementada em 15% em relação ao ano de 2009.

Novas parcerias deverão ser estabelecidas, proporcionando um acréscimo em mais três parceiros até o fim de 2010.

Os trabalhos publicados ao ano deverão alcançar o número de 20 como desempenho máximo, sendo aceitável desempenho em torno de 60%.

Subfase 3 – Comparação do realizado com o resultado esperado

Ao fim de cada ano serão realizadas comparações dos itens planejados com os mesmos itens executados, aferindo-se os resultados almejados. Serão comunicados esses resultados aos terceiros interessados pela instituição. São averiguados e avaliados os desvios e/ou incorreções ocorridos nos processos de execução dos procedimentos da instituição. Serão comparadas as realizações dos itens retrocitados com o seu planejado, aferindo-se resultados.

Subfase 4 – Ação corretiva

Na ocorrência de desvios e/ou incorreções, providências deverão ser tomadas para a correção devida dos procedimentos até então adotados. Evidentemente que os parâmetros para conhecer os pontos discordantes na execução estão presentes nas definições do Planejamento Estratégico. É o que permite ponderar aqueles desvios e providenciar as ações de correção, retroalimentando e revigorando as ações.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este foi o objetivo deste trabalho: verificar se é viável a adoção do Planejamento Estratégico na manutenção do PROAMDE, adaptando um modelo (proposto por Oliveira, 2009) a ser desenvolvido no referido Programa. Para ser atingido, utilizou-se do método estudo de caso e da aplicação de questionário para buscar informações da instituição pesquisada.

A implementação do Planejamento Estratégico no âmbito do PROAMDE seguindo-se o curso orientador demonstrado neste trabalho, baseado em Oliveira (2009), poderá servir de base e apoio a suas ações de manutenção do Programa.

O propósito do PROAMDE é excelente diante do alcance social pretendido, fato que, infelizmente, não é “copiado” por outras Instituições de Ensino Superior, nem reúne parcerias apoiadoras do Programa.

Em vista da existência de um importante elemento limitador deste trabalho (inexistência de programas similares em outras Instituições de Ensino Superior), entende-se que, em instituições assemelhadas, podem ser pesquisados temas de igual teor.

Espera-se haver contribuído de alguma forma para a melhoria desse Programa, e de outros similares porventura existentes, pela visão estratégica proporcionada.

Conclui-se, em vista do resultado final da pesquisa, pela viabilidade de se inserir no contexto do Programa de Extensão da Ufam um modelo de Planejamento Estratégico

para a manutenção das ações do PROAMDE e pela possibilidade de ele ser adaptado a circunstâncias semelhantes.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Cláudio Cirino Nunes do. O Planejamento Estratégico para uma Instituição de Contabilidade: um estudo de caso. Dissertação, 2004. UFRS. Mestrado Profissionalizante em Engenharia. Escola de Engenharia.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Momentun accounting: uma proposta de gestão.** Artigo publicado em 1999. Disponível em: <www.sciencedirect.org.br>. Acesso em 31 ago. 2009.

BOBBIO, Norberto; PASQUINO, Gianfranco; MATTEUCCI, Nicola. **Dicionário de Política.** 4. ed. Brasília: Editora UnB, 1992.

BRASIL. RENEX. Fórum de Pró-reitores de Extensão de Universidades Públicas Brasileiras (Forproex). Disponível em: <<http://www.renex.org.br/corpo.php>>. Acesso em: 11 jan. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br>>. Acesso em: 11 jan. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal SESu. Disponível em: <www.mec.gov.br/sesu>. Acesso em: 11 jan. 2010.

BRASIL. PROAMDE. Página eletrônica. Disponível em: <<http://www.proamde.ufam.edu.br>>. Acesso em: 11 jan. 2010.

BRASIL. Universidade Federal do Amazonas. Portal Ufam. Disponível em: <<http://portal.ufam.edu.br>>. Acesso em: 11 jan. 2010.

COSTA, Eliezer Arantes da. **Gestão Estratégica.** 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

GRZESZEZESZYN, Gilberto. **Contabilidade Gerencial Estratégica: Conceito e caracterização.** Artigo publicado em julho/2005 na REVISTA CAPITAL CIENTÍFICO Guarapuava - P R v. 3 n. 1 p. 09-27 jan/dez. 2005 ISSN 1679-1991. Disponível em: <www.directscience.org.br>. Acesso em: 28 ago. 2009.

HITT, Michael A. IRELANE, R. Duane. HOSKISSON, Robert E. **Administração Estratégica.** 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2008. 430 p.

MARQUES, Dorli João Carlos. **Trabalhos Acadêmicos: normas e fundamentos.** 2. ed. Manaus: EDUA/UFAM, 2009.

MOSIMANN, Clara P. e FISCH, Sílvia. **Controladoria**: seu papel na administração de empresas. 2. ed. São Paulo:Atlas, 1999. 222 p.

OLIVEIRA, Claudia Hochheim. Qual é o Papel da Extensão Universitária? Algumas reflexões acerca da relação entre universidade, políticas públicas e sociedade. Resumo publicado nos Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte – 12 a 15 de setembro de 2004.

OLIVEIRA, Djalma Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégico**: conceitos, metodologias e práticas. 26. ed. São Paulo:Atlas, 2009.

OLIVEIRA, Luís Martins de. PEREZ JR., José Hernandez. SILVA, Carlos Alberto dos Santos. **Controladoria Estratégica**. – 4. ed. – São Paulo: Atlas, 2007.

RIBEIRO, Martinho Isnard Ribeiro de. e CRUZ, Jaciara Martins Fontes. **Planejamento estratégico para Instituições Governamentais**. Artigo publicado em dez. 2005. Disponível em: < www.feausp.edu.br>. Acesso em: 30 ago. 2009.

RUDIO, Franz Victor. Introdução ao projeto de pesquisa científica. – Petrópolis: Vozes, 1986.

TZU, Sun. **A Arte da Guerra**. Coleção a obra-prima de cada autor. São Paulo: Martin Claret, 2003, 141 p.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. – tradução Daniel Grassi. – 3. ed. – Porto Alegre: Bookman, 2001.

A ATUAÇÃO DO PROFISSIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NO ÂMBITO ESCOLAR DO COLÉGIO DOM BOSCO DE MANAUS

Odete Ferreira Coelho¹ Fernanda Cristina Melo Pereira²

Recebido em: 01/05/11; aceito em: 27/05/11

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo relacionar a importância das políticas públicas no contexto da educação e a atuação do Assistente Social. Diante dessas novas diretrizes que se encontram no espaço escolar como locus de atuação, buscamos conduzir a uma leitura modificada na política educacional por consequência, das atividades profissionais na atuação do serviço social. É importante ressaltar que esta amplitude da política educacional seja no conjunto das práticas sociais que regulamenta, seja no conjunto das profissionais e instituições que engloba, aponta tanto para a diversidade de forma de inserção que devem ser recuperadas quando for referido o trabalho do assistente social na área de educação. Ao longo do tempo, a história da educação no Brasil, sempre sofreu com as ações revolucionárias, doutrinárias e salvadoras, elaboradas de forma distante do cotidiano escolar, o que se traduz ter sido implantada sob uma forte tradição autoritária. Ainda conservamos muito de uma cultura política autoritária em todas as instâncias da vida social, inclusive na educação. Basta verificarmos como foi efetivada uma verdadeira reforma no sistema educacional brasileiro ao longo dos últimos oito anos, onde a lei de Diretrizes e Bases da Educação é uma de suas mais emblemáticas expressões, sem que fosse considerada a árdua trajetória de luta e as propostas e reivindicações dos movimentos sociais ligados à educação. Dessa forma, a presença de mais um profissional na escola, imputada, geralmente e sob o argumento de que este profissional enfatiza em seu trabalho justamente uma dimensão educativa, é de um fato preocupante para quem atua no serviço social.

Palavras-chave: Educação. Atuação da Assistente Social na Escola. Serviço Social.

¹ Finalista do Curso de Serviço Social. cursando Pós-Graduação em Gestão de Pessoas na Faculdade Salesiana Dom Bosco.

² Assistente Social. Coordenadora do Curso de Pós-Graduação e Professora da Faculdade Salesiana Dom Bosco

ABSTRACT

This work aims to relate the importance of public policies in the context of education and those teachers. Faced with these new guidelines that are in school as a locus of expertise, we lead to a reading in educational policy changed as a result, the performance of professional activities of social service. Importantly, this breadth of educational policy is the set of social practices that regulate, either in the group of professionals and institutions that encompasses both point to the diversity of forms of integration that must be retrieved when it is referred to the work of social workers in area of education. Over time the history of education in Brazil, always suffered from revolutionary actions, and saving doctrine elaborated so far from the school routine is established under a strong authoritarian tradition. Still retain much of an authoritarian political culture in all instances of social life, including education. Just look at how a true reform was effected in the Brazilian education system over the past eight years, where the Law of Directives and Bases of Education is one of its most emblematic expressions, without being considered the arduous path of struggle and the proposals and demands social movements related to education. Thus, the presence of a more professional school, charged, usually through a law without prior discussion with professionals in education and on the grounds that it emphasizes in his professional work just an educational dimension, is a worrisome for those working in social service.

Keywords: Education, Social Work.

I INTRODUÇÃO

O serviço social frente a este contexto poderá identificar os fatores sociais, culturais e econômicos que atingem o campo educacional no contexto atual, e terá como ponto inicial o grande desafio.

Devemos pensar na educação para aprimorar cada vez mais a atuação do assistente social entre educando e educador, o serviço social tem que estar envolvido numa visão de forma global, onde fornecera novos conhecimentos, de ação para o avanço do profissional não apenas pelo fato de ser operada em uma organização ou instituição mais principalmente por ter seu conteúdo definido nas relações de intermediações entre a educação e a escola.

A educação é tão antiga quanto à própria sociedade, é inerente ao homem e está como elemento fundamental de sua condição existencial.

A concepção de educação como todo poder social, é um desafio da educação brasileira, é a implantação da política do acesso e da qualidade, com a organização da prática favorecidos da sociedade para que aja a realização das redes e relações sociais que garantam a sua constituição no processo organizacional tornando a atual medida concretizada.

Para os antigos seu objetivo deveria ser a sabedoria, permeada pela compreensão do mundo e de si mesmo. Era uma necessidade tanto para o bom estabelecimento do corpo, já que o sábio poderia usufruir do conhecimento para suprir necessidades materiais sua, de sua família e comunidade, quanto para o bom estabelecimento da mente. Assim os povos podiam repassar ensinamentos aos jovens e de certa maneira permanecer existindo dentro da cultura e idéia de outras gerações.

Na sociedade atual onde tudo parece ser descartável, inclusive a educação. Não se sabe o porque temos que aprender determinados valores e conhecer assuntos sobre os quais preferiríamos ignorar, pois só nos prendem ao ensino e aprendizagem passando longe a vivencia.

2 AS PERSPECTIVAS DE AVANÇOS DO PROFISSIONAL DO SERVIÇO SOCIAL NO PROCESSO EDUCACIONAL

2.1 O Surgimento do Serviço Social no Brasil

No ano de 1930, houve muitas movimentações a respeito da profissão, podemos afirmar que a prática do serviço social começou em meio às contradições das industrializações que fizeram surgir às lutas por condições favoráveis a classe trabalhadora.

Neste momento surge a importância do profissional de serviço social, buscando formar profissionais com capacidade de articulação nos diversos processos sócio-política.

Observa-se que a os futuros profissionais de serviço social, buscar uma prática participativa tendo em vista as necessidades e interesses dos diferentes grupos, indivíduos e setores, bem como os mecanismos de organização e participação social. Seus conhecimentos devem abranger e considerar os fatos históricos, econômicos, sociais, culturais e políticos.

Para lamamoto (2009, p. 20).

No decorrer dos anos de 1950 a 1960 o assistente social vem ampliando o seu conhecimento para todos os espaços e recantos onde a questão social explode com repercussões e direitos avançados mediante as atribuições localizadas no âmbito da elaboração, execução e avaliação de políticas públicas.

Vale ressaltar que o Serviço Social é uma profissão que se destaca com vários desafios, buscando promover o bem estar coletivo, ou seja, lutando pelos direitos das classes menos favorecida, promovendo a inserção através de políticas públicas e sociais presentes na sociedade civil.

lamamoto (2009, p. 57) destaca que “a compreensão dos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do serviço social que informa a revisão curricular parte da premissa que decifrar a profissão exige aprendê-la sob um duplo ângulo.”

Mediante, o desafio de desenvolver uma gestão social sem esquecer ou renegar os elementos da eficácia a área estudada pela profissão mais sob o ponto de vista da obtenção de eficiência nos processos de planejamento e implantação de gestão políticas públicas concretas no ponto de vista que confronta as necessidades das políticas sociais ao serviço social.

2.2 O Profissional de Serviço Social no Espaço Educacional: Uma Inclusão Social

O serviço social presente na educação teve a importância de verificar a aproximação das teorias e a prática desse profissional, acredita-se que o desempenho do assistente

social multiplica a ampliação da política educacional uma vez em que muitos momentos as questões sociais são realizadas na escola.

Iamamoto (2009, p. 42 et seq.) destaca que:

Esse processo desafia profundamente todos os cidadãos e, em especial, os assistentes sociais, repercutindo no mercado de trabalho especializado. A retração do Estado em suas responsabilidades e ações no campo social manifesta-se na compressão das verbas orçamentárias e no deterioramento da prestação de serviços sociais públicos. Vem implicando uma transferência para a sociedade civil, de parcela das iniciativas para o atendimento das sequelas da questão social, o que gera significativas alterações no mercado profissional de trabalho.

A autora supracitada nos faz refletir que o avanço do profissional do Serviço Social, na esfera escolar pública como os aspectos mais importantes presentes na atuação do assistente social no âmbito educacional, na qual os pais, alunos e professores contribuíram com o universo de pesquisa.

Oliva (1987, p. 40) “Mas a ele deve ser aliado um acompanhamento histórico da sociedade”. O serviço social e o movimento da realidade concreta possuem várias expressões da questão social, captadas em suas manifestações se tornando fundamental para atribuir um novo estatuto a dimensão interventiva da profissão, resguardando os seus componentes éticos políticos.

É possível observar a realidade das relações familiares, principalmente os mantidos pela desestruturação no ambiente escolar. A educação não pode resolver todos os problemas sociais e econômicos, mas esta é essencial para mudar, pois é através dos estudos que descobrimos a existência das grandes diferenças no contexto escolar, não e fácil essas intermediações e uma relação de parceiras e clientela do assistente social na frente de todo o conhecimento.

2.3 O Histórico e Filosofia do Colégio Dom Bosco da Cidade Manaus

Figura 1: Foto do Colégio Dom Bosco

Em 1921, chegaram os primeiros salesianos para fundar o Colégio Dom Bosco, com a missão de colaborar na educação da juventude e atender às necessidades pastorais da comunidade amazonense.

É importante salientar que 1927, apesar das graves dificuldades financeiras, com a ajuda de várias famílias da cidade, iniciou-se a construção do primeiro prédio do Colégio Dom Bosco, na Avenida Epaminondas, centro da cidade. Nas novas instalações foi inaugurado o Curso Ginásial, atendendo os filhos da classe média, nos turnos matutino e vespertino e, gratuitamente, os filhos carente da comunidade, no turno noturno.

Observa-se que durante esse período foi de enorme importância ao Colégio Dom Bosco, pois foi através da chegada dos primeiros salesianos na Amazônia que foram desenvolvidas as atividades missionárias e pastorais na comunidade amazonense, é importante destacar que o Colégio sofreu inúmeras mudanças, mas sempre atendendo a comunidade desde 1927.

Enfatizando na década de 1940, iniciaram-se os cursos científico e técnico em Contabilidade, que formaram vários profissionais ao longo de seu funcionamento. No ano de 1971, com o Salesiano Padre Bento Barlascini, iniciaram-se as matrículas das primeiras alunas, bem como, atual Educação Infantil.

Segundo Bosco (2005, p. 98),

O Colégio Dom Bosco, como uma das instituições de ensino integrada à Rede Salesiana de Escola - SER, tem por finalidade ser um espaço educativo para os jovens aprenderem a aprender, aprenderem a fazer, aprenderem a ser, aprenderem a conviver e aprenderem a crer, proporcionando, assim, a formação integral dos seus educandos, preparando-os para darem respostas concretas e sistemáticas aos desafios contemporâneos.

Percebe-se que, a Rede Salesiana de Ensino busca promover a conexão de qualidade de ensino agregando valores aos jovens na sociedade. O intuito é promover um ensino de alta qualidade no qual o aluno aprende a fazer o diferencial através de suas ações e diante da filosofia de Dom Bosco de formar jovens de bom coração e íntegros perante a sociedade.

O Colégio Dom Bosco busca integrar toda a comunidade salesiana independente de distinção social, ou seja, o método do Sistema Preventivo é um sistema no qual realiza a construção de valores que muitas vezes não são respeitados em outras situações educativas, portanto podemos afirmar que é uma maneira de educar sendo guiado pela reflexão das ações, buscando desenvolver uma relação entre educador e aluno.

De acordo com Scaramussa (1984, p. 95) “Dom Bosco compartilhava desta concepção de que a educação e uma de prevenção e de melhoria da sociedade, não chegou a escrever um tratado completo e com rigor científico sobre o sistema preventivo”.

O autor nos faz refletir que sua prática educativa, tal como aparece em inúmeros escritos do próprio Dom Bosco e de outros autores que relatam e deixa transparecer seu agir e pensar no modo da educação salesiana. Para compreender o Sistema Preventivo de Dom Bosco, precisamos refletir e compreender o sistema preventivo enquanto um sistema educativo, além de conhecer o contexto no qual Dom Bosco iniciou sua experiência.

Assim, o autor lança-se no Sistema Preventivo de Dom Bosco, na sua singularidade pedagógica, na sua formação, na sua obra. Nisso, suas propostas de intervenção, os itinerários educativos, o tripé do Sistema Preventivo: **Razão, Religião e Afeição**, a comu-

nidade educativa. Enfim, fazendo uma reflexão sobre a validade do Sistema Preventivo, e incitando novas reflexões baseado no tripé de Dom Bosco, e dando continuidade na forma de educar e formar.

RAZÃO - O eixo psicológico - refere-se aos processos de compreensão de si e do mundo (à tendência para a verdade, o bem, o belo, a busca de segurança). (Ibid).

RELIGIÃO - O eixo espiritual religioso - refere-se à busca e descoberta do sentido da vida, à abertura para o transcendente, para o Absoluto – DEUS. (Ibid).

AFEIÇÃO - O eixo afetivo - refere-se à aceitação de si mesmo e à abertura de amor para os outros e para a vida, à alegria de viver. (Ibid).

De acordo com Paula, Dom Bosco, o amor caridade, amizade, ternura e amabilidade asseguram a plenitude de expansão vital, a capacidade de resposta ao afeto; a razão, relacionamento interpessoal, ilumina a compreensão dos fundamentos das exigências morais; a religião, horizontes humanos e divinos de amplitudes sem confins; a forma o jovem para o convívio humano e social e para o seu destino transcendente.

O sistema educativo de Dom Bosco se apresenta como algo mais que uma teologia ou uma pedagogia teológica. Tal sistema como dizia o cardeal Alimonda tende a divinizar o mundo; é em outras palavras, no seu âmago, uma espiritualidade.

Dom Bosco concretizou a espiritualidade cristã na dedicação à formação integral dos jovens. E deixou-a como herança aos continuadores de sua obra na forma de um sistema pedagógico, também conhecido como pedagogia do amor.

De fato, o Sistema Preventivo de Dom Bosco é uma autentica expressão da espiritualidade cristã porque direciona toda a vida física, afetiva e intelectual dos jovens para Deus, mediante a retidão da consciência e a vivencia do amor ao próximo.

O educador salesiano encontra o lugar educativo do conhecimento do jovem na espontaneidade no pátio. Um caminho de crescimento que está certamente no respeito das normas e na docilidade do educador. O envolvimento do educador na comunidade educativa o leva a recriar sua pratica direcionada pelo amor educativo, que dá significado à sua prática docente.

Você Conhece a Filosofia Salesiana

Figura 2: pesquisa de campo realizada em Julho de 2010

De acordo com a figura 2, vale ressaltar que os 15 alunos entrevistados, ou seja, a maioria afirmou conhecer a Filosofia Salesiana totalizando 100%. Vejamos alguns relatos dos sujeitos pesquisados:

Sujeito 26: É um Colégio de boa qualidade, porém tem problemas como outra instituição, no entanto o Colégio tenta amenizar, pois tem um bom relacionamento com os alunos.

É importante frisar que o educador poderá conhecer a filosofia salesiana ao afirmar com a linguagem do coração, seja no tempo da educação seja posteriormente. Depois de conquistado o coração do educando, o professor poderá exercer grande influência, aconselhá-lo, avisá-lo e também corrigi-lo, mesmo trabalhando a filosofia salesiana é de fundamental importância para o sucesso educativo, desempenhar e conhecer a filosofia salesiana.

Figura 3: pesquisa de campo realizada em Julho de 2010.

Conforme a figura 3, 13% dos alunos entrevistados afirmam a necessidade do Assistente Social no Colégio Dom Bosco o que totaliza (87%) dos entrevistados, os demais não percebem a necessidade do Assistente Social que correspondem a (13%). Teixeira (2005, p. 18) afirma que:

O reconhecimento da presença desses elementos no universo escolar, por si só, não constitui uma justificativa para a inserção dos assistentes sociais nesta área. Sua inserção deve expressar uma das estratégias de enfrentamento desta realidade na medida em que represente uma lógica mais ampla de organização do trabalho coletivo na esfera da política educacional, seja no interior das suas unidades educacionais, das unidades gerenciais ou em articulação com outras políticas setoriais. Caso contrário estará implícito, nas defesas desta inserção, a presunção de que tais problemas seriam exclusivos da atuação de um determinado profissional, quando na verdade seu efetivo enfrentamento requer, na atualidade, não só a atuação dos assistentes sociais, mas de um conjunto mais amplo de profissionais especializados.

A inserção do assistente social no âmbito escolar deve ser reconhecida em inúmeras áreas tanto na inserção na educação quanto nas questões de estratégias voltadas para o

enfrentamento da realidade tanto na ampla organização do trabalho, quanto na esfera da política educacional. A atuação busca promover os benefícios encontrados no contexto educacional solidificando a presença dos Assistentes Sociais na presunção dos problemas encontrados na esfera educacional, ou seja, é necessária a capacitação e a qualificação desses profissionais para uma melhor inclusão em diversos setores.

Figura 4: Pesquisa de campo realizada em julho, 2010.

De acordo com o gráfico 4, os alunos entrevistados afirmaram ter conhecimento das atividades do assistente social no Colégio Dom Bosco totalizando 60% e os demais entrevistados afirmaram que conhecem as atividades do profissional de serviço social muito importante no Colégio Dom Bosco.

A questão social é um objeto dos Serviços Sociais, considerada como desigualdade, rebeldia da sociedade, portanto, os assistentes sociais serão importantes se atentarem para várias expressões de desigualdades sociais da atualidade, situações que passam a ser um dos grandes desafios a serem vencidos.

3 CONSIDERAÇÕES

Este estudo foi realizado através da pesquisa abordando o tema: A atuação do Profissional de Serviço Social no Âmbito Escolar do Colégio Dom Bosco, onde se vislumbrou a importância do tema frente à necessidade de qualificação e profissionalização das pessoas que almejam à formação superior na área de Serviço Social, com aptidão para contribuir, como cidadãos, na sociedade.

Na tentativa de alcançar os objetivos desta pesquisa, identificamos os constantes desafios em articular a realidade dos alunos as suas práticas de ensino, como meio de melhor prepará-los para a realidade social.

Para isso torna-se essencial que a mesma conheça a realidade a qual o aluno está inserido, criando mecanismo para desenvolver-se na instituição formadora do indivíduo para a sociedade, a qual forma no indivíduo conceito de valores, regras e concepções do mundo.

Para a concretização da formação educacional ter plena consciência de seu verdadeiro papel, é crucial que ambas tenham clareza em ouvir a importância da atuação do Profissional de Serviço Social no Âmbito Escolar.

Os profissionais de Serviço Social são primordiais para concretização da educação sendo um desafio para buscar a formação que todos almejamos perante as dificuldades encontradas.

Porém no Brasil, a educação ainda é uma utopia, pois na realidade não acontece, apresenta-se diversas teorias a respeito da educação, na prática essas teorias são esquecidas, devido existir diversas barreiras para serem vencidas perante a construção da educação com qualidade, tais como, adaptações físicas nas escolas; capacitação dos profissionais; falta de recursos pedagógicos adaptados; a carência de profissionais de outras áreas. Portanto é importante salientar que o profissional de Serviço Social desenvolve métodos nos quais qualifiquem a instituição no âmbito educacional podendo fazer a inserção entre os demais profissionais de outras áreas. O Serviço Social requer uma participação crítica na sociedade e ao mesmo tempo inovadora em busca de novos horizontes na educação, para um melhor desenvolvimento da criança e do adolescente.

Observou-se que no Colégio Dom Bosco está caminhando para uma educação compreensiva. Pois a mesma desenvolve ações com capacitação para os profissionais, envolvendo e orientando as famílias através das reuniões e palestras para melhor compreensão e respeito à educação.

Na instituição há um profissional de serviço social, onde o mesmo contribui para a inclusão social possa caminhar no sentido positivo e também viabilizar em parceria os direitos dos alunos, porém o caminho mais rico para os indivíduos é desenvolverem as suas potencialidades e ganharem respeito à sociedade.

Vale ressaltar que os alunos do Colégio Dom Bosco responderam o questionário com clareza, a grande maioria destacou a necessidade de qualificação profissional, visto que o mercado de trabalho competitivo, a exigência por profissionais capacitados e qualificados é cada vez maior.

As conquistas deste trabalho de conclusão de curso foram gratificantes, pois podemos contribuir no sentido de elaborar um trabalho científico através de embasamentos teóricos em autores e pesquisas de campo. Este trabalho tem como objetivo dar suporte e embasamento a outras pesquisas similares e contribui de alguma forma, com o Colégio, com a direção, com a coordenação, com os professores e com os alunos do ensino médio, visto que todos deram sua parcela de contribuição para a realização deste trabalho científico.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. **História da Educação**. 2.Ed. São Paulo: Moderna, 1996.

BOSCO, João. **Memórias do Oratório de São Francisco de Sales**. Tradução de Fausto Santa Catarina. 3.Ed. rev.amp. São Paulo: Salesiana, 2005.

COLEGIO DOM BOSCO. **Guia de Matrícula**. Manaus: CDB, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 16 ed. São Paulo: Cortez 2009.

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da Educação**: Introdução ao estudo da escola ao processo de transformação social. 11. Ed. São Paulo: Loyola, 1988.

OLIVIA, Maria Herlinda Borges. **Políticas de Estado e Prática Social**. São Paulo: Cortez, 1987.

REDE SALESIANA DE ESCOLA. **Subsídio 3 - Projeto Pedagógico da Rede Salesiana de Escola**. São Paulo: RES, 2003.

SCARAMUSSA, Tarcísio. **O Sistema Preventivo Dom Bosco**: Um estilo de Educação. 3. Ed. São Paulo: Editora Salesiana Dom Bosco, 1984.

RELATO DE EXPERIÊNCIAS

A PRÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM ESPAÇOS NÃO-FORMAIS

Alessandro de Souza Lima¹ Irlene Coelho Eloi da Silva²

Recebido em xxxx; aceito em xxxx

RESUMO

O presente trabalho traz um relato de experiência a respeito da prática da educação ambiental em espaços não formais, aonde vem, através desta, destacar a importância da Educação ambiental para o futuro do nosso planeta e para a própria sobrevivência da raça humana. Temos como proposta contribuir para a reflexão sobre diferentes alternativas de ensino. É sabido que ensinar é mais que promover a fixação dos termos científicos; é privilegiar situações de aprendizagem que possibilitem ao aluno a formação de sua bagagem cognitiva. A construção dessas situações é tarefa árdua para os profissionais preocupados com o ensino. Observarmos as inúmeras possibilidades em como utilizar os espaços não-formais e assim surgiram vários estudos sobre as diferentes formas educacionais, que objetivam tornar o ensino mais prazeroso, aumentando o interesse dos estudantes.

Palavras-chave: Educação ambiental. Espaços não-formais. Educação não-formal. Meio ambiente.

ABSTRACT

The present work brings a report of experience regarding the practice of the environmental education in spaces you don't form, the one where it comes, through this, to detach the importance of the environmental Education for the future of our planet and for the own survival of the human race. We have as intended to contribute for the reflection

¹ Aluno do Curso de Mestrado em Educação pela Universidad de Los Pueblos de Europa / UPE – Centro de Estudos Contemporâneos / CESCÓN – Consórcio Universitário Euroamericano. E-mail: sandro.manaus@hotmail.com

² Aluna do Curso de Mestrado em Educação pela Universidad de Los Pueblos de Europa / UPE – Centro de Estudos Contemporâneos / CESCÓN – Consórcio Universitário Euroamericano. E-mail: seci_avlis@hotmail.com

on different teaching alternatives. It is known that to teach it is more than to promote the fixation of the scientific terms; it is to privilege learning situations that make possible the student the formation of your cognitive luggage. The construction of those situations is arduous task for the concerned professionals with the teaching. We observe the countless possibilities in how to use the no-formal spaces and several studies appeared like this on the different educational forms, that they aim at to turn the most pleased teaching, increasing the students' interest.

Keywords: Environmental education. No-formal spaces. No-formal education. Environment.

I INTRODUÇÃO

O presente relato de experiência refere-se à apresentação reflexiva acerca da prática de educação ambiental em espaços não-formais. Em alguns aspectos já se é possível afirmar que o homem é o maior e o mais nocivo de todos os predadores do meio ambiente. Nas duas últimas décadas, muito se acirram as discussões sobre preservação ambiental sem, contudo, se levar adiante projetos que objetivassem a manter, pelo menos, o meio ambiente já mutilado como está.

Não se pode falar em proteção ou preservação ambiental sem se ter ao menos uma noção do que vem a ser meio ambiente e de quão este é importante e vital para toda a vida em nosso planeta.

Entende-se, portanto, que a educação ambiental é condição necessária para modificar um quadro de crescente degradação socioambiental, mas ela ainda não é suficiente, o que, no dizer de Tamaio (2000), converte-se em “mais uma ferramenta de mediação necessária entre culturas, comportamentos diferenciados e interesses de grupos sociais para a construção das transformações desejadas”.

Fazer uso de espaços não-formais para refletir sobre a complexidade ambiental abre uma grande oportunidade para formação de novos atores sociais que se mobilizam para a apropriação da natureza, para um processo educativo articulado e compromissado com a sustentabilidade e a participação, apoiado numa lógica que privilegia o diálogo e a interdependência de diferentes áreas do saber. Mas também questiona valores e premissas que norteiam as práticas sociais prevalecentes, implicando mudança na forma de pensar e na transformação no conhecimento e nas práticas educativas, saindo, assim, da mesmice cotidiana da educação formal.

É importante citar o Projeto Educativo desenvolvido pelo Colégio São Felipe, em Setpubal, e que é voltado para a educação ambiental. No referido documento se enfatiza que a realidade atual exige uma reflexão cada vez menos linear, e isto se produz na inter-relação dos saberes e das práticas coletivas que criam identidades e valores comuns e ações solidárias diante da reapropriação da natureza, numa perspectiva que privilegia o diálogo entre saberes. A preocupação com o desenvolvimento sustentável representa a possibilidade de garantir mudanças sociopolíticas que não comprometam os sistemas ecológicos e sociais que sustentam as comunidades.

A complexidade desse processo de transformação do planeta, não apenas crescentemente ameaçado, mas também diretamente afetado pelos riscos sócio-ambientais e

seus danos, é cada vez mais notória, o que faz perceber a necessidade de aproximar cada vez mais, do meio ambiente, para que através do contato direto seja mais conhecido preservado, pela geração atual, que irá formar nas gerações futuras uma nova concepção educativa e de meio ambiente.

Nesse contexto, segundo Reigota (1998), a educação ambiental aponta para propostas pedagógicas centradas na consciencialização, mudança de comportamento, desenvolvimento de competências, capacidade de avaliação e participação dos educandos. Para Pádua e Tabanez (1998), a educação ambiental propicia o aumento de conhecimentos, mudança de valores e aperfeiçoamento de habilidades, condições básicas para estimular maior integração e harmonia dos indivíduos com o meio ambiente. Quando pensamos em espaços não formais para Educação Ambiental, logo nos vem em mente os locais da natureza, instituições públicas de preservação ambiental, dentre outros, os quais podem instigar professores a novas atitudes pedagógicas, propondo temas alternativos de debate, criando, inovando, compartilhando com seus alunos técnicas de ensino transformadoras.

A Educação Ambiental exige dos professores uma tarefa que consiste em criar ambientes motivadores, de compreensão da realidade que os cerca, ou seja, propiciar o contato direto com o meio ambiente gera nos alunos uma compreensão diferenciada daquilo que se restringe a sala de aula. Pois, fazer acontecer Educação Ambiental, torna-se quase que impossível quando não atentamos para a realidade que nos cerca e a que ponto estamos nos deixando conhecer sobre os reais problemas do meio ambiente.

2 DESENVOLVIMENTO

Falar em educação ambiental, na atualidade, tornou-se mais complicado que há duas décadas passadas. A globalização e a evolução tecnológica nos remetem a um túnel de mudanças necessárias, urgentes e indispensáveis ao desenvolvimento de novos conteúdos e novas formas de aprendizado voltadas para o meio ambiente como essencial à sobrevivência humana.

Diante do consumismo exacerbado que o capitalismo nos impõe, aprendemos apenas a extirpar da natureza seus recursos, de forma descontrolada e sem preocupação com seu esgotamento futuro, ou com sua preservação atual.

Percebemos que durante os séculos IX e XX as gerações passaram a ver a natureza apenas como fonte de exploração e depredação. Cabe a educação ambiental, e para isso precisa recorrer aos espaços não formais, resgatar um mínimo de consciência, ética e moral no educando para que este venha a “renascer” como um elemento integrante do meio ambiente e não como seu predador constante.

O grande desafio é formar pessoas com consciência dos limites sobre a sustentação dos recursos naturais que venham a conhecer outras maneiras de se relacionarem com o ambiente natural através de uma relação sustentada. Para que isso ocorra é necessário que a educação promova a internalização de atitudes e valores morais, através de métodos didáticos que tenham origem principalmente no construtivismo e sejam métodos investigativos; à medida que o aluno vai tendo contato direto com o meio ele vai explorando, investigando, deduzindo e aprendendo. A respeito da importância da educação ambiental para a mudança de comportamento do homem, Gadotti (2000) afirma:

Não aprendemos a amar a natureza lendo nos livros sobre isso. A experiência própria é que conta. A vida tem sentido, mas só existe em relação. As pedagogias tradicionais fundadas nos princípios da competitividade, da seleção e da classificação, não dão conta da formação de um cidadão que precisa ser mais cooperativo e ativo. A educação ambiental em muitas escolas tem sido o ponto de partida dessa conscientização, embora se saiba que a educação para um futuro sustentável é mais ampla que uma educação ambiental e escolar (GADOTTI, 2000).

Para se desenvolver um novo modelo educacional, uma nova consciência e um novo aprendizado a respeito do meio ambiente e sua importância para o futuro da humanidade, faz-se necessário recorrer aos espaços não formais como locais de instrução mais concreta e real. Somente dessa maneira o homem ainda terá a chance de ver um futuro onde seus descendentes respirem ar puro, comam alimentos saudáveis e fresquinhos e o mais importante e o mais difícil: conheçam na prática alguns dos espécimes mais interessantes de nossa fauna e flora.

A prática da Educação Ambiental em espaços não formais deve ser vista como uma oportunidade de estar desenvolvendo em nossos alunos competências para enfrentar os desafios do processo de ensino e aprendizagem. Quando nos dispomos a levar os alunos para os espaços não-formais, estamos realizando uma estratégia motivadora, contribuindo, assim, para propiciar a estes, o surgimento de várias capacidades especiais que lhes assegurem o desenvolvimento cognitivo, levando-os a modificar os esquemas de conhecimento e atribuir novos significados e sentidos que lhes permitam adquirir progressivamente maiores possibilidades para atuar de forma autônoma e independente em situações novas e cada vez mais complexas.

A Educação Ambiental deve estar presente em nossos currículos escolares, pois esta merece uma atenção especial, e uma das formas que o professor pode influenciar na aprendizagem dos alunos é motivá-los a refletir sobre o meio ambiente e, consequentemente, isto o ajudará a preservar seu entusiasmo pelo ensino e os alunos a pensarem sobre a conservação do meio ambiente. Na perspectiva de Freire (2004, p.47) “saber que ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua própria produção ou a sua construção”.

A Educação Ambiental deve estar presente em nossas escolas não só como uma temática, mas também como parte integrante do currículo escolar, como disciplina obrigatória, para que nossos governantes atentassem ainda mais para os problemas ambientais urgentes e gritantes.

As pessoas podem visitar zoológicos, jardins botânicos e museus para satisfazer sua curiosidade, preencher suas necessidades de diversão e conhecimento. As visitas a estes locais podem ser motivadas por necessidades intelectuais e emocionais para satisfazer um senso pessoal de identidade e para criar um senso de valor do mundo. Os adultos normalmente levam as crianças para conhecer esses locais porque eles geram a oportunidade de fazer coisas interessantes que geralmente não são proporcionados nos âmbitos familiar e/ou escolar.

Durante a última década houve um crescimento da consciência de que essas oportunidades de aprendizagem podem ser encontradas numa grande quantidade de instituições e estruturas descritas como de ensino não-formal tais como zoológicos, jardins botânicos, museus e aquários, dentre outros. Nelas pode-se aprender a partir de um contexto social único que favorece a troca de conhecimento sócio-cultural entre o indivíduo e seu meio, realçando a motivação do aprendizado.

A respeito do aprendizado na educação não-formal em visita a uma exposição no museu Almeida (1995) nos diz que,

[...] se aprende no museu dentro de um ritmo próprio, de forma exploratória e não linear. A aprendizagem se dá na forma dos objetos, não pensada como um livro. As exposições que são bem elaboradas criam interesse e comunicam. Para o visitante, aprender, representa uma ampla quantidade de experiências que vão desde o domínio de novas informações até um aumento de sensibilidade estética, da curiosidade sobre o mundo natural e um crescimento pessoal (ALMEIDA, 1995).

Nesse aspecto, quanto mais se compreender o que acontece durante a visita, mais será possível planejar exposições que atendam às necessidades dos visitantes, proporcionando ambientes mais propícios de aprendizagem. Portanto, faz-se necessário o desenvolvimento de um processo para a obtenção de informações sobre os visitantes que possam contribuir para a eficácia de uma exposição e seus componentes interpretativos, relatando tanto os comportamentos e interesses dos usuários, quanto a da capacidade de comunicação do acervo.

A educação para a compreensão da biodiversidade deve ainda reconhecer que a maioria das pessoas destrói ou prejudica os ecossistemas intencionalmente, eles podem fazê-lo por desespero, injustiça social, medo, ignorância ou mesmo por avidez e imediatismo. Nessa perspectiva as pessoas devem ser reconhecidas como parte do problema e da sua solução.

Quando falamos em biodiversidade também devemos lembrar que ela tem um valor intrínseco, relacionado à manutenção da vida, inclusive da nossa própria existência. A proteção da natureza não deve ser motivada apenas para garantir a sobrevivência humana e tão pouco para lucrar nos negócios que ela pode proporcionar, mas também deve ser vista como uma necessidade moral, essencial, parte da identidade de ser humano como habitante na Terra. O desenvolvimento de uma ética para a sensibilidade ecológica tem sido obscurecida em muitas, se não na maioria das práticas educativas pela noção da natureza como um recurso possível da exploração.

Pesquisas junto ao público docente apontam que os espaços fora do ambiente escolar, mais comumente conhecidos como não-formais, são percebidos como recursos pedagógicos complementares às carências da escola, como, por exemplo, a falta de laboratório, que dificulta a possibilidade de ver, tocar e aprender fazendo. Motivado por essa preocupação com o ensino em espaços não-formais sobre o Meio Ambiente, o Professor Doutor Augusto Fachín Terán organizou uma aula em um espaço não-formal, para que pudéssemos, enquanto alunos do Curso de Mestrado em Educação da Universidad de Los Pueblos de Europa vivenciar na prática a construção do conhecimento em espaços não-formais.

O procedimento metodológico aplicado para o conhecimento e exploração de espaços não formais foi a realização de uma visita a um desses locais na cidade de Manaus, onde pudemos, através da observação, vivenciar experiências exitosas, visita esta que nos proporcionou o conhecimento de um espaço não-formal para ensino, rico em biodiversidade e de grande importância para o desenvolvimento da Educação Ambiental. Durante a visita, observamos todos os ambientes e verificamos o quanto é possível o desenvolvimento de conteúdos curriculares, em forma de aula prática, pois o referido

bosque dispõe de um acervo rico para estudo e pesquisa, na área das ciências ambientais.

Foi disponibilizado também, um guia de prática, que nos orientou a percorrer os locais do ambiente visitado e a tomar conhecimento sobre o ambiente que estava sendo explorado, pois o mesmo especificava cada espaço.

Ao final da visita nos reunimos em um espaço que nos possibilitou uma discussão acerca de tudo que foi observado, expondo nosso ponto de vista e reconhecendo o acervo que o espaço visitado dispõe e que nos sugere várias formas de planejamento para uma aula prática.

Para avaliação da aprendizagem elaboramos um guia de prática, abordando assuntos pertinentes ao currículo do Ensino Médio, onde destacamos a importância de oportunizarmos aos estudantes uma aula prática em um espaço não formal.

O contato direto com o meio ambiente nos proporcionou uma reflexão acerca de todas as necessidades que temos de trabalhar a Educação Ambiental. Percebemos o quanto é vago o desenvolvimento desta temática em nossas escolas, e que a carência de espaços não formais organizados seja a principal causa da falta de interesse por parte dos docentes em desenvolver este tema em sala de aula e pra além dela.

Percebemos, ainda, que para acontecer a Educação Ambiental, em conformidade com a realidade que se vive hoje, necessitamos proporcionar aos nossos alunos o contato direto com os problemas ambientais e aguçar a discussão acerca das problemáticas que o meio ambiente vem sofrendo.

O município de Manaus dispõe de espaços não-formais organizados, para o desenvolvimento da Educação Ambiental, já os municípios do interior do estado do Amazonas não dispõem desses espaços, mas devemos reconhecer que para se desenvolver a Educação Ambiental em nossas escolas, não necessitamos tão somente desses espaços organizados, bom seria se tivemos, mas em contrapartida, podemos levar nossos alunos a visitas em espaços que estão sendo prejudicados pelo homem, como ambientes com desmatamento ilegal, lixões das cidades, destino do lixo doméstico, ambiente de criação de animais, criação de animais silvestres em cativeiro, dentre outros problemas que podem ser observados até em pequenos municípios, e serem estudados, pesquisados e levados para discussão em sala de aula.

3 CONSIDERAÇÕES

Esse relato de experiência procurou assim, em um primeiro esforço, trazer reflexões sobre os resultados parciais da visita realizada, desenvolver o indicativo da pertinência de se trabalhar a abordagem sobre realidades complexas, como forma de se contrapor a uma tendência formativa que julgamos insuficiente para o enfrentamento dos problemas socioambientais. Além disso, pretendemos também incitar o debate sobre a necessidade de se estabelecer a fundamental relação entre educação formal e não formal, como forma de a educação contribuir no processo de enfrentamento da grave crise socioambiental pela qual passa o mundo contemporâneo.

É na análise dos processos em andamento e na experimentação e avaliação dos resultados dessa proposta na realização da visita à espaços não-formais, como critério de avaliação do curso de Mestrado em Educação da Universidad de Los Pueblos de Europa, que procuramos como conclusão do trabalho realizado, construir indicativos que

possam contribuir no balizamento do processo formativo de educadores. Assim como, na interação de educadores com diferentes “ambientes educativos”, procuramos ainda, refletir sobre os limites e potencialidades do processo educativo, em sua perspectiva ampla, dialógica, mas também na especificidade da educação não formal.

E torna-se um fator necessário e fundamental para o desenvolvimento de uma sociedade melhor informada, que saibamos viver em harmonia com a natureza, ou seja, uma sociedade que maneje melhor os recursos naturais disponíveis e procure alternativas compatíveis para o seu desenvolvimento e a conservação do meio ambiente. As informações adquiridas na pesquisa de campo basearam a realização de um estudo que analisou tais informações contrapostas com as concepções de educação e do trabalho pedagógico, juntamente com as perspectivas de educação ambiental.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Coordenação da Universidade de Los Pueblos da Europa - UPE e ao Profº Augusto Terán por viabilizar essa experiência e pela iniciativa deste trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.M. **A relação do público com o museu do Instituto Butantam**: análise da exposição “na natureza não existem vilões”. 1995. 171.f Dissertação (Mestrado em Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

CERRANO, C. A. **A educação pelas pedras**: ecoturismo e educação ambiental. São Paulo: Chronos, 2000.

FERREIRA, A. B de Holanda. **Mini Aurélio Escolar, minidicionário da língua portuguesa**: 4. ed ver. e amp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

GADOTTI, M. **Pedagogia da terra**. 2. ed. São Paulo: Petrópolis, 2000.

GOHN, M. D. G. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 1999.

PÁDUA, S.; TABANEZ, M. (orgs.). **Educação ambiental**: caminhos trilhados no Brasil. São Paulo: Ipê, 1998. (Cadernos de Pesquisa, n. 118, março/ 2003)

REIGOTA, M. **Desafios à educação ambiental escolar**. In: JACOBI, P. et al. (orgs.). Educação, meio ambiente e cidadania: reflexões e experiências. São Paulo: SMA, 1998. p.43-50.

SIMSON, O.R.D.M.V; PARK,M.B; FERNANDES.R.S. **Educação não-formal: cenários da criação.** Campinas: Uncamp, 2001.

TAMAIIO, I. **A Mediação do professor na construção do conceito de natureza.** Campinas, 2000. Dissert.(Mestr.) FE/Unicamp.

COMBINACIÓN DE LAS SIMULACIONES EN EL LABORATORIO DE LA FÍSICA CON MEDICIONES DIRECTAS

Nikoláy Polozháev¹

Recebido em: 01/05/11; aceito em: 27/05/11

RESUMEN

Este artículo describe una experiencia pedagógica que consiste en la combinación de las simulaciones en el laboratorio de física con las mediciones reales. Esa combinación es encaminada a mejorar la percepción realista de la simulación y da a los estudiantes la oportunidad de participar directamente en el experimento.

Palabras Clave: Enseñanza de la Física. Tecnologías de la Información y Comunicación (TIC). Innovación Tecnológica.

ABSTRACT

This article describes a pedagogical experience which consists of the combination of simulations in the laboratory of physics with real measurements. That combination is aimed at improving the realistic perception of the simulation and gives the student the opportunity to participate directly in the experiment.

Keywords: Education of the Physics. Information and Communications Technology (ICT). Technological Innovation.

I INTRODUCCIÓN

El tema de las simulaciones en la enseñanza de la Física es parte de un tema mucho más amplio que es el uso de las TIC (Tecnologías de la Información y Comunicación) en

¹ Doctor por la Universidad de Murcia (España). Profesor de Física en la Pontificia Universidad Católica Madre y Maestra (República Dominicana). Email: np23230@um.es

el proceso educativo. Mientras que en caso general, muy especialmente en ciencias sociales, el mayor énfasis se hace en las redes, en la enseñanza de la Física hasta ahora el uso predominante de las TIC gira en torno a las simulaciones de experimentos físicos. Para demostrar lo que acabo de afirmar pongo dos citas.

Refiriéndose a la innovación tecnológica de la enseñanza, dice Adell (1997): “El paradigma de las nuevas tecnologías son las redes informáticas. Los ordenadores, aislados, nos ofrecen una gran cantidad de posibilidades, pero conectados incrementan su funcionalidad en varios órdenes de magnitud”. Esta cita sólo resume lo que han manifestado mucho otros investigadores. El trabajo, quizás, más completo en cuanto al resumen de la historia de las redes y su potencial enorme en el uso educativo, es el de Martínez y Prendes (2003, pp. 31-61).

La segunda cita es de Kofman (2005) que reconociendo el auge de la modalidad de enseñanza a distancia, sin embargo destaca la condición especial de las ciencias naturales dice: “Si bien hoy se están implementando con la modalidad a distancia muchas carreras del área de las ciencias sociales, no es ésta la situación de las carreras de ciencias naturales y tecnológicas. En el caso de la Física, tratándose de una ciencia experimental, la situación resulta singular. Los experimentos de laboratorio, con manipulación de los sistemas, observación directa de los fenómenos y mediciones de diversas magnitudes, resultan de fundamental importancia para la enseñanza, y sobre todo en su ciclo básico. En caso contrario, se corre el riesgo de adquirir una noción distorsionada o matematizada de la propia disciplina, perdiéndose de vista que los modelos matemáticos, como una representación parcializada e incompleta del complejo mundo físico, resultan siempre subordinados a los fenómenos reales”. Y en el siguiente párrafo: “En síntesis, la enseñanza de la Física requiere de una fuerte vinculación entre teoría y práctica, lo cual impone la necesidad de una modalidad centralmente presencial, a la cual debemos adaptar los aportes de las NTICs”. (p. 385)

Aun así, la enseñanza de la Física tendrá que extender el uso de las TIC más allá de las simulaciones del comportamiento de la materia real en las pantallas de los ordenadores. De hecho, ya se está haciendo algo en este sentido, una clasificación de “las principales aplicaciones de la informática educativa” en la enseñanza de la Física se puede ver, por ejemplo, en Martínez Navarro y otros (2006). Aunque el uso de las TIC de manera sistemática y justificada pedagógicamente sigue siendo más bien un anhelo que una realidad.

Como ya he dicho, los programas de simulación son los que más se usan hoy en día en el intento de mejorar la enseñanza de la Física por medio de introducción de la TIC. El presente trabajo se centra en un aspecto del uso de las simulaciones en el laboratorio de Física.

Pero primero, y de manera muy resumida, aclararemos el concepto de la *simulación*. Dejando de lado el significado general del término *simulación*, nos concentraremos en lo que es simulación en términos de *multimedia*, entendiendo ésta última según Prendes (2003): “Podemos decir que multimedia es lo que su propio nombre indica: una combinación de medios. Siendo más precisos no es realmente una combinación de medios sino de códigos gracias a la utilización de la informática que nos permite coordinarlos y organizarlos en un único medio: el ordenador. En definitiva, cuando hablamos de multimedia hacemos referencia de forma genérica a documentos informáticos que combinan textos, imágenes (fijas o en movimiento) y sonidos de tal forma que le ofrecen al usuario distintas posibilidades de recuperación de la información con mayor o menor grado de interactividad”. (p. 13)

Pero aun limitando el concepto de simulaciones a lo que se hace con el uso de multimedia, todavía queda este concepto muy amplio. Ahí está el concepto muy amplio relacionado con la simulación: la realidad virtual. Las simulaciones de experiencias físicas no son realidad virtual. Para delimitar más, vamos a entender la simulación de un fenómeno física como la presentación gráfica de un fenómeno físico con la posibilidad de interactuar.

Se puede destacar tres elementos básicos de una simulación:

- El modelo matemático que describe al fenómeno físico que se simula.
- La interacción que permite definir o modificar los parámetros del modelo matemático.
- La animación gráfica que produce la sensación de presenciar el fenómeno.

2 COMBINACIÓN DE LA SIMULACIÓN CON LAS MEDICIONES REALES

Lo que hace que la simulación imite el fenómeno real en términos de la percepción del estudiante, es el desarrollo en tiempo real. O sea, el tiempo es la única característica que es “real”, se percibe como tal por el que observa la simulación. Es lo único que queda de este lado de la pantalla, todo lo demás está “detrás de la pantalla”. Esto abre una posibilidad de introducir un elemento de realidad en las mediciones virtualizadas. El estudiante observa el fenómeno en la pantalla y mide el tiempo con el cronómetro real en la mano. O sea, hay una interacción, participación del estudiante físicamente en el fenómeno. Es un elemento que “legaliza” la simulación haciéndola verse como algo “real” para el estudiante en el momento en que él toma las mediciones.

Ejemplo de una práctica combinada

El método que se describe en este artículo se realizó en las dos prácticas simuladas del laboratorio de la Física General III en la Pontificia Universidad Católica Madre y Maestra (República Dominicana). El resto de las prácticas de esta Física se realiza con el equipo real.

En este trabajo estoy poniendo el ejemplo de la práctica donde se estudia la variación del período del péndulo simple con la amplitud de la oscilación. Los datos están tomados de los informes de estudiantes y de una encuesta aplicada a ellos.

La simulación se hizo usando el programa *Interactive Physics* (en línea).

Figura 1. Péndulo simple simulado en *InteractivePhysics*.

Se definió un péndulo simple de 0,95 m de longitud con período teórico de 1,956 segundos. La amplitud inicial se definió eligiendo la coordenada inicial de la bola, dándole los valores de 0,1 a 0,8 metros aumentando 0,1 m en cada experimento. Para cada amplitud específica los estudiantes midieron el tiempo de 20 oscilaciones con el cronómetro manual. La medición se hizo simultáneamente por 9 estudiantes turnándose con el resto del grupo para las siguientes medidas. Los resultados de 8 experimentos se presentan en la figura 2.

K23 =SUM(B23:J23)/9												
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L
18												
19	2. Medida del tiempo de 20 oscilaciones en función de la amplitud											
20												
21	Amplitud	Tiempo									t_m	Período T
22	0,1	38,95	39,20	38,95	39,09	38,93	38,78	38,71	38,51	38,46	38,8	1,94
23	0,2	38,87	39,26	39,12	38,63	38,96	39,12	39,13	38,90	39,27	39,0	1,95
24	0,3	39,15	39,09	39,05	39,33	39,38	39,38	39,40	39,41	39,53	39,3	1,97
25	0,4	39,34	39,27	39,30	39,42	39,28	39,25	39,30	39,40	39,43	39,3	1,97
26	0,5	39,39	39,49	39,72	39,92	39,80	39,97	39,72	39,69	39,93	39,7	1,99
27	0,6	39,58	40,40	40,14	40,31	40,21	40,11	40,15	40,35	40,29	40,2	2,01
28	0,7	41,06	40,89	41,08	41,09	40,99	40,94	41,19	41,07	40,98	41,0	2,05
29	0,8	42,03	41,76	41,86	41,89	41,88	41,88	41,94	41,71	41,96	41,9	2,09

Figura 2. Tabla con los resultados de mediciones directas con un cronómetro manual.

El gráfico del período en función del tiempo se puede apreciar en la figura 3.

Figura 3. Gráfico del período del péndulo simple en función de la amplitud.

Toda la variación del período es de 0,15 segundos, lo que en relación con el período teórico es alrededor del 7,7%. La línea continua en el gráfico representa la aproximación cuadrática de la serie de Taylor:

$$T = T_0 + \alpha A^2,$$

donde α se calculó por método de mínimos cuadrados. La dispersión de los puntos experimentales alrededor de la línea teórica se corresponde bien con la incerteza de la medición representada en la tabla de la figura 5. Precisamente esta dispersión, el cálculo de las incertezas, observación de la posición de los puntos experimentales en el gráfico, son elementos que asemejan esta práctica a un experimento real.

Como se ve en las figuras 2 y 3, los estudiantes usaron las hojas de Excel para analizar los datos y reportar los resultados de la experiencia, siguiendo la técnica descrita en otro artículo (POLOZHÁEV, 2009).

3 PERCEPCIÓN DE LOS ESTUDIANTES SOBRE LAS PRÁCTICAS SIMULADAS COMBINADAS CON LAS MEDICIONES REALES

Al final del semestre en el cual se desarrollaron las prácticas simuladas combinadas con las mediciones reales del tiempo, apliqué una encuesta a los estudiantes donde ellos respondieron varias preguntas sobre las prácticas simuladas en sí y sobre las prácticas simuladas combinadas con las mediciones directas.

La muestra fue del grupo completo donde se hizo este experimento: 17 estudiantes. Las primeras tres preguntas fueron sobre datos general de la muestra:

Sexo	Frecuencia	%
Mujer	6	35,29
Hombre	11	64,71
Total	17	100%

Tabla 1. Sexo de los estudiantes.

Edad	Frecuencia	%
Hasta 18 años	1	5,88
De 19 a 20 años	13	76,47
De 21 a 22 años	3	17,65
Más de 22 años	0	0,00
Total	17	100%

Tabla 2. Edad de los estudiantes.

Carrera	Frecuencia	%
Ingeniería de Electromecánica	1	5,88
Ingeniería de Electrónica	1	5,88
Ingeniería Civil	14	82,35
Ingeniería de Telemática	1	5,88
Total	17	100%

Tabla 3. Carrera académica de los estudiantes.

Las siguientes 14 preguntas fueron sobre el uso de las simulaciones en el laboratorio de Física. Se formularon 14 proposiciones y a los estudiantes se le pidió indicar el grado de acuerdo o desacuerdo con las proposiciones según la escala: -2 – totalmente en desacuerdo, -1 – en desacuerdo, 0 – ni de acuerdo ni en desacuerdo, 1 – de acuerdo, 2 – totalmente de acuerdo. De modo que al desacuerdo le corresponden valores negativos (-2 y -1) y al acuerdo le corresponden valores positivos (1 y 2). En la siguiente tabla se presentan las 14 proposiciones y la mediana de la respuesta de los estudiantes, que es el estadístico apropiado para las variables ordinales (SALKIND, 2000).

Proposición	Mediana de la respuesta
El uso de la tecnología educativa es imprescindible en la enseñanza de la Física porque sin la tecnología educativa no hay enseñanza de calidad.	0
El uso de la tecnología educativa es aconsejable en la enseñanza de la Física porque puede mejorar la calidad de la enseñanza.	2
Las simulaciones en el laboratorio de Física son importantes porque sustituirán finalmente a las prácticas con equipo real.	-1

Las simulaciones en el laboratorio de Física son importantes porque pueden compensar la falta del equipo real en el laboratorio.	1
Las simulaciones en el laboratorio de Física son importantes porque complementan las prácticas tradicionales y permiten hacer las experiencias más variadas y también con más posibilidades para experimentar cambiando los parámetros de la realidad estudiada.	1
Las simulaciones en el laboratorio de Física son importantes porque preparan al estudiante para un futuro donde las simulaciones serán una herramienta importante para estudiar y prever variadas situaciones en diferentes áreas de ciencia, producción y servicio.	1
En una simulación es muy importante el modelo matemático que describe la realidad estudiada.	1
En una simulación es muy importante la presentación gráfica, que debe ser muy realista para que los objetos simulados se parezcan lo más posible a los objetos reales.	1
En una simulación son muy importantes las animaciones que mejoran la percepción de la simulación y la asemejan a la realidad.	1
En una simulación es muy importante que el desarrollo de la realidad se haga en tiempo real o, por lo menos, a una escala temporal, lo que daría más realismo a la simulación.	2
En las prácticas con el uso de simulaciones que tú has hecho en este curso del laboratorio, hubiera sido mejor que todas las medidas las realizara el programa de simulación y el estudiante sólo tomara estos datos para hacer el informe.	-1
En las prácticas con el uso de simulaciones que tú has hecho en este curso del laboratorio, ha sido muy importante que tú hicieras algunas medidas manualmente (en este caso con el cronómetro) porque esto mejora la conexión del estudiante con la práctica realizada.	2
La participación del estudiante en las medidas dentro de una simulación (medidas manuales, por ejemplo el uso del cronómetro manual) mejora la percepción realista de la simulación.	1
La participación del estudiante en las medidas dentro de una simulación (medidas manuales, por ejemplo, el uso del cronómetro manual) mejora el valor pedagógico de la práctica facilitando la mejor comprensión por parte del estudiante.	1

Tabla 4. Respuestas de los estudiantes.

En el anexo se podría ver la información más detallada de las respuestas de los estudiantes. Lo que se observa en la Tabla 4 es que los estudiantes están de acuerdo con la mayoría de las proposiciones excepto algunas de ellas.

4 A MODO DE CONCLUSIÓN

Los estudiantes están muy de acuerdo (+2) con que:

- El uso de la tecnología educativa es aconsejable en la enseñanza de la Física porque puede mejorar la calidad de la enseñanza.
- En una simulación es muy importante que el desarrollo de la realidad se haga en tiempo real o, por lo menos, a una escala temporal, lo que daría más realismo a la simulación.

- En las prácticas con el uso de simulaciones que tú has hecho en este curso del laboratorio, ha sido muy importante que tú hicieras algunas medidas manualmente (en este caso con el cronómetro) porque esto mejora la conexión del estudiante con la práctica realizada.
- También están en desacuerdo (-) con que:
- Las simulaciones en el laboratorio de Física son importantes porque sustituirán finalmente a las prácticas con equipo real.
- En las prácticas con el uso de simulaciones que tú has hecho en este curso del laboratorio, hubiera sido mejor que todas las medidas las realizara el programa de simulación y el estudiante sólo tomara estos datos para hacer el informe.

En cuanto a la proposición “el uso de la tecnología educativa es imprescindible en la enseñanza de la Física porque sin la tecnología educativa no hay enseñanza de calidad”, los estudiantes se mostraron indecisos (la mediana nula).

Estos resultados muestran que los estudiantes en su mayoría apoyan el uso de las simulaciones en el laboratorio de Física y están de acuerdo con que la combinación de las simulaciones con las mediciones reales mejora la calidad pedagógica de la práctica.

AGRADECIMIENTOS

Quiero expresar mi gratitud al profesor del Departamento de Psicología Básica y Metodología de la Universidad de Murcia, Dr. Rafael Rabadán Anta por asesoramiento en cuanto a la elaboración del cuestionario y la interpretación de datos, y al profesor del Departamento de Física de la Universidad de Murcia, Dr. José Miguel Zamorro por valiosos consejos que sirvieron para mejorar este artículo.

REFERENCIAS

ADELL, J. (1997). Tendencias en educación en la sociedad de las tecnologías de la información. EDUTEC. **Revista electrónica de tecnología educativa**. Núm. 7. pp. 5-6, 9. En <http://www.c5.cl/ntic/docs/ieduc/tendencias.pdf>

INTERACTIVE PHYSICS (en línea). **Learn about the new features of Interactive Physics**, En <http://www.design-simulation.com/ip/index.php>

KOFMAN, H.A. (2005). **Realidad y virtualidad en la enseñanza de la física con ntics**. Un Enfoque Desde La Perspectiva De La Educación Integral. I Congreso de Tecnologías de la Información y la Comunicación en la Enseñanza de las Ciencias, TICEC05, La Plata, Argentina, 29 y 30 de Septiembre de 2005

MARTÍNEZ NAVARRO, F. y otros. (2006). **Uso del Ordenador en la enseñanza de la Física y Química Lecciones interactivas de Física y Química. Departamento de Física y Química del Colegio Heidelberg de Las Palmas de Gran Canaria**. pp. 1-2. En <http://www.colegioheidelberg.com/deps/fisicaquimica/1bachiller/AlambiqueTiCFyQ.pdf>

MARTÍNEZ SÁNCHEZ, F.; PRENDES ESPINOSA, M.P. (2003). **Redes para la formación**. En: Redes de comunicación en la enseñanza. Las nuevas perspectivas del trabajo corporativo. Paidós. pp. 31-61

POLOZHÁEV, N. (2009). Algunos aspectos del uso de las TIC en la enseñanza de la física. **Ethos e Episteme**, Revista de Ciências Humanas e Sociais da FSDB, Ano V, Volume IX, Janeiro, Junho 2009. En http://www.fsd.edu.br/pdf/IX_eletronica.pdf

PRENDES, M. P. (2003). **Diseño de cursos y materiales para teleenseñanza**. Simposio Iberoamericano de Virtualización del Aprendizaje y la Enseñanza COSTA RICA, p. 13. En <http://tecnologiaedu.us.es/cuestionario/bibliovir/paz5.pdf>

SALKIND, Neil J. (2000). **Métodos de Investigación**, Tercera Edición, Pearson, Prentice Hall, p. 170.

ANEXO. RESULTADOS DE LA ENCUESTA APLICADA A LOS ESTUDIANTES DEL LABORATORIO DE FÍSICA

Proposición	Totalmente en desacuerdo	En desacuerdo	Ni de acuerdo, ni en desacuerdo	De acuerdo	Totalmente de acuerdo
El uso de la tecnología educativa es imprescindible en la enseñanza de la Física porque sin la tecnología educativa no hay enseñanza de calidad.	0	4	6	5	2
El uso de la tecnología educativa es aconsejable en la enseñanza de la Física porque puede mejorar la calidad de la enseñanza.	0	0	0	8	9
Las simulaciones en el laboratorio de Física son importantes porque sustituirán finalmente a las prácticas con equipo real.	0	9	6	2	0
Las simulaciones en el laboratorio de Física son importantes porque pueden compensar la falta del equipo real en el laboratorio.	0	0	2	8	7
Las simulaciones en el laboratorio de Física son importantes porque complementan las prácticas tradicionales y permiten hacer las experiencias más variadas y también con más posibilidades para experimentar cambiando los parámetros de la realidad estudiada.	0	0	1	9	7
Las simulaciones en el laboratorio de Física son importantes porque preparan al estudiante para un futuro donde las simulaciones serán una herramienta importante para estudiar y prever variadas situaciones en diferentes áreas de ciencia, producción y servicio.	0	0	4	6	7
En una simulación es muy importante el modelo matemático que describe la realidad estudiada.	0	0	0	11	6

En una simulación es muy importante la presentación gráfica, que debe ser muy realista para que los objetos simulados se parezcan lo más posible a los objetos reales.	0	0	1	10	6
En una simulación son muy importantes las animaciones que mejoran la percepción de la simulación y la asemejan a la realidad.	0	1	1	9	6
En una simulación es muy importante que el desarrollo de la realidad se haga en tiempo real o, por lo menos, a una escala temporal, lo que daría más realismo a la simulación.	0	1	1	6	9
En las prácticas con el uso de simulaciones que tú has hecho en este curso del laboratorio, hubiera sido mejor que todas las medidas las realizara el programa de simulación y el estudiante sólo tomara estos datos para hacer el informe.	3	8	3	3	0
En las prácticas con el uso de simulaciones que tú has hecho en este curso del laboratorio, ha sido muy importante que tú hicieras algunas medidas manualmente (en este caso con el cronómetro) porque esto mejora la conexión del estudiante con la práctica realizada.	0	0	1	7	9
La participación del estudiante en las medidas dentro de una simulación (medidas manuales, por ejemplo el uso del cronómetro manual) mejora la percepción realista de la simulación.	0	1	1	7	8
La participación del estudiante en las medidas dentro de una simulación (medidas manuales, por ejemplo, el uso del cronómetro manual) mejora el valor pedagógico de la práctica facilitando la mejor comprensión por parte del estudiante.	0	0	1	9	7

LA NECESIDAD DEL ESTUDIO DE LAS OBRAS DE LOS CLÁSICOS DE LA FILOSOFIA EN LOS CENTROS DE EDUCACION SUPERIOR DE CUBA

Ligio A. Barrera Kalhil¹

Recebido em: 29/04/11; aceito em: 27/05/11

RESUMEN

El estudio de la filosofía y particularmente del materialismo dialéctico e histórico, más conocida como marxismo-leninismo, en los centros superiores ha de contribuir para tener una base bien sólida en la realización de investigaciones, armados de un buen referencial teórico que permita defender con bases fuertes y convincentes los trabajos que se hacen en la educación.

Palabras clave: filosofía. materialismo dialéctico. investigación.

RESUMO

O estudo da filosofia e particularmente do materialismo dialético e histórico, muito mais conhecido como marxismo leninismo, nas instituições de ensino de nível superior pode contribuir para ter uma base sólida na realização das pesquisas, contando com um bom embasamento teórico que permita justificar os trabalhos realizados.

Palavras-chave: filosofia. materialismo dialético. pesquisa.

I INTRODUÇÃO

La herencia teórica de Marx, Engels y Lenin (1986) es multifacética y universal. Recordemos que Lenin desarrolló el marxismo bajo las nuevas condiciones históricas de entonces; en aquel momento dio respuesta a los problemas más actuales que se planteaban a la humanidad en la época de tránsito del capitalismo al socialismo.

¹ Licenciado en Filosofía y Física por el ISPJM de Matanzas, Cuba, Máster en Ciencias de la Educación Superior. ligiobk@gmail.com

La teoría marxista-leninista, mal llamada muchas veces de “comunismo” debe analizarse en su aplicación creadora en condiciones concretas, ya que ella permite elaborar las respuestas científicas a los problemas que se formulan en todos los ámbitos de la vida y la docencia, y sobre todo hace parte de la mayoría de los trabajos de pesquisa que son realizados y en los cuales no aparece ella como eje central, tan necesaria en el proceso de formación de nuevos profesionales, y debe estar presente en todas las disciplinas y asignaturas a través de los conceptos, categorías, leyes, teorías y experiencias de la ciencia del materialismo dialéctico e histórico.

Los maestros y profesores, como trabajadores que pueden hacer un excelente trabajo teórico, deben estar pertrechados de las herramientas que nos proporciona la teoría marxista-leninista, para cumplir con el objetivo supremo de la educación superior de formar profesionales con profundos conocimientos científicos sobre la especialidad que cursan y, además con sólidas convicciones y valores para enfrentar su futuro trabajo profesional.

2 DESENVOLVIMIENTO

El significado de la herencia ideología marxista-leninista condiciona la necesidad de un profundo estudio de la misma dentro del sistema de educación cubano, y aunque este artículo relata la experiencia en las universidades cubanas, estas ideas son válidas para ser aplicadas en cualquier contexto independientemente de ideología, religión entre otros aspectos, y es una necesidad en la preparación de los profesionales y docentes de cada institución de nivel superior.

El estudio de las obras de Marx, Engels y Lenin debe realizarse siguiendo un sistema determinado y con cierta secuencia, establecidos por la lógica y el contenido de cada curso, carrera, asignatura y disciplina.

Cuando se estudia una u otra obra de los clásicos del marxismo es preciso tener una idea clara de la situación histórica durante el período de su creación, entender por qué surgió la necesidad de escribir la obra en cuestión y cuáles fueron los objetivos que se planteó el autor. Hay que ubicarse en el contexto en que se realizó la producción de la obra y no tratar de trasladar mecánicamente ideas, frases, etc. que pueden resultar inadecuadas ante una nueva situación sociohistórica. En ocasiones los prólogos y las notas que aparecen al pie o al final de las distintas obras facilitan la información al respecto.

La confección de resúmenes de las obras de los clásicos constituye uno de los medios más importantes y eficaces para asimilar con seriedad y responsabilidad la teoría marxista-leninista.

Es recomendable, al tratar de resumir una obra, leer primeramente todo su contenido para percibir todo su sentido general. Se pueden hacer observaciones sobre la estructura del trabajo, los postulados básicos, las conclusiones y otros aspectos. Cuando se realiza una segunda lectura, deben separarse las ideas principales del autor y su desarrollo en la obra, así como fijar la atención en la fundamentación de ciertos postulados, en los métodos y formas de las demostraciones y en los ejemplos más ilustrativos.

El resumen ha de ser breve y debe escribirse el contenido principal de la obra en concordancia con las secciones o los problemas fundamentales señalados durante la lectura. Deben anotarse las proposiciones básicas formuladas en la obra y su fundamen-

tación. Con frecuencia resulta útil trasladar al resumen hechos connotados, cifras u otros elementos que puedan aportar a su mejor comprensión. Algunas ideas cardinales deben citarse, indicando dónde se pueden encontrar, en qué página de la obra, etc.

El resumen adquiere mucho más valor si en él son insertadas las ideas propias de quien lo confecciona, surgidas durante el estudio de los trabajos de los clásicos, junto con el contenido de los problemas centrales.

Este resumen puede realizarse fichando los aspectos fundamentales de la obra.

El resumen debe hacerse con una escritura legible, un determinado sistema para subrayar, la disposición de las partes y de las ideas centrales de la obra. Un resumen bien pensado y confeccionado facilita su utilización durante el trabajo docente y científico.

El materialismo dialéctico e histórico está y estará en el centro de la vida ideológica del personal docente, en la base de toda su actividad transformadora, lo que contribuirá a encontrar la solución de los problemas actuales que se presentan tanto en la vida cotidiana como en la labor docente sobre la base de las ideas y la metodología que el método dialéctico nos proporciona, aspecto este que está presente en muchas pesquisas y en tesis de maestría y doctorado, pero que en la mayoría de los casos, el propio autor está utilizando y asocia la investigación a otra corriente de pensamiento por los tabús y contradicciones que esta tendencia aun presenta y el desconocimiento de la esencia de la misma por los investigadores.

El materialismo dialéctico e histórico constituye la única ideología científica con categoría de ciencia social y ello es posible por ser la ideología de la clase obrera. (Tesis y Resoluciones, Ier. Congreso PCC, p. 221.)

Los profesores y los maestros, los programas de estudio, los textos, no pueden limitarse simplemente a ser vehículos transmisores de conocimientos, tienen, además, que enfocar estos conocimientos basándose en la concepción filosófica de la ciencia marxista-leninista. Cada asignatura del plan de estudio, así como los programas y textos que los desarrollan tienen en su contenido no sólo el aspecto cognoscitivo, sino también lo ideológico-formativo.

En la educación superior la enseñanza del marxismo-leninismo tiene que ser parte orgánica e inseparable de ella y ha de tener como objetivo central, educar a los futuros cuadros técnicos y profesionales en la asimilación profunda de la concepción del mundo, de la clase obrera, y los criterios de estas concepciones si realmente se quiere estar a la par de los problemas nacionales e internacionales más importantes.

El estudio del marxismo-leninismo en los centros superiores ha de contribuir a convertir en trabajadores ideológicos activos a los jóvenes estudiantes, logrando que los nuevos especialistas en cualquier rama del saber estén armados ideológicamente para la lucha contra las ideologías burguesa y pequeño-burguesa y formados en el espíritu de combate sin tregua contra toda tentativa de oportunismo de derecha o de izquierda.

En la Tesis del Ier. Congreso del PCC, sobre los estudios del marxismo-leninismo en nuestro país, se afirma:

Por tanto, en los centros docentes y otras instituciones académicas de nivel superior, el estudio de la teoría marxista-leninista ha de realizarse profundamente en todas las especialidades, sin excepción, con programas específicos en sus partes integrantes, haciendo especial énfasis en aquellas especialidades cuyos graduados desempeñan un destacado papel en la educación de nuestro pueblo, tales como profesores, historiadores, sociólogos, juristas, periodistas y otros. (Tesis y Resoluciones, 1976)

Con mayor profundidad aún, el estudio y aplicación del marxismo-leninismo debe estar presente en toda educación de postgrado, sobre todo en la que conduce a la obtención de grados científicos.

De todo lo anterior se colige que resulta de singular importancia el estudio del marxismo-leninismo para los maestros, profesores, dirigentes y demás trabajadores intelectuales.

Obras de los clásicos del marxismo-leninismo que se recomienda consultar a los docentes universitarios de cualquier disciplina o asignatura.

- Manuscritos económicos y filosóficos (1844): Inicio por Marx, en colaboración con F. Engels, de una nueva concepción del mundo.
- La sagrada familia. (1845): Escrita por Marx y Engels, se critica a fondo el idealismo de Hegel y de los jóvenes hegelianos y se sigue elaborando el materialismo dialéctico e histórico, formularon la concepción materialista de la historia, la idea de las relaciones de producción sociales.
- La ideología alemana. (1845-46): Escrita por Marx y Engels es una obra dedicada a la crítica al idealismo de Hegel y la estrechez del materialismo de Feuerbach.
- Contribución a la crítica de la Economía política (1859): Marx expone la concepción materialista de la historia.
- La guerra civil en Francia (1871): Marx descubrió la forma estatal de la dictadura del proletariado y analizó a fondo las medidas que debía aplicar el primer Estado proletario.
- Crítica al Programa de Gotha (1875): Marx desarrolló la teoría del comunismo científico.
- El Capital (1867, 1885 y 1894): Marx creó la Economía Política científica aplicando a la investigación del sistema de relaciones económicas capitalistas los aspectos, principios y métodos de la filosofía marxista.
- Bosquejos para una crítica de la economía política (1844) y La situación de la clase obrera en Inglaterra (1845): Engels fundamentó científicamente la misión histórica del proletariado. En Bosquejos...hace una crítica genial a las categorías económicas.
- Ludwig Feuerbach y el fin de la filosofía clásica alemana (1886): Engels caracteriza la esencia de la filosofía hegeliana, analiza sus contradicciones y muestra la contradicción cardinal entre la dialéctica materialista y la hegeliana. Ofrece una definición clásica del problema fundamental de la filosofía y de sus dos aspectos y somete a crítica el agnosticismo.
- Anti-Dühring (1878): Engels expone las tres partes integrantes del marxismo: el materialismo dialéctico e histórico, la economía política y la teoría del conocimiento científico.
- El origen de la familia, la propiedad privada y el Estado (1884): Engels investiga los rasgos de la comunidad primitiva y su proceso de descomposición, el surgimiento de las clases y del Estado.
- Dialéctica de la naturaleza (1873-86): Obra inacabada de Engels. Consta de una serie de anotaciones dedicadas al estudio de los problemas más importantes de la dialéctica de las ciencias naturales. Se publica en 1925.
- Tesis sobre Feuerbach (1845): Once tesis de Marx donde expone los postulados

cardinales de la nueva filosofía .La idea central de las tesis consiste en formar una comprensión científica de la práctica.

- Miseria de la filosofía (1847): Marx expone los fundamentos del socialismo científico. Presta atención a la crítica de la dialéctica hegeliana y la elaboración de la dialéctica materialista.
- Manifiesto del Partido Comunista (1848): Marx y Engels exponen los fundamentos del marxismo. Se establecen las leyes del desarrollo social, la lucha de clases y el papel del Partido Comunista.
- Materialismo y empiriocriticismo (1908): Lenin ofrece una exhaustiva crítica de la filosofía idealista subjetiva del empiriocriticismo. Fundamentó y desarrolló las tesis del materialismo dialéctico e histórico, analizó todos los aspectos del problema fundamental de la filosofía y las categorías más importantes de la filosofía marxista y enriqueció la teoría del conocimiento de Marx.
- El imperialismo, fase superior del capitalismo (1916): Lenin continuó el estudio del modo de producción capitalista y puso de manifiesto las regularidades del desarrollo económico y político en la época del imperialismo.
- Cuadernos filosóficos (1914-16): Lenin expone, concisa y profundiza en la esencia de la dialéctica materialista. Dispensa atención a la lógica dialéctica, a la historia de la filosofía y a las ciencias naturales.
- El significado del materialismo militante (1922): Artículo de Lenin donde se aclaran las orientaciones más importantes del desarrollo de la filosofía marxista en las nuevas circunstancias históricas y se caracteriza el papel que corresponde a la filosofía en el período de edificación del socialismo.
- El Estado y la revolución (1917-18): Lenin elucidó los problemas fundamentales de la teoría marxista del Estado y su desarrollo por Marx y Engels sobre la base de la generalización de las experiencias de las revoluciones de 1848-51 y ante todo la Comuna de París.

Partiendo de este análisis, estas ideas deben estar presente también en cualquier trabajo de investigación que se realiza, ya que en la experiencia de este autor como orientador de tesis de maestría puede verse de manera general que aún es necesario tener claro la corriente de pensamiento que es utilizada en la pesquisa, cuestión esta que no es solamente un problema de Cuba si no de muchos países de América Latina.

Muchos investigadores utilizan las corrientes fenomenológicas , empiristas , positivistas entre otras sin percibir que en realidad la corriente que sustenta su trabajo es el materialismo dialéctico e histórico.

Como investigador tuve acceso a trabajos de tesis realizados en Brasil, México , Nicaragua entre otros , e es evidente esta realidad, que precisa sin dudas de un mayor conocimiento por parte de los profesores para poder justificar adecuadamente a pesquisa desarrollada.

3 CONSIDERAÇÕES

Desde la realización del Primer Congreso del Partido Comunista de Cuba quedó claro que el marxismo-leninismo no es una asignatura más de los planes de estudio de los

centros docentes, sino la ciencia guía que debe presidir el desarrollo del conocimiento científico en cualquier rama.

Como quiera que la enseñanza del marxismo-leninismo perdió protagonismo en la década de los 90 del siglo pasado con la caída del campo socialista en Europa, se reafirma la necesidad de su estudio sobre todo en la educación superior, en la que esta debe ser parte orgánica e inseparable de la misma, tanto en los estudios de pregrado como en los de postgrado.

Deberá prestarse especial atención al estudio de las obras de los clásicos del marxismo, así como la aplicación consecuente de su contenidos enriquecidos con la experiencia práctica, teniendo en cuenta, además, su vigencia en los momentos actuales, sin dejar de lado otras corrientes de pensamiento en dependencia de la pesquisa que sea realizada.

REFERÊNCIAS

Colectivo de autores. Consejos metodológicos para el estudio de las obras de V. I. Lenin. Editorial Orbe. Ciudad de La Habana, 1979.

Marx, Engels y Lenin. Obras Escogidas en tres tomos. Editorial Progreso, Moscú, 1986.

Primer Congreso del Partido Comunista de Cuba. Tesis y Resoluciones. Ed. DOR PCC, La Habana, 1976.

Razinkov O. (Traductor). Diccionario de filosofía. Editorial Progreso, Moscú, 1984.

Siussiukalov y otros. Cómo estudiar los trabajos filosóficos de C. Marx, F. Engels y V. I. Lenin. Editorial de C. Sociales. La Habana, 1982.

A revista Ethos e Episteme abre novas possibilidades alternativas e inovadoras do registro científico e acadêmico do processo de produção do conhecimento em Ciências Humanas e Sociais.

O horizonte hermenêutico que ela propõe possibilita um distanciamento tal que lhe permite ousar na reflexão que pode ser estabelecida entre Ética e Conhecimento.

Sendo o Ethos uma ação e atitude de compromisso responsável para com o ser do outro, é orientador do sentido que deve ter o conhecimento produzido pela ciência. Isto quer dizer que o conhecer só faz sentido na direção de tornar a humanidade melhor.

Ethos e Episteme assume esse compromisso de permitir que o conhecimento seja disseminado e que a Ética possa ser balizadora dos saberes que devem ser construídos e divulgados a partir do compromisso com o BEM COMUM.

A Revista colocá-se à disposição de todos e todas que, produzindo conhecimento, possam divulgá-lo porque nos torna a todos melhores cidadãos e seres humanos mais comprometidos e completos.